

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Campus Jaguarão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

Jaguarão

Maio, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PEDAGOGIA LICENCIATURA

- ♣ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Diretor do Câmpus: Silvana Maria Gritti.
- ♣ Coordenador Acadêmico: Everton Fêrrêr de Oliveira
- ♣ Coordenador Administrativo: Tatiane Oliveira
- ♣ Coordenador(a) do Curso: Damiana Ballerini
- ♣ Núcleo Docente Estruturante: Maurício Aires Vieira (Presidente), Rachel Freitas Pereira (Secretária), Adriana Gustavo Cardoso, Damiana Ballerini, Jonas Tarcísio Reis, Marilu Angela Campagner May, Sérgio Ricardo Silva Gacki, Portaria 314 de 14 de fevereiro de 2023.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição Carga Horária Integralização	39
Tabela 2 - Matriz Curricular	40
Tabela 3 - Matriz por semestre	42
Tabela 4 - Migração Curricular	57
Tabela 5 – Avaliação Trabalho de Conclusão de Curso	82
Tabela 6 – Atividades Curriculares de Extensão	92
Tabela 7 - Estrutura Curricular I semestre	103
Tabela 8 - Estrutura Curricular II semestre	112
Tabela 9 - estrutura Curricular III semestre	123
Tabela 10 - estrutura Curricular IV semestre	135
Tabela 11 - estrutura curricular V semestre	148
Tabela 12 - estrutura curricular VI semestre	159
Tabela 13 - estrutura curricular VII semestre	170
Tabela 14 - estrutura curricular VIII semestre	178
Tabela 15 - Corpo Docente, experiências e componentes curriculares	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE- Atividade Curricular de Extensão

ACEV - Atividade Curricular de Extensão Vinculada

ACEE – Atividade Curricular de Extensão Específica

BRACOL – Programa BRACOL (Brasil-Colômbia)

BRAMEX – Programa BRAMEX (Brasil-México)

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior

Programa CAPES - BRAFITEC projetos de parcerias universitárias - Programas de mobilidade da instituição em todas as especialidades de engenharia

Andifes – Associação Nacional Dirigentes Instituições Federais Ensino Superior

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

RP – Residência Pedagógica

PET – Programa de Educação Tutorial

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	11
APRESENTAÇÃO	13
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.1 Contextualização da Unipampa	14
1.2 Contexto da inserção regional do campus e do Curso	18
1.3 Concepção do Curso	22
1.3.1 A Formação de Educadores no Município de Jaguarão	23
1.3.2 Histórico do Curso	24
1.4 Apresentação do Curso	26
1.4.1 Administração do Campus Jaguarão	26
1.4.2 Funcionamento do Curso	28
1.4.3 Formas de Ingresso	28
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	34
2.1 Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão no Âmbito do Curso	34
2.1.1 Políticas de Ensino	35
2.1.2 Políticas de Pesquisa	35
2.1.3 Política de Extensão	37
2.2 Objetivos do Curso	39
2.2.1 Objetivo Geral:	39
2.2.2 Objetivos Específicos:	39
2.3 Perfil do Egresso	40
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	40

2.3.2 Habilidades e Competências	41
2.4 Organização Curricular	43
2.4.1 Requisitos para integralização curricular	45
2.4.2 Matriz curricular	46
2.4.1.1 - Requisitos para Realização dos Estágios Obrigatórios	54
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais	55
2.4.4 Flexibilização Curricular	57
2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação	58
2.4.4.2 Mobilidade Acadêmica	62
2.4.4.3 Aproveitamento de Estudos	63
2.4.4.4 Carga horária a distância em cursos presenciais	64
2.4.5 Migração curricular e equivalências	66
2.4.6 Prática como Componente Curricular	79
2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	80
2.4.7.1 Objetivos e justificativa dos estágios	82
2.4.7.2 Carga horária dos componentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	83
2.4.7.3 Pré-requisitos para a matrícula nos componentes de estágio e aproveitamento da carga horária	86
2.4.7.4 Organização e acompanhamento das atividades de Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios	88
2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso	91
2.4.8.1 O Coordenador do Componente Curricular TCC	93
2.4.8.2 O Orientador do Componente Curricular de TCC	94
2.4.8.3 Atribuições dos discentes matriculados no componente Curricular de TCC	95
2.4.9 Inserção e regulamentação da extensão no currículo do curso	96
2.4.9.1 A supervisão da extensão no curso de Pedagogia	102

2.5 Metodologias de Ensino	104
2.5.1 Interdisciplinaridade	104
2.5.2 Práticas Inovadoras	105
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	108
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem	110
2.5.4.1 Outros recursos didáticos	111
2.6 Avaliação da aprendizagem	114
2.7 Apoio ao discente	114
2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa	115
3 EMENTÁRIO	117
4 GESTÃO	202
4.1 Recursos humanos	202
4.1.1 Coordenação de Curso	202
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	202
4.1.3 Comissão do Curso	203
4.1.4 Corpo docente	203
4.1.5 Tutoria	209
4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA	211
4.2.1 ESPAÇOS DE TRABALHO	211
4.2.2 Biblioteca	212
4.2.3 Laboratórios	213
REFERÊNCIAS	214
APÊNDICES	223
APÊNDICE A: DOCUMENTOS DO ESTÁGIO	224

APÊNDICE B: INSERÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO DO CURSO 231

APÊNDICE C - MODELO DE RELATÓRIO DO UNIPAMPA CIDADÃ 239

APÊNDICE D – NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 241

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa –

UNIPAMPA

♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal

♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008

♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016

♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017

♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4

♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900

♣ Cidade: Bagé/RS

♣ CEP: 96400-100

♣ Fone: + 55 53 3240-5400

♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51

♣ Cidade: Bagé/RS

♣ CEP: 96400-500

♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)

♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)

♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS JAGUARÃO

♣ Endereço: Rua Conselheiro Diana, 650 - Bairro: Kennedy

- ♣ Cidade: Jaguarão
- ♣ CEP: 96300-000
- ♣ Fone: +55 53 3264 9400
- ♣ E-mail: damianabalerini@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: Educação - Pedagogia - 0113P01
- ♣ Nome do curso: Pedagogia.
- ♣ Grau: Licenciatura
- ♣ Código e-MEC: 104292
- ♣ Titulação: Licenciado(a) em Pedagogia
- ♣ Turno: Noturno
- ♣ Integralização: 08 semestres
- ♣ Duração máxima: 16 semestres
- ♣ Carga horária total: 3.200h
- ♣ Periodicidade: semestral
- ♣ Número de vagas (pretendidas ou autorizadas): 50 –
- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Nota do

Exame Nacional de Ensino Médio e Média obtida no Ensino Médio ou outras definidas pela Instituição.

- ♣ Data de início do funcionamento do Curso: **18/09/2006**

♣ Atos regulatórios de autorização: Portaria 492 de 05/08/2009 – convalida atos de criação dos cursos de graduação da UNIPAMPA pelas universidades tutoras desde 2006.

Reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Portarias 286 de 21/12/2012, Portaria 1094 de 24/12/2015 e Portaria 918 de 27/12/2018

- ♣ Página web do curso:

<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/>

APRESENTAÇÃO

A concepção de educação aqui delineada, ancora-se também no princípio de participação democrática de construção do pedagógico; por isso, a estruturação curricular inicial deste curso foi redimensionada durante o período compreendido entre 2020 e 2022. Para tanto, realizaram-se reuniões na Comissão de Curso sobre as possibilidades tendo em vista a nova resolução para formação de professores promulgada em dezembro de 2019. O Núcleo de Docente Estruturante (NDE) teve papel fundamental nesta empreitada. Ainda em 2019 foi estruturado um grupo para pensar a curricularização da extensão e ao longo de 2020 e 2021 o NDE e docentes do curso foram repensando as demandas entre a formação em um curso inicialmente, totalmente presencial, e a incorporação do aprendizado advindo das experiências do corpo docente em educação, tecnologias educacionais, educação à distância, pedagogia na Universidade Aberta do Brasil e ensino remoto na realidade pandêmica.

Neste sentido, encaminhamos nossa proposta formativa na revisão de ementas de alguns componentes curriculares, novos componentes, metodologia; composição curricular; conteúdos curriculares; processo de avaliação da aprendizagem; autoavaliação do curso; integração do aluno à prática educativa; alfabetização e letramento; integração com os sistemas públicos de ensino Municipal-Estadual; estágio curricular supervisionado; atendimento ao discente; número de vagas, dentre outros.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas e novos horizontes formativos.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;

- ♣ Democracia;
- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIPAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto

ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); campus Caçapava do Sul: Geofísica; campus Dom Pedrito: Zootecnia; campus Itaqui: Agronomia; câmpus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); câmpus Santana do Livramento: Administração; câmpus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; câmpus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, às atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os

campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação, além de colaboradores terceirizados.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de câmpus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

1.2.1 Jaguarão uma breve história

O local que viria a se tornar a cidade de Jaguarão era um território disputado entre as Coroas da Espanha e Portugal, que desde o Tratado de Tordesilhas de 1494, não entravam em acordo sobre a quem pertenceria esta região que hoje abrange o Uruguai e o Rio Grande do Sul.

O certo é que, no ano de 1802, uma tropa de cerca de 260 homens, comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza, instalou uma Guarda chamada de Serrito do Espírito Santo de Jaguarão. Estes homens se instalaram às margens do Rio Jaguarão e construíram um forte feito de madeira com um muro de paliçadas para proteção contra uma possível investida dos espanhóis, que ficaram na margem oposta do rio.

Muitas das aglomerações que se formavam no entorno das instalações militares, criadas após os tratados de 1750 e 1777, foram responsáveis pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Erval,

Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí, são alguns exemplos. Ao mesmo tempo, teve início o povoamento da retaguarda de Alegrete, Itaqui e São Gabriel, protegendo a nova fronteira (MARTINS, 2001, p. 28).

Com o passar dos anos, àquela Guarda inicial foram se juntando alguns comerciantes que abasteciam a tropa com suprimentos e também realizavam negócios com os espanhóis, elevando o número de pessoas na região. Com isso, já em 1812, a povoação foi elevada à condição de Freguesia, que nada mais era do que a instalação de uma Igreja com um pároco, com permissão de realizar o registro de batismos e outras atividades que naquele tempo eram delegadas à Igreja Católica.

Desde muito cedo, as comunidades dos dois lados da linha divisória tenderam à prática de uma economia solidária e complementar, que as barreiras fiscais jamais conseguiram disciplinar. O famigerado contrabando, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade e coerência) e combatido pelas praças comerciais que ele prejudicava, sobreviveu a todas as perseguições (FRANCO, 2001, p. 18).

Em 1832, com o crescimento da Freguesia, cada vez mais voltada ao comércio, servindo de entreposto entre o território do agora país Uruguai, e o Rio Grande do Sul, foi elevada à condição de Vila, com a criação da Câmara de Vereadores, instalada no ano seguinte. Neste período, a Câmara de Vereadores é que comandava a Vila, não havendo a figura do Prefeito, que só foi aparecer depois da Proclamação da República, em 1889.

Em 1852, a Vila de Jaguarão foi elevada a cidade, mas não alterou a sua estrutura organizativa, ou seja, a Câmara de Vereadores continuou chefiando os destinos da cidade, que na época já estava em pleno desenvolvimento, tendo na criação de gado e nas charqueadas, além do comércio, suas principais atividades econômicas.

Ao final do século XIX, a cidade de Jaguarão era uma das mais importantes do estado do Rio Grande do Sul, tendo neste período criado um centro urbano planejado, com ruas largas, praças arborizadas e a construção dos chamados casarões, que eram residências dos grandes proprietários de terra, enriquecidos com o comércio de gado. Estes casarões foram construídos seguindo o modelo francês, chamado de

estilo eclético, pois tinha em suas fachadas decorações de vários estilos, como o neogótico, oriental e clássico greco-romano.

Com o desenvolvimento da região norte do estado e o declínio da atividade agropecuária, a cidade de Jaguarão, assim como as cidades de Pelotas e Rio Grande, pertencentes à chamada metade sul do Rio Grande do Sul, começaram um período de estagnação econômica; no caso de Jaguarão, não conseguiu mais ter a força de antigamente. Por este e outros motivos, a maioria dos casarões dos grandes proprietários de terra foram preservados como moradia, mas houve uma tentativa durante, os anos de 1970, de uma renovação de prédios, durante a qual alguns casarões foram demolidos.

Atualmente, a cidade vive do comércio, ligado ao setor de vestuário e alimentação, da atividade agropecuária e do turismo alimentado pelos *free shops* da vizinha cidade uruguaia de Rio Branco e Turismo da Costa Doce. A cidade de Jaguarão foi considerada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2011, por conta dos prédios preservados do estilo eclético. Ainda caminhamos a passos lentos, mas a Educação Patrimonial é uma alternativa no percurso formativo do Pedagogo que vem sendo observada.

1.2 Campus de Jaguarão

De agosto a setembro de 2006, a Prefeitura Municipal de Jaguarão cedeu, para o funcionamento da UNIPAMPA, Campus de Jaguarão, uma sala na Biblioteca Pública Municipal Oscar Furtado Azambuja, localizada na Rua General Marques, 284. Nesse espaço, os docentes dos cursos de Pedagogia - Licenciatura e Letras - Licenciatura Português/Espanhol efetuaram suas atividades, aguardando as reformas na sede provisória, que foi efetivada para o início do 1º semestre.

No dia 18 de setembro de 2006, teve início o 1º semestre letivo na sede provisória situada à Rua Augusto Leivas, nº 683. Nessa sede provisória, foram adaptadas salas de aula, biblioteca, sala de informática, sala dos colegiados, salas de

professores por cursos, secretaria geral de cursos, sala da direção e da secretaria da direção, copa e instalações hidrossanitárias.

Até a aprovação do Projeto de Lei, a UNIPAMPA/Campus de Jaguarão, assim como os *campi* de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento estiveram sob a responsabilidade da UFPEL, sendo todas as suas ações regidas pelas normas da UFPEL. A partir de janeiro de 2008, o Campus de Jaguarão passou a ter uma administração da própria UNIPAMPA. Em 2009 efetivaram-se os primeiros concursos públicos regidos pela própria universidade. Em março de 2010, o Campus de Jaguarão passou a funcionar na sede própria no Município de Jaguarão, à Rua Conselheiro Diana, 650, bairro Kennedy, contando com 5.562 m², com 17 salas de aula, laboratórios, auditório, biblioteca e demais dependências administrativas.

O Campus de Jaguarão conta com oito cursos de graduação: Pedagogia – Licenciatura, Licenciatura Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Licenciatura Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura Letras - Português EaD, História - Licenciatura, Tecnologia em Gestão do Turismo e Bacharelado em Política e Produção Cultural, e 1 curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação.

O Campus Jaguarão conta hoje com 57 docentes, 20 técnicos administrativos em educação e 24 colaboradores terceirizados.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O projeto apresentado busca constituir-se como uma proposta político-pedagógica de formação de professores comprometida com as questões da contemporaneidade. Nesse sentido, o curso prioriza, como mote de estudo e investigação, as inter-relações entre cultura, sociedade e educação, que se constituem em um grande eixo temático estruturante da organização curricular.

Entende-se que, ao problematizar as questões concernentes a essas inter-relações, deseja-se contribuir com a formação de sujeitos éticos, sociais e políticos, comprometidos com a transformação, que dialoguem com as diferenças e os

diferentes, que vejam ao outro e a si mesmos como interdependentes e corresponsáveis na construção da cidadania.

Nesse sentido, o curso se preocupa em promover espaços e tempos de interlocução com seu entorno, evidenciando as peculiaridades, as singularidades e as diversidades culturais e histórico-geográficas de uma região de fronteira. Percebe-se que proporcionar tais vivências torna-se indispensável para que os sujeitos sejam provocados a (re)significar os tempos, os espaços, as identidades e os papéis sociais.

A proposta pedagógica aqui explicitada vai ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e da Resolução CNE/CP nº1 de 15 de maio de 2006, para os cursos de Pedagogia, no sentido de formar os sujeitos para atuar na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nos componentes curriculares pedagógicos do Ensino Médio Magistério, na Educação de Jovens Adultos e Idosos, na gestão escolar, na atuação em espaços não escolares, enfatizando ainda a indissociabilidade entre ensino, gestão, pesquisa e extensão. O profissional ainda estará apto para atuar “em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar”, segundo a Resolução N° 01 (2006, p.2).

Busca-se concretizar um projeto educativo que parta do entendimento de que os tempos e os espaços de convivência, de ensino, de aprendizagem, de prática e de produção intelectual sejam pautados pela ética, ou seja, se constituam a favor do bem maior que é a vida.

Registra-se ainda que cabe a todos os sujeitos que compõem o Curso (educadores/as, servidores, acadêmicos/as) o compromisso de garantir a circulação da multiplicidade de pensamentos, bem como a humanização nas relações decorrentes dos processos de ensino e de aprendizagem, de prática e de produção intelectual. Busca-se a formação de um profissional competente, consciente, crítico e autônomo no exercício de suas atividades profissionais.

1.3.1 A Formação de Educadores no Município de Jaguarão

A cidade de Jaguarão, conforme mencionado anteriormente, localiza-se no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e segundo dados oficiais do último Censo (2010), o município conta com uma população total de 27.931 habitantes.

No que diz respeito à oferta de ensino, a cidade conta com sete escolas municipais de Ensino Fundamental situadas na área urbana e sete situadas na área do campo; nove escolas estaduais, estas últimas vinculadas à 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ª CRE, em Pelotas); sete escolas privadas de Educação Infantil e sete públicas. Existe, ainda, uma escola privada de Educação Básica que oferece também três cursos de Educação Profissional. Atualmente também conta com um Campus Avançado do Instituto Federal Sul-rio-grandense que oferta ensino médio completo e ensino técnico.

As possibilidades de prosseguir investindo em formação, a partir da conclusão do Ensino Médio, continuando a residir em Jaguarão, resumiam-se, até a criação da UNIPAMPA, a cursos de extensão oferecidos pela Universidade Católica de Pelotas e um Programa Especial de Formação de Professores em Serviço realizado no período de 1999 a 2003 pela Universidade Federal de Pelotas, habilitando, naquela oportunidade, 102 professores dos anos iniciais. Outras alternativas eram os cursos de educação à distância, ofertados por diferentes instituições privadas e públicas de Ensino Superior, compreendendo graduação e pós-graduação, este último também oferecido de forma presencial.

Apesar dessas iniciativas, verificou-se uma carência significativa de recursos humanos habilitados para o exercício docente na rede de ensino jaguareense, especialmente no que concerne à oferta de Educação Infantil e anos finais do Ensino Fundamental.

Diante desse cenário, a UNIPAMPA em Jaguarão apresenta-se não apenas como uma oportunidade de Ensino Superior público e gratuito para os estudantes, mas também como um novo espaço de produção de conhecimentos que pode impulsionar o desenvolvimento da região. A presença de uma universidade pública nesta localidade oportuniza, através da ação acadêmica ancorada em pesquisa, ensino e extensão, o conhecimento, a compreensão, a problematização e, conseqüentemente, a intervenção qualificada na realidade jaguareense. Mais especificamente, o Curso de Pedagogia aqui apresentado insere-se na realidade do município com o intuito de formação qualificada dos profissionais da educação que atuam na

[...] docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos (BRASIL, Parecer CNE/CP N°5, 2005, p. 8).

Também há de se registrar a falta de profissionais na área em municípios vizinhos como Arroio Grande, Herval, Cerrito, Pedro Osório, que por muitas vezes tem que se deslocar a municípios mais distantes para buscarem a formação almejada.

1.3.2 Histórico do Curso

Os cursos de graduação em Pedagogia têm construído sua história no cotidiano das instituições de Ensino Superior, constituindo-se, nas últimas décadas, como o principal *locus* da formação dos educadores para atuar na Educação Básica: especificamente no curso de Pedagogia, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no país.

De acordo com a Resolução do CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, as Diretrizes para o curso de Pedagogia têm a responsabilidade com a “formação inicial para o exercício da docência na Educação e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar”, e, também, em áreas que tratam de conhecimentos pedagógicos. Os movimentos sociais têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Com o propósito de atender às atuais demandas de democratização e as exigências de qualidade do ensino da sociedade brasileira, bem como estabelecer

bases comuns para os sistemas e instituições de ensino, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

A partir da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais, houve uma mudança de enfoque dos cursos de Pedagogia, voltando-se para uma reestruturação curricular que institui um novo perfil para o profissional. Sendo assim, os cursos de pedagogia visam:

[...] a formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, Parecer CNE/CP Nº 5, 2005, p.6).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Pedagogia, a formação dos profissionais expande-se para além da docência, possibilitando a participação na gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, na elaboração, na execução, no acompanhamento de programas e nas atividades educativas. Também são enfatizadas, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural e regional do país, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e a autonomia universitária, tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto às metodológicas próprias da Pedagogia como campo de conhecimento.

Outra dimensão proposta pelo Parecer CNE/CP Nº5/2005 refere-se à articulação entre três eixos formadores, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão. Esta perspectiva de trabalho contempla tanto

o exercício da docência como o de diferentes funções do trabalho pedagógico em escolas, o planejamento, a coordenação, a avaliação de práticas educativas em espaços não-escolares, a realização de pesquisas que apoiam essas práticas. [...] a consolidação da formação inicial terá lugar no exercício da profissão que não pode prescindir da qualificação continuada (BRASIL, Parecer CNE/CP Nº 5, 2005, p.6).

A formação do pedagogo é construída a partir do diálogo entre os diversos campos do conhecimento, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o

econômico, o cultural. Dessa forma, estes estudos visam orientar a observação, a análise, a execução e a avaliação do fazer docente e de suas repercussões nas aprendizagens, nas práticas de gestão, nos processos educativos escolares e não-escolares, na organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

Com base no exposto acima, o Curso de Pedagogia-Licenciatura da UNIPAMPA – *Campus* Jaguarão está estruturado de modo a fundamentar-se nas orientações propostas pelas DCNs.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Neste tópico são descritas a administração do campus, as informações sobre formas de ingresso, estrutura e funcionamento do curso, o quadro docente, as especificidades desta licenciatura e suas articulações do processo formativo na interação universidade e sociedade.

1.4.1 Administração do Campus Jaguarão

A interface administrativa do curso de Pedagogia - Licenciatura, é a administração acadêmica do *campus* Jaguarão, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010) e suas Normas Acadêmicas Vigentes.

Constituem a administração acadêmica do *campus*:

a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos coordenadores(as) de cursos de graduação e pós-graduação do *campus*, coordenador (a) da comissão de pesquisa, coordenador(a) da comissão de extensão, representação docente, representação dos técnico-administrativos em educação, representação discente e representação da comunidade externa;

b) a Direção: integrada por diretor(a), coordenador(a) acadêmico(a) e coordenador(a) administrativo(a);

c) a Coordenação Acadêmica: integrada pelo coordenador(a) acadêmico(a), coordenadores(as) de cursos do *campus*, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional- NuDE, as comissões locais de ensino, pesquisa e extensão, a Secretaria Acadêmica, o Biblioteca do *campus*, os laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão). Têm por finalidade planejar, avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmica, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes; O NDE - Núcleo Docente Estruturante atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório, nº 1062 de 30 de agosto de 2018 e Resolução CONAES nº 01/2010 e Resolução CONSUNI nº 97/2015.

d) a Coordenação Administrativa: Integrada pelo coordenador(a) administrativo(a), a Secretaria Administrativa, o Setor de Orçamento e Finanças, o Setor de Material e Patrimônio, o Setor de Pessoal, o Setor de Infraestrutura, o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do *campus* e o Setor de Frota e Logística.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

A carga horária total do curso é de **3.200** horas, sendo 2.625 horas de componentes curriculares obrigatórios, 325 horas de atividades curriculares de

extensão e 240 horas de Componentes Curriculares Complementares de Graduação. O curso realiza 945 horas de sua oferta curricular em atividades acadêmicas na modalidade à distância (EaD).

Quanto à carga horária semestral mínima do curso é de 240 horas e a carga horária máxima semestral é de 580 horas podendo, em casos excepcionais, o discente solicitar análise de exceção com justificativa para o NDE. Nesse cômputo exclui-se a carga horária destinada aos trabalhos de conclusão de curso 1 e 2 e aos estágios supervisionados.

1.4.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via SiSU:

- I. O SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela SESu do MEC por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino Superior que dele participarem.
- II. O ingresso via SiSU é regulado pelo MEC e por editais internos da UNIPAMPA.

III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

- I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

- I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar (PSC)

O PSC é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. **Segundo ciclo de formação** - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. **Reingresso** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;
- III. **Conclusão da Primeira Graduação** - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
- IV. **Reopção de curso** - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;

V. **Transferência voluntária** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;

VI. **Portador de diploma** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

I. **Transferência Ex-officio** - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. **Programa de Estudantes-Convênio** - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

III. **Matrícula de Cortesia** - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- I. **Regime Especial de Graduação** - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável do NDE;
- II. **Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional** – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- III. **Mobilidade Acadêmica Interinstitucional** - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto à interface do NInA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

O campus Jaguarão é o campus universitário mais meridional do país. A inserção nesta região estimulou o processo de gentrificação das dimensões sobre o papel da universidade na interlocução e produção de conhecimentos como as relações étnico raciais, formação continuada de educadores, atenção às questões ambientais, as inter-relações necessárias à uma sociedade inclusiva, docência em tempos de pandemia e os recursos tecnológicos disponíveis para a realidade de um período de isolamento social e o necessário engajamento da população universitária na transformação da realidade

Todavia, os números de abandonos dos cursos de graduação pelos discentes mostra-se um dos grandes desafios para nossa realidade. Atravessamos um período de incertezas diante da política governamental que, muitas vezes, minimiza condições para permanência do estudante como a assistência à alimentação, moradia e inclusão tecnológica desde a fluência tecnológica até a disponibilização de equipamentos para uso e conexão com internet que se fizeram cruciais na realização de diretrizes emergenciais para o ensino, durante um período razoável.

Importante destacar que os estudantes do curso de Pedagogia, licenciatura, são egressos do ensino médio ou trabalhadores em busca de uma colocação no mercado de trabalho no município de Jaguarão, Herval, Arroio Grande e Rio Branco departamento de Cerro Largo no Uruguai. Geograficamente são localidades próximas se avaliarmos sua localização. Porém a rede de serviços de transportes é deficitária havendo dificuldade de acesso a muitas áreas de campanha e bairros periféricos dentro das localidades mencionadas e entre as localidades a situação é mais agravante no tange o acesso a linhas, horários e custos que o deslocamento gera aos estudantes.

Da experiência e contato com o ensino remoto pudemos organizar as demandas e necessidades apresentadas pelos nossos discentes. A percepção de oferta de um curso híbrido, noturno, realizado no período de 04 anos é a aposta de implementar cursos de graduação com flexibilidade de horários e acesso aos bens

culturais advindos do ensino, pesquisa e extensão, assim como os serviços disponíveis na universidade como bibliotecas, laboratórios e núcleos durante mais noites da semana e/ou aos sábados.

2.1.1 Políticas de Ensino

Conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 267/2019 sobre a Política Institucional de Formação de Profissionais para a Educação Básica no âmbito da Unipampa propõe-se ainda a revitalização de uma proposta de Núcleo Interdisciplinar de Educação. Esta ideia corresponde ao mesmo perfil de núcleo incentivado pela universidade a partir do atendimento ao edital PRODOCENCIA 2012 momento em que os campi de Jaguarão, Caçapava do Sul e Uruguaiana questionavam-se sobre a necessidade de fortalecimento das ações para implantação dos Cursos. Atualmente, respeitadas as dimensões temporais e circunstâncias dos contingenciamentos de recursos, essa estrutura pode concentrar diferentes iniciativas e o fortalecimento de identidade com o curso de Pedagogia como Reuniões de formação e atividades curriculares de extensão com os programas institucionais como Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica (RP) e Programa de Educação Tutorial (PET).

2.1.2 Políticas de Pesquisa

A concepção de pesquisa na UNIPAMPA está voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializam o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Os seguintes princípios orientam as políticas de pesquisa (UNIPAMPA - PDI, 2014, p. 32):

- a) Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento

científico e tecnológico;

- b) Difusão da prática de pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- c) Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentado;
- d) Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais;
- e) Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

A política de pesquisa do Curso Pedagogia conta com o estímulo permanente da participação do estudante em projetos, eventos e grupos de estudos, culminando no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

O Curso conta com o apoio do Programa de Educação Tutorial, cuja responsável atual é a professora Juliana Brandão Machado. O Programa realiza ações interdisciplinares em educação e visibilidade da pesquisa acadêmica por estudantes, além de atividades de extensão, ensino e engajamento acadêmico. Além disso, a atuação dos docentes tanto na graduação quanto na pós-graduação (Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Acadêmico em Ensino e Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) fomenta a interação entre alunos e professores desses dois níveis de ensino, impulsionando o conhecimento científico dos estudantes.

Os principais programas de fomento à pesquisa da universidade são: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/Unipampa; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - PIBIC/AF/CNPq/Unipampa; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI/CNPq/Unipampa; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio - PIBIC/EM/Unipampa; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -

PROBIC/FAPERGS/Unipampa; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PROBITI/FAPERGS/Unipampa. Além desses editais de fomento externo, também são lançados periodicamente editais internos de apoio à pesquisa.

Em consonância com os princípios gerais do PDI (2019-2023), a pesquisa no âmbito da graduação também está fundamentada nos seguintes princípios: formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico, difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação, produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional, incentivo à participação em programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional.

2.1.3 Política de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à composição curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Na Unipampa, as Resoluções CONSUNI/UNIPAMPA Nº 332/2021 e Nº 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação, de acordo com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Nessas concepções, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como, pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A prática extensionista deve ser centrada no protagonismo do discente e deve promover a formação integral e cidadã com o intuito de formar egressos conscientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: visando a mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: propiciando o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa (movimentos sociais, sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas), entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes;
- Integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

2.2.1 OBJETIVO GERAL:

- Formar profissionais da Pedagogia capazes de realizar leituras das realidades sociais que integram articuladas aos conhecimentos construídos nas experiências formativas da docência, pesquisa e extensão em ações pautadas por princípios da cidadania, do respeito às diferenças, da ética e da ação política transformadora.

2.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Oportunizar condições teórico-reflexivas para que os/as pedagogos/as se apropriem criticamente do conhecimento necessário à docência e para desenvolver o planejamento, a execução, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação dos fazeres pertinentes aos campos educativos formais e informais.

- Contribuir para a formação de pedagogos e pedagogas comprometidos com a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

- Promover a formação de pedagogos/as para exercer a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino;

- Promover a formação para atuação em cursos de Ensino Médio no curso Normal, campos da educação Profissional e suas modalidades de ensino e na área de serviços e apoio escolar, participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos e práticas educativas mediada por tecnologias;

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Pedagogia, Licenciatura da UNIPAMPA contempla, em seu perfil de egresso, um profissional com competências para atuar nos diferentes locais onde se desenvolvem os processos de ensino e de aprendizagem, exercendo

a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos (conforme Parecer CNE/CP nº 05/2005, p.8).

Para tanto, busca-se a formação de um profissional crítico e consciente dos níveis de inserção em sua realidade, com formação qualificada para interferir na realidade e criar condições para a sua transformação aliada à pesquisa e extensão na área educacional e a compreensão orientada pelo balizamento histórico, social, cultural, político, econômico e tecnológico que configura o processo educacional como um todo.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

- Instituições, setores e organizações que demandem profissional capacitado ao planejamento, à execução, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação dos fazeres pertinentes aos campos educativos formais e informais, produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.
- Docência nos níveis da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino, também nos cursos de Ensino Médio, no curso Normal, de Educação Profissional na área de administração, serviços e apoio escolar, educação à distância e participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos e práticas educativas mediadas por tecnologias.

2.3.2 Habilidades e Competências

Na formação do pedagogo são consideradas as perspectivas da diversidade humana e ética-ambiental-ecológica, perfazendo uma atuação que contemple ações no âmbito da busca pela superação das formas de exclusões sociais, respeitando as diferenças étnico-raciais, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras. Sua formação abrange, também, a compreensão e a intervenção em processos e práticas de gestão, organização e funcionamento de sistemas e instituições educacionais, mediante uma perspectiva que não se restringe à instituição escolar.

As habilidades e competências necessárias orientadas pelas diretrizes curriculares nacionais apontam três dimensões necessárias à formação docente que são: do conhecimento profissional, da prática profissional e do engajamento profissional. No que tange às competências estas são descritas nas dimensões como:

- Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Reconhecer os contextos;
- Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem;
- Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino;
- Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, das competências e habilidades;
- Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos;

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia- Licenciatura está organizada a partir dos conhecimentos científicos educacionais que estabelecem interfaces destas dimensões problematizadas pelo eixo **Cultura, Sociedade e Educação**.

Acreditamos que o estabelecimento de pontos de contato entre **Cultura, Sociedade e Educação**, na contextualização dos componentes curriculares que integram a formação do pedagogo, cria o movimento em dimensões micro e macro; em outras palavras, nos leva à necessidade de a UNIPAMPA estar comprometida com a inserção regional, sem desconsiderar um contexto global.

No que requer as competências específicas de cada dimensão (ver resolução 2/2019) a proposta curricular está constituída pelo entrecruzamento de estudos teóricos, de análises de propostas curriculares e das pluralidades dos sujeitos participantes desse debate coletivo. Neste cenário emergem as histórias dos sujeitos – trajetória profissional, campos de estudos, cultura, vivências pessoais – impulsionando o debate e agregando historicidade ao currículo. Isso significa dizer que o desenho curricular do curso é marcado pelo diálogo entre as diferentes histórias dos sujeitos, mas também pelas diferentes demandas do atual momento histórico.

O currículo, dessa forma, busca constituir-se como uma proposta político-pedagógica de formação comprometida com as questões da contemporaneidade, priorizando a investigação, o ensino e a extensão inter-relacionando, como já salientamos, cultura, sociedade e educação. Esse é o princípio norteador desse currículo para além de um manual de competências que não são mensuráveis. A formação por este viés significa efetivamente construir um currículo cujo centro seja a cultura nas suas múltiplas relações com a sociedade e a educação não no sentido de considerar os indivíduos como meros produtores ou suportes da cultura, e sim como intérpretes. Nas palavras de Santamaría, “*autores das configurações culturais*” (SANTAMARÍA², 2001, p. 101, grifo do autor). Isso nos direciona para um currículo culturalmente orientado, e essa posição implica outra questão: qual cultura? Nesse sentido, faz-se necessário revermos as posturas alicerçadas em currículos cujo centro da ação educativa seja pautado nas chamadas culturas dominantes. Para Canen e Moreira (2001, p. 36),

a concretização de currículos multiculturais na formação de docentes pode ser favorecida pelos seguintes procedimentos: associação de elementos cognitivos e afetivos na prática pedagógica; sensibilização para a diversidade cultural e sua influência na educação; conscientização cultural; desenvolvimento

de uma prática reflexiva multiculturalmente comprometida; superação de preconceitos e estereótipos; problematização de conteúdos (específicos e pedagógicos); reconhecimento do caráter múltiplo e híbrido das identidades culturais.

Por isso Cultura, Sociedade e Educação são conceitos basilares na fundamentação e articulação dos componentes curriculares do curso numa perspectiva interdisciplinar com intuito de romper com uma organização curricular tradicional, buscamos inspiração na perspectiva de um currículo integrativo e em espiral. Em nosso currículo, as ementas e as bibliografias dos componentes curriculares apresentam-se como responsáveis pela garantia do diálogo interdisciplinar de um mesmo semestre e entre os diferentes semestres. Este diálogo é extremamente necessário tendo-se em vista a oferta à distância e a demanda de desenvolvimento de uma ambiência universitária equitativa na otimização dos processos formativos no uso dos tempos e dos recursos da/na universidade pelos componentes presenciais e à distância. A intencionalidade é problematizar as questões teóricas e práticas necessárias à formação do/a pedagogo/a, viabilizando a pesquisa e a extensão como estratégia metodológicas do ensinar e aprender.

Esta proposta de currículo contribuirá para repensarmos as relações de gênero, a linguagem gestual e as práticas corporais; fornecerá subsídios importantes na forma como se articulam as políticas e os currículos, com o que ensinar, como, para quê, o quê; contribuirá para a inclusão, nos currículos formais e ativos, das diversas culturas escolares e não escolares que os sistemas de ensino; auxiliará a revermos as construções discursivas sobre as questões étnico-raciais, de classes sociais, religiões, considerando-as sob as novas circunstâncias nas quais a diferença irrompe.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o PDI (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a

assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

Nesse sentido, o curso reorganiza sua proposta com atenção ao art. 11 da Resolução CNE/CP nº 02/2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação):

- I - **Grupo I:** 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- II - **Grupo II:** 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- III - **Grupo III:** 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
 - a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e
 - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Os requisitos para integralização curricular com vistas à colação de grau são:

- Cumprimento de todos os componentes curriculares e estágios obrigatórios (3.200 horas);
- Cumprimento da carga horária mínima de Atividades Curriculares de Extensão, conforme as normas deste PPC (325 horas);

- Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e posterior entrega da versão final à universidade, conforme as normas vigentes;
- Situação regular no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), que é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme Lei nº 10.861/2004 e Portaria Normativa MEC nº 5, de 22/02/2010.

Na Tabela 1, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, e Atividades Curriculares de Extensão.

Tabela 1 - Distribuição Carga Horária Integralização

MODALIDADE DA ATIVIDADE	Carga Horária
1. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DE GRADUAÇÃO	2.635
1.1 Carga horária à distância	945
1.2 Trabalho de Conclusão de Curso	120
1.3 Estágio Curricular Obrigatório	405
1.4 Prática como Componente Curricular (licenciaturas)	405
2. COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	240
3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	Não há
4. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	325
4.1 Unipampa Cidadã	120
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	205
*TOTAL (SOMA DOS ITENS 1, 2, 3 e 4)	3.200

* Carga horária a ser registrada no sistema e-MEC.

2.4.2 Matriz curricular

A composição curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 2 e 3 que permitem a visualização dos componentes distribuídos nos Grupos I, II e III e Tabela 4 que faz o detalhamento dos encargos teóricos, curricularização da extensão e previsão do percentual da modalidade a distância utilizada, conforme a Resolução 02/2019.

Tabela 2 Matriz Curricular

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4ºSEMESTRE	5ºSEMESTRE	6º SEMESTRE	7ºSEMESTRE	8ºSEMESTRE
Psicologia da Educação: Aprendizagem. Grupo I	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I Grupo II e III	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II Grupo II e III	Pedagogia e Trabalho Docente Grupo II	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III Grupo II e III	Ensinar e Aprender Matemática Grupo II e III	TCC I Grupo II	TCC II Grupo II
História da Educação e da Pedagogia Grupo I	Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos Grupo I e II	Teorias e Práticas Alfabetizadoras I Grupo II e III	Teorias e Práticas Alfabetizadoras II Grupo II e III	Ensinar e Aprender Geografia Grupo II e III	Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil Grupo II	Socialização das Experiências Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Grupo II	Socialização das Experiências Docentes mediadas por tecnologia Grupo II
Tecnologias digitais e Educação Grupo I	Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais Grupo I e III	Experiências de aprendizagem em Gestão Educacional Grupo I e III	Planejamento e avaliação na Educação Básica Grupo II e III	Educação para as Relações Étnico-Raciais Grupo II e III	Ensinar e Aprender Educação Física Grupo II	Língua Brasileira de Sinais Grupo II e III	Estágio Supervisionado mediado por tecnologias Grupo III
Infâncias, Culturas e Educação Grupo I e III	Sociologia da Educação Grupo I e II	Educação Especial e processos inclusivos Grupo II e III	Ensinar e aprender Ciências Naturais Grupo II e III	Literatura Infanto-Juvenil e Educação Grupo II e III	Educação de Jovens, Adultos e Idosos Grupo II e III	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Grupo III	UNIPAMPA Cidadã

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4ºSEMESTRE	5ºSEMESTRE	6º SEMESTRE	7ºSEMESTRE	8ºSEMESTRE
Leitura e Escrita Acadêmica Grupo I e II	Filosofia da Educação Grupo I	Políticas Públicas em Educação Grupo	Arte e Educação Grupo II e III	Ensinar e Aprender História Grupo II e III	Estágio Supervisionado em Educação Infantil Grupo III	CCCG-3	CCCG-4
	Teorias Curriculares Grupo I e III	Gestão Democrática na Escola Grupo I e III	Relações de Gênero, Diversidade Sexual, Escola e Sociedade Grupo II e II	CCCG-1	CCCG-2		

3 - Matriz Curricular do Curso

Tabela 3 - Matriz por Semestres

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
1		Psicologia da Educação: aprendizagem	I	60					60	4
1		História da Educação e da Pedagogia	I	60					60	4
1		Tecnologias digitais e Educação	I	20		40			60	4
1		Leitura e Escrita Acadêmica	I e III	45			15		60	4
1		Infâncias, Culturas e Educação	I e III	15		30	15		60	4
Total				200	0	70	30	0	300	20

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO / GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
2		Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais	I e III			45	15		60	4
2		Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos	I e III	45			15		60	4
2		Filosofia da Educação	I	60					60	4
2		Teorias Curriculares	I e III	45			15		60	4
2		Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I	II e III	10		35	15		60	4
2		Sociologia da Educação	I			60			60	4
Total				160	0	140	60	0	360	24

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
3		Teorias e Práticas Alfabetizadoras I	II e III			45	15		60	4
3		Educação Especial e Processos inclusivos	II e III	20		25	15		60	4
3		Gestão Democrática na Escola	I e III	45			15		60	4
3		Experiências de aprendizagem em Gestão Educacional	I e III			45	15		60	4
3		Políticas Públicas em Educação	I	45			15		60	4
3		Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II	II e III	20		25	15		60	4
Total				130	0	140	90	0	360	24

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
4		Teorias e Práticas Alfabetizadoras II	II e III			45	15		60	4
4		Relações de Gênero, Diversidade Sexual, Escola e Sociedade	II e III	45			15		60	4
4		Planejamento e Avaliação na Educação Básica	II e III			45	15		60	4
4		Pedagogia e Trabalho Docente	II	60			15		60	4
4		Ensinar e Aprender Ciências Naturais	II e III			45	15		60	4
4		Arte e Educação	II e III	45			15		60	4
Total				150	0	135	90	0	360	24

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
5		CCCG - 1							60	4
5		Ensinar e Aprender história	II e III	45			15		60	4
5		Literatura Infanto-Juvenil e Educação	II e III	45			15		60	4
5		Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III	II e III	20		25	15		60	4
5		Ensinar e Aprender Geografia	II e III			45	15		60	4
5		Educação Para as Relações Étnico Raciais	II e III	45			15		60	4
Total				155	0	70	75	0	360	24

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
6		CCCG - 2							60	4
6		Ensinar e Aprender Matemática	II e III			45	15		60	4
6		Estágio Supervisionado em Educação Infantil	Ver item 2.4.1.1 – Requisitos – III		150				150	10
6		Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil	**matrícula Estágio na E. I. - II			60			60	4
6		Educação de Jovens, Adultos e Idosos	II e III			45	15		60	4
6		Ensinar e Aprender Educação Física	II	60			15		60	4
Total				60	150	150	45	0	450	30

Semestre	Código	Nome do Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
7		CCCG - 3							60	4
7		Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ver item 2.4.1.1 - III		150				150	10
7		Socialização das Experiências Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	**matrícula Estágio nos Estágio AIEF - II			60			60	4
7		Língua Brasileira de Sinais	II	45			15		60	4
7		Trabalho de Conclusão de Curso I	II			60			60	4
Total				45	150	120	15	0	390	26

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
		CCCG - 4							60	4
8		Trabalho de Conclusão de Curso II	II			60			60	4
8		Estágio Supervisionado mediado por tecnologias	Ver item 2.4.1.1 - III		105				105	7
8		Socialização das Experiências Docentes mediadas por tecnologia	**matrícula nos Estágio AIEF. - II			60			60	4
		UNIPAMPA - CIDADÃ						120	120	
		ACEE - ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO ESPECÍFICAS						215	215	

Total				0	105	120	0	335	620	19
TOTAL DOS SEMESTRES				TEÓRICA	ESTÁGIO	EAD	PCC	EXTENSÃO	TOTAL	CRÉDITOS
				900	405	945	405	335	3.200	191

2.4.1.1 Requisitos para Realização dos estágios Obrigatórios

A apresentação de requisitos para realização dos estágios supervisionados tem por objetivos estabelecer conexão entre os conhecimentos científico-educacionais necessários ao domínio pedagógico pelo discente em seu protagonismo nas práticas educacionais junto às escolas. Os requisitos são os abaixo apresentados:

- Para realização do **Estágio Supervisionado em Educação Infantil – VI Semestre** é necessário ter integralizado ou estar cursando os seguintes componentes:
 1. Infâncias, Culturas e Educação;
 2. Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I;
 3. Planejamento e Avaliação na Educação Básica;
 4. Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II;
 5. Ensinar e Aprender Matemática;
 6. Ensinar e Aprender Educação Física;
 7. Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III;
 8. Educação Especial e processos inclusivos;
 9. Ensinar e aprender Ciências Naturais;

- Para realização do **Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - VII Semestre** é necessário ter integralizado ou estar cursando os seguintes componentes:
 1. Teorias e Práticas Alfabetizadoras I e II;
 2. Arte e Educação;
 3. Ensinar e Aprender Matemática;
 4. Ensinar e Aprender Educação Física;
 5. Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III;
 6. Ensinar e aprender Ciências Naturais;
 7. Ensinar e Aprender História
 8. Ensinar e Aprender Geografia.

9. Literatura infanto-juvenil e Educação;
10. Educação Especial e processos inclusivos;

□ Para realização do **Estágio Supervisionado mediado por tecnologias - VIII Semestre** é necessário ter integralizado ou estar cursando os seguintes componentes:

1. Tecnologias digitais e Educação;
2. Ter concluído Estágio Supervisionado na Educação Infantil ou Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

Ao longo de sua existência o Campus Jaguarão da UNIPAMPA trouxe novos desafios para as comunidades fronteiriças. Desafios estes cunhados pelos docentes oriundos da região e de todo território nacional e internacional. Não faltaram impérios contra a dignidade das pessoas. A cada investida nossa comunidade se organizou e como ação tímida, mas com esperança de muita potencialidade no devir dos anos fundaram-se o Núcleo Interdisciplinar de Educação com recursos do Prodocência (2012), o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI em 2017). O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (2018) e IN LIBRAS (grupo de inclusão de pessoas Surdas, 2018). Os ensaios e tentativas de abarcar estas demandas foram sendo fortalecidas pela ação do movimento estudantil em nosso Campus.

Recentemente, não sendo exclusividade de nosso Campus, testemunhamos uma onda de ataques homofóbicos, racistas, misóginos entre outras barbáries, inclusive a carestia e insegurança alimentar da população mais pobre. Neste sentido o curso de Pedagogia tem realizado ações no sentido de dar visibilidade às relações étnicoraciais, considerando o papel do Campus Jaguarão no rompimento do silenciamento destas pautas na formação de professores e relações sociais que a universidade estabelece como instituição formadora.

Na universidade a população negra ainda não se faz representada, em nosso campus são apenas três docentes e nenhum técnico administrativo em educação. É

um número ainda menor no conjunto de discentes do curso, mas a contagem muda quando estabelecemos relação com o grupo de trabalhadores terceirizados. Uma ex-servidora, certa feita, por ser filha de uma costureira e de um pedreiro falou em uma discussão que estas pessoas eram para muitos considerados “o furo do sistema” pois a universidade ainda é um lugar de hegemonia de pessoas com “sobrenomes” e “de famílias com tradição universitária”.

Esta reflexão quer apresentar os esforços de inserir no currículo componentes que reverberam na formação de nossos profissionais licenciados a fim de ampliar campos de possibilidades para compreensão e articulação em suas práticas pedagógicas.

No processo formativo o currículo é permeado pelas ACEV e PCC. Desta forma os temas transversais ficam evidenciados ao longo da proposta curricular com os seguintes componentes:

- **III semestre** - *Educação Especial e processos inclusivos;*
- **IV semestre** - *Relações de Gênero, Diversidade Sexual;*
- **V semestre** - *Educação para as Relações Étnico Raciais;*
- **VI semestre** - *com Educação de Jovens, Adultos e Idosos;*
- **VII semestre** - *com Língua Brasileira de Sinais.*

2.4.4 Flexibilização Curricular

A concepção de formação acadêmica indicada no PDI (2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemple, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, complementares de graduação e atividades curriculares de extensão).

O PDI (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que

deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

O curso de Pedagogia está organizado para permitir que o discente organize o seu currículo, considerando que os componentes propostos estão em concordância com as DCN's (2006). Dessa forma, cabe ao discente realizar, durante o curso, 2.625 horas de Componentes Curriculares Obrigatórios (incluindo as 120 horas de Trabalho de Conclusão de Curso, 405 horas de Estágios Supervisionados Curriculares e 405 horas de Prática como Componente Curricular), 240 horas de Componentes Curriculares Complementares de Graduação, e as atividades curriculares de extensão (335 horas) sem perder de vista os eixos do ensino, da pesquisa e da extensão, como proposto nas DCNs (2006), que destacam a importância de articular os saberes acadêmicos e de outros âmbitos, escolares e não escolares, os quais evidenciam a flexibilização curricular e a busca de uma dinâmica de formação profissional engajada nessa perspectiva.

Diante disso, o Curso busca promover, a partir de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, a flexibilização curricular na formação dos licenciandos, pois promovem ao professor em formação o contato com o exercício profissional em diferentes contextos de atuação propostos pelo curso de Pedagogia da UNIPAMPA e a execução e a participação em Programas de Iniciação à Docência (PIBID), em Programas de Educação Tutorial (PET), Residência Pedagógica (RP), Projetos de Extensão e Projetos de Ensino e Pesquisa.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação - CCCG

Visando a flexibilização curricular e a autonomia do estudante, este PPC propõe Componentes Curriculares Complementares de Graduação, nas modalidades a distância e/ou presencial. O discente tem autonomia de escolha dos que deseja cursar dentre aqueles ofertados a cada semestre neste curso, em outros da IES ou em outras Universidades/Institutos Federais. O mínimo estipulado é de 240 horas para integralização curricular.

Ao final do ementário foram incluídas as CCCGs idealizadas até o momento pelo curso de Pedagogia; outras poderão ser inseridas no currículo através da aprovação inicial do NDE.

2.4.4.2 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular

a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.3 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

Os discentes do Curso de Pedagogia que ingressarem nos Programas de Educação tutorial terão abatidas as 100h de atividades complementares de Graduação; ingressantes no PIBID terão abatidas 60 horas do total da carga horária das ACG tendo de complementar 10h em cada um dos demais grupos que não sejam ensino. Os ingressantes do Residência Pedagógica terão abatidas 50% da carga horária prevista para a Regência nos Estágios Obrigatórios dos anos iniciais ou na educação infantil, conforme a proposta da área do Núcleo.

2.4.4.4 Carga horária a distância em cursos presenciais

O curso de pedagogia no ano de 2016 implementou a oferta de 360 horas em componentes curriculares na modalidade EaD atendendo a oferta de até 20% de sua carga horária, como pioneiro no Campus Jaguarão. Nesta trajetória de implementação de uma segunda versão do projeto pedagógico em atendimento às novas ordenações do sistema educacional atualizamos o perfil formativo e propomos o aumento para 40% da carga horária permitida, flexibilizando principalmente o horário noturno para que o discente possa participar de atividades de pesquisa, de projetos e de outras ações que a universidade venha a ofertar num espectro amplo e plural que necessita se (re)inventar a cada semestre/ano. O percentual usado para a modalidade a distância vem ao encontro justamente da flexibilização do currículo, oportunizando que o estudante amplie suas aprendizagens em outros componentes, busque vencer barreiras de aprovação em componentes julgados por ele mais complexos e possa ainda usar dos espaços da universidade tais como a Biblioteca, a brinquedoteca e aos laboratórios de informática. Seria oportunidade de um espaço em sua agenda semanal de atividades letivas que ficasse a seu critério utilizar para outras aprendizagens universitárias que não fossem somente as de ensino.

Nesse sentido, o curso possui 3.200 horas de carga horária total, sendo que prevê a realização de 945 horas de carga horária à distância, distribuídas em componentes do curso. Orienta-se aos docentes responsáveis por esses componentes, com carga horária à distância ou totalmente na modalidade a distância, a previsão de uma agenda semestral com previsão de até duas atividades síncronas (*Google Meet*) em dia letivo da semana sem a oferta de componente curricular presencial. Eventualmente pode-se elencar para cada semestre uma noite sem ofertas de componentes curriculares presenciais para que o aluno busque a integralização de seu currículo ao seu cardápio de escolha e, eventualmente, todos os encontros síncronos ou remotos (da modalidade a distância), estejam direcionados para esse momento.

Para assessoramento e acompanhamento da modalidade à distância, a instituição conta com a equipe multidisciplinar (Portaria Nº 1488, de 24 de agosto de 2022). É obrigatório o uso da plataforma institucional *moodle* para a mediação e previsão das atividades avaliativas que seguem todas as orientações das normas

acadêmicas da UNIPAMPA. Os conteúdos são elaborados e disponibilizados pelo docente em módulos, tópicos, ciclos ou outra definição adotada no plano de ensino e validado pelo NDE. O conteúdo deve atender às orientações da atualidade sobre acessibilidade. A metodologia de ensino e de aprendizagem é descrita no plano de ensino do docente.

A estrutura curricular propõe a problematização da realidade, articulando teorias e práticas necessárias à formação do(a) pedagogo(a), viabilizando a pesquisa como princípio do ensinar e do aprender. Trata-se de uma perspectiva de formação que considera os sujeitos, o contexto social e suas dinâmicas educacionais.

Destaca-se que consideramos centrais para a proposta de formação de professores: um currículo historicizado, politizado e culturalizado, comprometido com a inclusão dos saberes dos diferentes sujeitos, que problematiza o ensinar e o aprender subsidiados na construção do conhecimento; a pesquisa como princípio do ensinar e do aprender; o conhecimento interdisciplinar e a docência ressignificada a partir da perspectiva do educador como pesquisador.

Além disso, consideramos fundamental destacar a atenção ao processo que contemple, nesta perspectiva curricular, a acessibilidade pedagógica. No sentido de compreender que os sujeitos passam por processos distintos em relação ao aprender, cabe considerar, em uma perspectiva inclusiva, a necessidade de adequação dos tempos para aprendizagens e ajustes curriculares aos discentes com deficiência. Sendo assim, uma preocupação desta proposta curricular é não desconsiderar que os processos pedagógicos precisarão ser contemplados na dimensão inclusiva, tal qual nos aponta Lira (2014, p.4) em sua discussão sobre a acessibilidade no Ensino Superior:

As práticas educacionais inclusivas revelam que a inclusão educacional não é do interesse apenas dos estudantes que demandam atendimento diferenciado, haja vista que a inserção desse alunado nos espaços educacionais comuns exige das instituições novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, acompanhando os avanços conceituais e teóricos advindos das teorias educacionais.

Portanto, tal proposta curricular também se ancora no entendimento de que, diante da necessidade de adequação curricular ao aluno com deficiência, esta se dará numa proposição diferenciada e com apoio ao processo de ensino e de aprendizagem, considerando alguns princípios que redundam da acessibilidade pedagógica: adequação dos materiais pedagógicos, adequação do mobiliário, adequação dos objetivos, adequação dos conteúdos, adequação dos processos de avaliação, adequação dos tempos para o aprender.

Objetiva-se, a partir de uma ação intencional e planejada com o trabalho cooperativo de todos os docentes, promover uma permanente interlocução entre as atividades curriculares e a realidade social, questionando as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas que a constituem, apontando, quando necessário, a possibilidade de construção de alternativas de mudança e intervenção transformadora da realidade.

Politicamente engajado em problemas sociais, ele [o currículo] considera-se uma **prática teórico-investigativa** e, ao mesmo tempo, uma prática ativa de transformação cultural, imersa em relações de poder-saber, particularidades das distintas culturas, produções de subjetividades multiculturais e multirraciais (CORAZZA, 2002, p.108).

Importante destacar que no primeiro semestre do Curso o componente de Tecnologias Digitais e Educação buscará familiarizar o estudante com a linguagem midiática e informática. O curso com a colaboração da equipe multidisciplinar deve promover atividades de atualização para professores e estudantes do curso de pedagogia a fim de uma maior fluência tecnológica no processo formativo à distância.

2.4.5 Migração curricular e equivalências

Na implantação deste PPC, os alunos são convidados a migrar para a nova composição curricular, respeitando o direito do aluno permanecer na matriz na qual ingressou. O processo de migração curricular contará com a análise do relatório de integralização curricular, diálogo com os discentes para registro da anuência sobre a migração ou plano de integralização no PPC 2016.

No período de transição serão analisados os históricos escolares dos alunos e os componentes curriculares que não foram ministrados para serem oferecidos em regime especial ou em períodos letivos especiais de verão e/ou inverno, observando-se a situação individual dos discentes e currículo novo que passou a vigorar em conformidade com as decisões da Comissão de Curso.

Considerando que no PPC anterior (2016) a maioria dos componentes curriculares obrigatórios apresentava carga horária de 4 créditos (60 horas/aula) e na proposta atual alguns componentes curriculares apresentam carga horária de 5 (75 horas/aula)¹, os alunos que optarem pela migração ao novo PPC não sofrerão perda na carga horária total do curso. A tabela de equivalências apresentada abaixo informa a correspondência entre os componentes curriculares e a forma de aproveitamento em relação aos componentes já cursados, bem como a carga horária de cada componente.

Na Tabela constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutivas para aproveitamento dos componentes no processo de migração curricular para a composição curricular, amplamente debatida no NDE e aprovada na comissão de curso, juntamente com esse PPC.

1

Tabela 04 - Migração Curricular

Semestre	Nome	CH	Nova Matriz	CH	Medida resolutiva
1º	Gêneros Textuais Acadêmicos	60	Leitura e Escrita Acadêmica <i>Permanece no 1º. Semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
1º	História da Educação e da Pedagogia	60	História da Educação e da Pedagogia <i>Permanece no 1º. Semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
1º	Filosofia da Educação	60	Filosofia da Educação <i>Realocado no 2º. semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
1º	Antropologia	60	Antropologia e Educação <i>Realocado como CCCG</i>	60	Aproveitamento CCCG
1º	Sociologia da Educação	60	Sociologia da Educação <i>Realocado no 2º. Semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência

1º	Mídias e Educação	60	Tecnologias digitais e Educação Permanece no 1º. Semestre da matriz curricular	605	Equivalência
1º			Infâncias, Culturas e Educação	60	Não se aplica
2º	Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos	60	Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos Realocado no 2º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
2º	História da Educação no Brasil	60			Aproveitamento CCG
2º	Políticas Públicas em Educação	60	Políticas Públicas em Educação Realocada no 3º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
2º	Corporeidade e Educação	60			Aproveitamento CCG
2º	Pedagogia e Trabalho Docente	60	Pedagogia e Trabalho Docente Realocado no 4º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência

2º	Psicologia do Desenvolvimento	60			Aproveitamento CCCG
3º	Psicologia da Aprendizagem	60	Psicologia da Educação: aprendizagem Realocado no 1º semestre da matriz curricular	60	Equivalência
3º	Experiências de aprendizagem em gestão educacional	60	Experiências de aprendizagem em Gestão Educacional Permanece no 3º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
3º	Teorias Curriculares	60	Teorias Curriculares Realocado no 2º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
3º	Gestão Democrática da Escola	60	Gestão Democrática na Escola Realocado no 3º. semestre da matriz curricular	60	Equivalência
3º	Avaliação e Planejamento Educacional	60	Planejamento e Avaliação na Educação Básica Realocado no 4º. semestre da matriz curricular	60	Equivalência

3º			Relações de Gênero, Diversidade Sexual, Escola e Sociedade	60	Não se aplica
3º			Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II	60	Não se aplica
4º	História do Rio Grande do Sul	60			Aproveitamento CCCG
4º	Geografia do Rio Grande do Sul	60			Aproveitamento CCCG
4º	Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais	60	Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais Realocado no 2º semestre da matriz curricular	60	Equivalência
4º	Didática e Organização Curricular na Educação Infantil	60	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I Realocado no 2º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
4º	Experiências de aprendizagem em Educação Infantil	60	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II	60	Equivalência

			<i>Realocado no 3º. Semestre da matriz curricular</i>		
4º	Educação Especial e Inclusão	60	Educação Especial e Processos inclusivos <i>Realocado no 3º. Semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
5º	Ensinar e Aprender História	60	Ensinar a Aprender História <i>Realocado no 5º. Semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
5º	Ensinar e Aprender Geografia	60	Ensinar e Aprender Geografia <i>Permanece no 5º. Semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
5º	Teorias e Práticas Alfabetizadoras I	60	Teorias e Práticas Alfabetizadoras I <i>Realocado no 3º. semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência
5º	Didática e Organização Curricular no Ensino Fundamental	60			Aproveitamento CCCG
5º	Didática e Organização Curricular na EJA (EAD *2)	60	Educação de Jovens, Adultos e idosos <i>Realocado para o 6º. Semestre da Matriz Curricular</i>	60	Equivalência

5º			Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III	60	Não se aplica
5º			Educação Para as Relações Étnico Raciais	60	Não se aplica
6º	Ensinar e Aprender Educação Física	60	Ensinar e Aprender Educação Física Permanece no 6º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
6º	Ensinar e Aprender Matemática I	60	Ensinar e Aprender Matemática Permanece no 6º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
6º	Ensinar e Aprender Ciências Naturais	60	Ensinar e Aprender Ciências Naturais Realocado no 4º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
6º	Literatura e Educação	60	Literatura Infanto-Juvenil e Educação Realocado no 5º semestre da matriz curricular	60	Equivalência
6º	Arte-Educação	60	Arte e Educação Realocado no 4º semestre da matriz curricular	60	Equivalência

6º	Experiências de Aprendizagem em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA (EAD *2)	60			Aproveitamento CCCG
6º			Estágio Supervisionado em Educação Infantil	150	Não se aplica
7º	Práticas educativas em espaços escolares e não escolares	60			Aproveitamento CCCG
7º	Ensinar e Aprender Matemática II	60			Aproveitamento CCCG
7º	Ensinar e Aprender Língua Portuguesa	60			Aproveitamento CCCG
7º	Teorias e Práticas Alfabetizadoras II	60	Teorias e Práticas Alfabetizadoras II Realocado no 4º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
8º	Prática Docente em Educação Infantil	150	Estágio Supervisionado na Educação Infantil Realocado no 6º semestre da matriz curricular	150	Equivalência
8º	Socialização de Experiências Docentes I	60	Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil	60	Equivalência

			Realocado no 6º semestre da matriz curricular		
8º	Libras	60	Língua Brasileira de Sinais Realocado no 7º. Semestre da matriz curricular	60	Equivalência
8º	TCC – Projeto	60	Trabalho de Conclusão de Curso I Realocado no 7º semestre da matriz curricular	30	Equivalência
8º			Estágio mediado por tecnologias	100	Não se aplica
8º			Socialização das Experiências Docentes mediadas por tecnologia	60	Não se aplica
8º			Direitos Humanos e Cidadania	60	Não se aplica
9º	Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	150	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Realocado no 7º. Semestre da matriz curricular	150	Equivalência
9º	Socialização de Experiências Docentes II	60	Socialização das Experiências Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	Equivalência

			<i>Realocado no 7º. Semestre da matriz curricular</i>		
9º	TCC – Relatório	60	Trabalho de Conclusão de Curso II <i>Realocado no 8º semestre da matriz curricular</i>	60	Equivalência

2.4.6 Prática como Componente Curricular

Ao longo de toda a integralização curricular, os componentes apresentam a distinção entre horas teóricas e horas práticas como componente curricular. Esta distinção encontra-se amparada na Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2019 que exige mínimo de 400 horas de práticas como componente curricular (PCC). Esta necessidade de caracterizar no percurso formativo a PCC vem desde a CNE/CP nº1, 2002, no art. 12 coloca que:

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

As Práticas como Componentes Curriculares caracterizam-se por atividades que propiciam vivências em diferentes áreas do campo educacional. Podem abranger desde observações, entrevistas, análise de documentos, dinâmicas de grupo, inserções docentes, as quais sustentam o caráter investigativo dos componentes curriculares. Segundo o Parecer CNE/CES 15/2005

[...] **a prática como componente curricular** é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (p. 03).

A organização das atividades práticas deve estar prevista e descrita nos planos de ensino de cada componente curricular. Estas atividades fazem parte da carga horária geral dos componentes curriculares obrigatórios, totalizando 405 horas. Tais atividades, planejadas e descritas nos planos de ensino, podem abranger tanto atividades em sala de aula, no âmbito das interações e da intervenção do docente responsável pelo componente curricular, quanto nos tempos e espaços externos da universidade, caracterizando extensão ao campo de atuação dos futuros docentes. Não há, portanto, no planejamento do componente curricular, necessidade e/ou obrigatoriedade de dispensa das aulas teóricas ou presencial, ou abertura de espaços para realização de prática fora da sala de aula.

2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

A Resolução CONSUNI/Unipampa nº 329, de 04 de novembro de 2021, aprova as Normas para os estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Unipampa e para estágios cuja unidade concedente é a própria universidade. O Colegiado do curso de Pedagogia solicita ao setor de Estágios a mediação junto às instituições conveniadas que no período de regência de Classe do estágio Supervisionado I, II e III possa programar a redução de 10 horas semanais a serem recuperadas pelo estagiário junto ao setor ou instituição que o estagiário está vinculado.

De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, que segue os preceitos estabelecidos pela Lei nº 11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme Art. 4, da Resolução 329, “O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”.

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no PPC, com regulamentação específica aprovado pelo NDE, em consonância com as normas da Unipampa, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da Unipampa assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

Com relação aos Estágios supervisionados obrigatórios do curso de Pedagogia Licenciatura, os mesmos serão realizados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, podendo ocorrer na modalidade da Educação de Jovens , Adultos e Idosos, Educação do Campo, Educação Especial, e Educação Quilombola.

A realização da prática docente inclui:

- Inserção e investigação na/da realidade escolar.
- Observação, análise e reflexão sobre:
 - O funcionamento das instituições;
 - As propostas pedagógicas;
 - A atuação dos profissionais;
 - A organização técnico-administrativa;
 - O funcionamento didático-pedagógico;
 - Os espaços escolares;
 - O uso de tecnologias na educação;
 - As características sociais e culturais, a aprendizagem e as relações que os educandos da educação infantil e as crianças, jovens e adultos dos anos iniciais do ensino fundamental estabelecem com os sujeitos que as rodeiam.
- Construção de um referencial teórico-prático.
- Prática de docência orientada que compreende:
 - ❖ Observação dos processos educativos na escola;
 - ❖ Entrevista com o professor regente da turma;
 - ❖ Construção de um projeto de trabalho;
 - ❖ O acompanhamento do professor regente da turma;
 - ❖ A regência em sala de aula;
 - ❖ Participação em projetos da escola, envolvendo a turma de estágio.
 - ❖ Participação em atividades extraclasse como reuniões de professores e de pais, atividades fora da escola realizadas pela escola, preparação, organização e participação de eventos da escola, dentre outros que tenham uma justificativa e sejam relacionados ao Estágio Supervisionado.

- ❖ Planejamento, atuação, análise e reflexão sobre a docência.

2.4.7.1 Objetivos e justificativa dos estágios

Os estágios que compõem o currículo do Curso de Pedagogia Licenciatura têm como função primordial realizar a articulação efetiva e relevante entre a teoria e a prática, como aspectos básicos e fundamentais da docência. Tal perspectiva vai ao encontro do que preconiza a Resolução 02/2019, na qual em seu Art. 7º menciona que “a prática por meio de estágios devem focar o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio”. Nesse sentido, a realização do estágio representa um momento de análise crítica dos estudos teóricos, constituindo como parte do processo de aprendizagem e reflexão científica, a partir do exercício da profissão docente.

O estágio cumpre com sua finalidade quando leva os alunos à realização de análises das realidades sobre as quais atuarão e, também, como fonte de experiências concretas para os debates sobre as questões de ensino e procedimentos pedagógicos.

Cada um dos estágios, como componentes curriculares, está organizado por meio de várias articulações que visam contemplar a relação com outras instâncias da vida acadêmica, a saber:

- ao enfatizar a atitude investigativa que o aluno deverá desenvolver pesquisando, analisando, refletindo e registrando dados a partir de sua atuação nos ambientes educativos no âmbito da pesquisa;

- ao oportunizar à comunidade que acolheu o estagiário e à comunidade universitária os conhecimentos técnico-científicos do campo pedagógico, construídos pelos acadêmicos durante o curso.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios estabelecem vínculos de responsabilidade social da Universidade e do Curso junto aos sistemas de ensino e/ou instituições que veiculam situações de ensino e de aprendizagem em seus

ambientes, tornando-se fontes de compreensão e atuação do profissional egresso do curso.

2.4.7.2 Carga horária dos componentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Curso de Pedagogia Licenciatura, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2019, desenvolve estágios como Componentes Curriculares, trazendo o pressuposto da indissociabilidade da teoria/prática como unidade, assegurando aos acadêmicos experiência do exercício profissional, com 405 horas práticas dedicadas ao Estágio Supervisionado, prioritariamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contemplando as modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, em situação real de trabalho em escola.

Os componentes relacionados ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ocorrem no 6º, 7º e 8º semestres, e estão incluídos no Grupo III, conforme o Art. 11º da Resolução 02/2019 determina. Nesse sentido, a carga horária está distribuída da seguinte forma: No 6º semestre, ocorre o Estágio Supervisionado em Educação Infantil: 150h; no 7º semestre o Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 150h; E, no 8º semestre ocorre o Estágio Supervisionado mediado por tecnologias (em qualquer ambiente e/ou modalidade da educação básica): 105h. Desta forma, totalizando às 405 horas de estágio que a Resolução 02/2019 exige.

As 150 horas do **Estágio Supervisionado em Educação Infantil** é distribuída na escola, da seguinte forma:

- 20 horas de observação na escola;
- 5 horas de Entrevista ao professor titular da turma;
- 80 horas de regência na sala de aula;
- 10 horas de organização do Plano de Trabalho do estágio;
- 20 horas de planejamento das atividades diárias na escola;

- 10 horas na organização e escrita dos pareceres avaliativos das crianças da turma em que foi realizado o estágio;
- 5 horas de registro reflexivo sobre a prática de estágio.

As 150 horas do **Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** é distribuída na escola, da seguinte forma:

- 20 horas de observação na escola;
- 5 horas de Entrevista ao professor titular da turma;
- 80 horas de regência na sala de aula;
- 10 horas de organização do Plano de Trabalho do estágio;
- 20 horas de planejamento das atividades diárias na escola;
- 10 horas na organização e escrita dos pareceres avaliativos das crianças da turma em que foi realizado o estágio;
- 5 horas de registro reflexivo sobre a prática de estágio.

As 105 horas do **Estágio Supervisionado mediado por tecnologias** é distribuída na escola, da seguinte forma:

- 20 horas de observação na escola;
- 5 horas de Entrevista ao professor titular da turma;
- 30 horas de regência na sala de aula;
- 10 horas de organização do Plano de Trabalho do estágio;
- 25 horas de planejamento das atividades diárias na escola;
- 10 horas na organização e escrita dos pareceres avaliativos dos estudantes da turma em que foi realizado o estágio;
- 5 horas de registro reflexivo sobre a prática de estágio.

Os semestres em que ocorrem as práticas de estágio possuem os componentes de Socialização, os quais estão articulados. Esta articulação necessita do mapeamento de elementos fundamentais na delimitação dos objetivos e

metodologias da docência. Elaborar uma proposta para as “realidades” que tomando contato desde as práticas como componentes curriculares são campos de conhecimento e aprendizagem, possibilitadoras da construção de uma teoria ativa, gerida no contexto, que atenda ao enfrentamento das exigências de processos e políticas globais cada vez mais excludentes. Nesse sentido, os discentes devem estar matriculados no componente de Socialização, concomitantemente, com o componente de estágio do mesmo semestre. Neste componente são compartilhados, de forma coletiva, estudos específicos referentes ao estágio, experiências vivenciadas nas escolas, sugestões de atividades pedagógicas, bem como a socialização das dificuldades e desafios enfrentados pelo grupo de discentes.

2.4.7.3 Pré-requisitos para a matrícula nos componentes de estágio e aproveitamento da carga horária

Para realização do **Estágio Supervisionado em Educação Infantil – VI Semestre** é necessário ter integralizado ou estar cursando os seguintes componentes:

- Infâncias, Culturas e Educação;
- Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I;
- Planejamento e Avaliação na Educação Básica;
- Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II;
- Ensinar e Aprender Matemática;
- Ensinar e Aprender Educação Física;
- Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III;
- Educação Especial e processos inclusivos;
- Ensinar e aprender Ciências Naturais;

Para realização do **Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - VII Semestre** é necessário ter integralizado ou estar cursando os seguintes componentes:

Teorias e Práticas Alfabetizadoras I e II;
Arte e Educação;
Educação Musical;
Ensinar e Aprender Matemática;
Ensinar e Aprender Educação Física;
Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III;
Ensinar e aprender Ciências Naturais;
Ensinar e Aprender História
Ensinar e Aprender Geografia.
Literatura infanto-juvenil e Educação;
Educação Especial e processos inclusivos;

Para realização do **Estágio Supervisionado mediado por tecnologias - VIII Semestre** é necessário ter integralizado ou estar cursando os seguintes componentes:

Tecnologias digitais e Educação;
Estágio Supervisionado na Educação Infantil ou Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

Com relação ao aproveitamento da carga horária de estágio, o Art. 11 da Resolução CNE/CP n. 2/2019, salienta que pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009). Contudo, o Curso de Pedagogia Licenciatura entende que os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios são importantes momentos de reflexão, sistematização e elaboração dos

conhecimentos didático-pedagógicos construídos ao longo do curso, os quais possibilitam a transformação e ressignificação das práticas pedagógicas, sobretudo dos docentes que já têm atuação na educação básica.

Os discentes somente poderão realizar o aproveitamento parcial da carga horária de estágio quando tiverem **participado integralmente do Programa Residência Pedagógica, na etapa da educação básica correspondente**, conforme define a Instrução Normativa 01/2018. Nesse sentido, os discentes poderão aproveitar 40 horas na regência em sala de aula.

2.4.7.4 Organização e acompanhamento das atividades de Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios

A organização do acompanhamento das atividades desenvolvidas na realização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios é realizada a partir das normativas da Universidade, Resolução Consuni/Unipampa Nº 329/2021, e da Comissão do Curso de Pedagogia.

São atribuições do orientador de Estágio:

- prospectar unidades concedentes e solicitar concessão do estágio, intermediando e acompanhando a elaboração, assinatura e registro de todos os documentos envolvidos na sua efetivação;
- prospectar e divulgar ofertas de estágios;
- acompanhamento da execução dos Termos de Compromisso de Estágio;
- encaminhar carta de apresentação do discente à unidade concedente de estágio;
- coordenar o processo de avaliação do estágio, recebendo os relatórios nas datas previamente acertadas e dando continuidade ao processo de avaliação do estágio, de acordo com o regulamento aprovado pela Comissão de Curso e com o PPC ou regulamentação específica;
- efetuar o desligamento dos discentes estagiários, seja por expiração ou dissolução do Termo de Compromisso de Estágio, de Termo de

Renovação de Estágio ou descumprimento do TCE firmado entre as partes;

- orientar o discente a outro campo de estágio e notificar a parte concedente, se identificada alguma irregularidade prevista em lei;
- deliberar sobre assuntos referentes ao estágio junto à Coordenação do Curso;
- prestar informações à Reitoria, à PROGRAD, à Direção do Campus ou às Coordenações de Curso, sobre quaisquer dados referentes aos estágios, sempre que solicitados;
- acompanhar e apoiar tecnicamente, de forma sistemática, o estagiário nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio, seus aditivos e no Plano de Atividades;
- analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino, recebidos do discente e da parte concedente o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino e, ao final de cada semestre, encaminhar ao Interface de Estágios para digitalização e inserção no processo do SEI;
- avaliar o desempenho do estagiário com base nos critérios estipulados no Plano de Ensino;

VII. encaminhar os resultados das avaliações dos estagiários sob sua orientação à coordenação de estágio, quando esta for responsável pelo componente curricular no sistema acadêmico, respeitando o cronograma determinado;

São atribuições do estagiário:

- elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Interface de Estágios para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;
- cumprir o Termo de Compromisso de Estágio, bem como os procedimentos e prazos relacionados ao Estágio;

- exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;
- elaborar e entregar ao orientador de estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;
- responder aos questionamentos do orientador com relação ao estágio, sempre que solicitado;
- estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;
- conhecer e cumprir as normas internas da Unidade Concedente;
- responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- informar ao orientador quando houver realização de atividades fora do prazo estipulado no TCE e seu aditivo.

São motivos para a interrupção do estágio:

1. Não ter cumprido o período de observação na escola;
2. Não ter apresentado o Plano de Trabalho e os planejamentos diários nas datas definidas no Plano de Ensino dos componentes de Estágio Supervisionado;
3. Não demonstrar assiduidade e pontualidade no período de observação, regência na sala de aula e nas orientações individuais;
4. Não demonstrar ética nas relações interpessoais;
5. Não atender as orientações do orientador de estágio e supervisor da escola;

6. Não entregar ao final do estágio todas as documentações solicitadas conforme o PPC do curso definido, bem como o relatório de estágio.

Com relação a avaliação, serão observados:

- Cumprimento da carga horária de estágio curricular supervisionado prevista (400 horas);
- Cumprimento das atividades solicitadas nos componentes curriculares de estágio e obtenção de aprovação, conforme critérios definidos nos planos de ensino dos componentes de estágio e Socialização;
- Entrega dos Relatórios ao final de cada componente curricular de estágio, os quais devem ser escritos conforme as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela UNIPAMPA.
- Entrega dos documentos de registro e comprovação das atividades de estágio (Ficha de frequência; Carta de autorização da Unidade Concedente; e, Parecer descritivo do professor titular da escola).
- Participação na Mostra de Estágio ao final de cada semestre, na qual são apresentadas à comunidade as atividades desenvolvidas pelos estagiários do curso.

Os casos omissos serão enviados para deliberação da Comissão de Curso, segundo a Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação da Unipampa.

2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 20).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado no 7º e 8º semestres, estes compreendendo, respectivamente, a elaboração e apreciação do projeto, artigo e defesa final.

No TCC será abordado a delimitação do tema de pesquisa, a formulação do problema, a justificativa, os objetivos (geral e específicos), a fundamentação teórica, a metodologia, as análises, os resultados e discussão dos achados da investigação.

No TCC1 será desenvolvido um pequeno projeto com os principais itens que compõem uma ideia de investigação/pesquisa. Ao final do TCC1 o estudante deverá ter seu projeto aprovado pelo professor responsável pelo componente e encaminhá-lo para o orientador que o acompanhará no TCC2. Ressalta-se aqui um trabalho contínuo e fluido a fim de que o crescimento e as escritas/construções sejam permanentes e com o acompanhamento de um docente.

Também serão consideradas as seguintes normas para elaboração e apresentação do TCC:

1) Para concluir o curso, o estudante de Pedagogia – Licenciatura necessita **elaborar um artigo científico**, orientado por pelo menos um docente do da UNIPAMPA;

2) O Coordenador do TCC, em consonância com o Coordenador do Curso e mediante levantamento junto aos alunos, fará a distribuição dos trabalhos para a orientação, considerando o tema e disponibilidade de cada professor;

3) Todos os professores da Universidade podem orientar trabalhos de conclusão de curso, desde que devidamente com aderência ao tema proposto;

4) A distribuição da orientação terá o cuidado de não sobrecarregar docentes, tendo como princípio a distribuição equitativa de orientandos entre os docentes, até o máximo de cinco orientandos por professor no semestre;

5) O artigo poderá ser apresentado em forma de defesa pública, segundo nomenclatura do Art. 126, parágrafo único, da Resolução 29 de 2011 (em torno de 15 minutos) a uma banca formada por 3 (três) professores que concede uma nota final para o trabalho. Para a banca de avaliação, poderá ser convidado, conforme Art. 127 da Resolução N°29/2011 “docentes lotados na UNIPAMPA ou convidados, que podem

ser professores de outras instituições ou profissionais não docentes, com formação em nível superior, experiência e atuantes na área desenvolvida no TCC”.

6) A avaliação do artigo toma como referência sua contribuição à educação, tendo presente a proposta do curso, a relevância do tema ou do tratamento dado ao assunto, a consistência e o rigor da abordagem teórica, bem como a qualidade do texto.

7) As normas para a elaboração do artigo devem ser de acordo com as definidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UNIPAMPA vigentes.

8) O artigo final deve ser entregue em versão digital (formato pdf) para compor o acervo da biblioteca do campus, no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização da defesa, com as devidas reformulações.

9) Os artigos deverão ter entre 15 a 20 laudas, incluindo as referências bibliográficas, notas e tabelas. Devem ser acompanhados de resumo, *abstract* ou *resumen* (de no máximo 10 linhas) e palavras-chave (máximo de 4) em português, inglês ou espanhol.

10) Em caso de desempenho insuficiente durante a apresentação, ou da produção escrita, o aluno terá um período de 30 (trinta) dias para refazer o trabalho, tendo como referência as sugestões e correções apontadas pela Banca de Avaliação.

2.4.8.1 O Coordenador do Componente Curricular TCC

Cada componente curricular associado ao TCC deverá ser ministrado e coordenado por docente designado pela Coordenação de Curso, responsável por:

I Acompanhar o andamento dos trabalhos de cada discente matriculado no componente;

II Garantir os prazos definidos na normativa específica do curso;

III Receber e encaminhar a documentação e os produtos definidos nas normas do TCC do curso;

IV Organizar as avaliações previstas na atividade. O encargo didático dos componentes curriculares associados ao TCC ao docente que ministra/coordena a

atividade, é 4 (quatro) créditos.

V Elaborar o Plano de Ensino e, ao final do semestre, realizar o lançamento de notas atribuídas ao artigo final, de acordo com os critérios escolhidos pelo orientador do estudante.

Compete à Coordenação do TCC:

- a) Planejar o calendário e responsabilizar-se pelo registro das atividades correspondentes às etapas do TCC previstas no PPC.
- b) Instruir os discentes matriculados em TCC, a cada início de semestre, sobre as normas e os procedimentos acadêmicos referentes à atividade curricular e sobre os requisitos científicos e técnicos do trabalho a ser produzido, principalmente no quesito de plágios e similaridades de trabalhos já publicados.
- c) Providenciar a substituição de orientador nos casos de impedimento definitivo e justificado.
- d) Sugerir, caso o orientador peça, os avaliadores em comum acordo com o orientador e compor as bancas de avaliação/pareceristas.
- e) Encaminhar questões administrativas referentes às defesas.
- f) Acompanhar o processo de avaliação dos discentes.
- g) Receber as versões finais corrigidas e encaminhá-las para catalogação na biblioteca.
- h) Examinar e decidir casos omissos na regulamentação específica do TCC de cada curso.

2.4.8.2 O Orientador do Componente Curricular de TCC

O TCC é orientado e acompanhado por 1 (um) docente do quadro de pessoal da UNIPAMPA. Compete ao professor orientador:

- a) Orientar a execução e a documentação do trabalho do discente.
- b) Cumprir as exigências estabelecidas na normativa do curso e no

Parágrafo Único do Art. 121, da Resolução N°29/2011:

O orientador é co-responsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, em relação a plágio, integral ou parcial, à utilização de textos sem a correta identificação do autor, bem como pela atenção à utilização de obras adquiridas como se fossem da autoria do orientando.

- c) Corresponsabilizar-se pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC.
- d) Participar das atividades de avaliação de seus orientandos;
- e) Apresentar-se pontualmente em todas as atividades determinadas pela Coordenação do TCC.
- f) Encaminhar à Secretaria Acadêmica lista em que constem os TCC concluídos, com os respectivos autores, orientadores e co-orientadores, ao final de cada semestre.
- g) Providenciar os atestados de orientação e co-orientação dos docentes envolvidos.
- h) instruir o orientando/orientado a incluir na plataforma lattes seu artigo, como forma de incentivo à produção científica.

O encargo didático dos orientadores de TCC é de 2 (dois) créditos semestrais por discente orientado, o qual constitui-se encargo de ensino.

A avaliação do TCC se dará de acordo com os critérios definidos na Tabela a seguir:

Tabela 5 – Avaliação Trabalho de Conclusão de Curso

TRABALHO ESCRITO (7,0)
Organização do trabalho (correspondência entre os elementos estruturais: título, introdução, considerações teóricas e metodológicas, análise de dados e conclusão) (5,0)
Capacidade de expressão em linguagem acadêmica (1,0)
Aspectos formais: língua padrão, normas da ABNT (1,0)

APRESENTAÇÃO ORAL (3,0)
Conhecimento e reflexão adequada sobre o tema, clareza, organização das informações (1,0)
Uso adequado de recursos (1,0)
Capacidade de expressão em linguagem acadêmica e adequação ao tempo estipulado (1,0)
TOTAL: 10,0

2.4.8.3 Atribuições dos discentes matriculados no componente Curricular de TCC

O discente matriculado no TCC é o principal responsável pelo desenvolvimento do seu trabalho. Assim, deve permanecer atento e atuante durante os semestres previstos para sua elaboração e defesa. Neste sentido, o discente deve manter-se em permanente contato com orientador, assinar e avaliar em conjunto com o orientador a ficha de presença e ciência das orientações, responder às orientações presenciais ou à distância do orientador, responsabilizar-se pelas leituras e produções escritas encaminhadas, bem como encaminhar ao Coordenador do TCC possíveis desacordos ou dificuldades durante o processo de orientação. Eventualmente o orientador poderá iniciar seu acompanhamento antes do semestre em que o TCC está sendo ofertado e/ou desenvolvido, garantindo maior tempo e proximidade com o estudante e a temática que venha ser escolhida.

Também são atribuições dos discentes matriculados no TCC, de acordo com o Art. 129 da Resolução 29/2011, observar os aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, especialmente em relação a plágio, seguir as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela UNIPAMPA, autorizar a publicação de seu TCC na Biblioteca do seu respectivo *campus*.

2.4.9 Inserção e regulamentação da extensão no currículo do curso

As normas de aproveitamento/validação de ações de extensão como Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no curso de Pedagogia Licenciatura

seguem a regulamentação dada pela Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317/2021 e a Instrução Normativa Unipampa Nº 18, 05 de Agosto de 2021.

A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A prática extensionista, conforme a Resolução Unipampa Nº 317, 29 de Abril de 2021, tem como principais objetivos:

- Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA;
- Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;
- Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

As atividades de extensão devem corresponder a 10% da carga horária total do Curso, no caso do curso de Graduação em Pedagogia são 335 horas referentes a atividades curriculares de extensão (ACE), as quais integram a matriz curricular, sendo requisitos obrigatórios para a colação de grau. Essas horas de ACE estão distribuídas da seguinte forma:

Tabela 6: Atividades Curriculares de Extensão

CURSO PEDAGOGIA		
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)		
Atividades Curriculares de Extensão	Validadas mediante a participação em projetos de extensão (ACEE).	215 horas
	Validadas através do Unipampa Cidadã (ACEE).	120 horas
Carga horária total		335 horas

De acordo com o PDI da Unipampa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023, p. 31), a extensão

assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como pela retroalimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a extensão universitária será efetivada na interação com a comunidade, compartilhando saberes e informações, identificando limites e possibilidades, mediante a participação ativa de estudantes, servidores, diferentes atores da comunidade de inserção, em ações diagnosticadas metodologicamente para ir ao encontro de necessidades/demandas reais.

Para tal, o processo demanda observações metodológicas da realidade articuladas com atitudes questionadoras, que ocorrem no diálogo e na interação com o contexto de inserção, com a intenção de compreendê-lo, qualificá-lo e/ou transformá-lo, quando a realidade assim o sinalizar.

Para oportunizar sistemática e intencionalmente a interlocução com a realidade escolar, contexto do nosso curso, precisamos da extensão e da pesquisa acadêmicas inseridas nas atividades de ensino.

As atividades extensionistas, assim como as de ensino e de pesquisa, necessitam explicitar os objetivos das ações, as atribuições e os papéis dos atores nela envolvidos, os resultados desejados, bem como os critérios de avaliação da participação do estudante e dos resultados alcançados.

Tais atividades extensionistas estão materializadas na curricularização da extensão conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317, de 29 de abril de 2021.

No Curso de Pedagogia o discente do deverá cumprir, no mínimo, 335 horas (10% da carga horária total do curso) em Atividades Curriculares de Extensão, como membro da equipe executora, nas seguintes modalidades:

1. ACEE (Atividade Curricular de Extensão Específica) denominada “Unipampa Cidadã”: obrigatório o cumprimento de 120 horas;

2. ACEE (Atividades Curriculares de Extensão Específicas) mediante a participação na equipe executora de projetos e ações de extensão de sua livre escolha, com validação por meio de documentação comprobatória: obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 215 horas.

Conforme Instrução Normativa nº 18 de 5 de agosto de 2021, a atividade curricular de extensão específica denominada Unipampa Cidadã é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade. Nessa ação, os discentes da Unipampa realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar aos discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes. É de responsabilidade do discente buscar instituições, em sua localidade, para desenvolver as ações de cidadania e/ou solidariedade. A realização presencial das atividades de extensão em suas

localidades de inserção e/ou comunidades de origem assegura uma ação extensionista democrática, exequível e que promova, de fato, a extensão universitária articulada às necessidades de cada região.

O processo inicia com o estudante elaborando um Plano de Ação (PA) que necessitará da anuência do supervisor de extensão e de um responsável do local da ação, para ser iniciado.

Finalizada a ação, a comprovação de sua realização e das horas de extensão cumpridas, se dará através de certificado emitido pela instituição sede e de um relatório² da atividade elaborado pelo discente e avaliado pelo supervisor da extensão.

As outras Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) deverão ser desenvolvidas em projetos e programas cadastrados na Unipampa e/ou outras IES do país ou do exterior.

O detalhamento do desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão será descrito no Apêndice B - Regulamento para inserção da extensão do curso.

2.4.9.1 A supervisão da extensão no curso de Pedagogia

Conforme as orientações da Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317/2021 a comissão de curso deverá indicar um ou mais docentes para exercer a função de supervisor(es) de extensão com as seguintes atribuições:

- a) Construir informes semestrais sobre as atividades de extensão realizadas no curso/campus, em reciprocidade com a comissão local de extensão;
- b) Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com este PPC;
- c) Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”, mediante a apresentação dos seguintes documentos pelo discente:

² Conforme modelo no apêndice C.

- 1) certificado da instituição onde foi realizada a ação pelo discente, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;
 - 2) relatório da atividade do discente Unipampa Cidadã, conforme o modelo no apêndice C;
- d) Emitir parecer favorável ou não à aprovação da atividade e encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica para validação da carga horária.

Com relação ao exercício das funções de supervisor de extensão, a mesma Resolução orienta que poderão ser alocadas até 8 (oito) horas semanais de trabalho como encargo docente. O registro ficará como encargo docente em Unipampa Cidadã. Recomenda-se cada turma para o supervisor de extensão de, no máximo, 30 alunos.

A Resolução também orienta que as comissões de curso poderão designar uma comissão própria de assessoria ao supervisor de extensão do curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

2.5.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade busca superar a compreensão da prática da investigação e da formação vinculada ao conhecimento especializado, especialmente importante na formação docente. Parte do pressuposto de que é possível desenvolver a integração das disciplinas para a realização dos processos de investigação e o desenvolvimento de práticas pedagógicas orientadas para a compreensão das formas de saber.

Perspectivas de interpretação (POMBO; LEVY; GUIMARÃES, 1993; PAVIANI, 2008; FLICKINGER, 2010) constituem o horizonte hermenêutico, ético e epistemológico sobre o qual se realiza a interdisciplinaridade. As disciplinas se associam de maneira sistêmica na apresentação do conhecimento enquanto relação

existencial com o mundo. E estas formas de saber se vinculam e se integram de maneira orgânica no processo de compreensão e explicação da realidade.

Dessa forma, o curso de Pedagogia propõe superar as fronteiras fechadas da lógica hegemônica, propiciando o diálogo e a troca de experiências. Nesse sentido, busca-se convergir para o entendimento da complexidade de nosso mundo, e na tentativa de encontrar soluções aos problemas que se apresentam.

Essa transição do paradigma disciplinar para o interdisciplinar está diretamente relacionada ao modo de compreensão da intersubjetividade como fundamento ético-antropológico. Portanto, a efetivação da proposta interdisciplinar, tanto de investigação (projetos de pesquisa), quanto de formação (projeto pedagógico) se fundamenta na intersubjetividade.

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32)

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista” (p. 47).

2.5.2 Práticas Inovadoras

Segundo o PDI 2019-2023, um dos objetivos da organização acadêmica na Instituição é “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas” (UNIPAMPA, 2019, p. 39). Também, o documento indica, como princípio metodológico da organização didático-pedagógica da graduação, “promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades” (p. 44). Ainda, consta que “Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira”(p. 48) como uma política inovadora de ensino.

Nesse sentido, a concepção de inovação pedagógica que é defendida no curso de Pedagogia, Licenciatura está alinhada ao objetivo de qualificar a formação no Ensino Superior e, desta forma, elevar a qualidade do ensino. Nesse sentido, a relação entre qualidade do ensino e inovação se concebe a partir da defesa de Veiga (2003, p. 268):

Desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver-se pessoal e socialmente.

Ao discutir a concepção de inovação em sua relação com o projeto político-pedagógico, a autora defende uma perspectiva de inovação emancipatória, em contraposição a uma concepção de inovação regulatória ou técnica, que está a serviço da formação fragmentada, engessada, regulada por marcadores externos e sem a consecução dos seus objetivos vinculados ao contexto institucional e da comunidade

acadêmica. Portanto, afirmamos a inovação na perspectiva emancipatória, defesa feita neste projeto de curso:

A inovação procura maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, porque humano. A ciência emergente opõe-se às clássicas dicotomias entre ciências naturais/ciências sociais, teoria/prática, sujeito/objeto, conhecimento/realidade. Trata-se, portanto, de buscar a superação da fragmentação das ciências e suas implicações para a vida do homem e da sociedade. (VEIGA, 2003, p. 274)

Na busca pela construção de práticas inovadoras alicerçadas pela superação da fragmentação das ciências, defendemos a inovação emancipatória como o resultado do processo de compreensão do contexto em que nos encontramos e amparado numa dimensão ética para a construção de processos formativos qualificados. Assim, destacamos elementos que convergem à tal concepção de inovação.

Primeiramente, destacamos que o contexto fronteiriço de Jaguarão se apresenta como uma oportunidade de desenvolvimento de estudos e pesquisas da dimensão educacional. Aprofundar a relação entre Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai) torna-se uma demanda fundamental, haja vista que o curso conta com discentes fronteiriços e o conhecimento das experiências pedagógicas no contexto uruguaio tende a enriquecer e complementar a formação.

Outro elemento inovador neste projeto de curso diz respeito à inclusão das práticas de extensão no processo formativo. A curricularização da extensão será oportunizada como maneira de constituir o campo da formação em Pedagogia na articulação entre universidade e comunidade. Cabe ressaltar que o PPC 2015 referente ao curso de Pedagogia já trazia essa iniciativa pioneira, de oportunizar, em momentos chamados “percursos formativos”, experiências que fossem articuladas às práticas de extensão.

Por fim, destacamos o uso de tecnologias digitais na formação como elemento capaz de contribuir para a construção de práticas inovadoras. A incorporação do

Estágio Supervisionado com ênfase nas tecnologias da educação destaca um elemento que é fruto da experiência de ensino remoto durante a pandemia de Covid-19, e emerge da necessidade de aprofundar o envolvimento com tecnologia digital/letramento digital numa perspectiva crítica e capaz de qualificar os processos. Para tanto, o uso de recursos precisa estar alinhado a uma concepção de resolução de problemas, e não meramente instrumental. Uma estratégia importante é o desenvolvimento de experiências de curadoria crítica nas redes, para mapeamento de bons recursos disponíveis.

Mais especificamente, a utilização do ambiente Moodle, como ferramenta de apoio aos componentes curriculares, é uma prática já consolidada no curso de Pedagogia. Tanto nos componentes curriculares EaD quanto nos presenciais, utiliza-se o ambiente *Moodle* como elemento integrante do processo formativo. Outras ferramentas e plataformas digitais serão incorporadas ao longo da formação de acordo com as disponibilidades e funcionalidades necessárias. Cabe destacar que a opção sempre estará vinculada a ferramentas oferecidas pela instituição ou recursos educacionais abertos.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; Proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; Proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e de aprendizagem, especialmente por meio de:

- I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;
- II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

- III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.
- IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito, se houver.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e de aprendizagem

Constantemente surgem novas tecnologias digitais, formas de trabalhar com informação e comunicação na educação. No meio educacional as TICs permitem a educação a distância, a colaboração, a produção de conteúdo, o engajamento e a aproximação entre todos os envolvidos nesse contexto. É cada vez mais natural para o aluno do século XXI, em atividade presencial ou a distância, manter-se conectado, com o espaço virtual. Cabe aos gestores, professores e alunos debaterem e decidirem

a melhor combinação de recursos e metodologias para uma educação que transforma e atende as demandas da nossa sociedade.

Para o desenvolvimento das atividades os docentes utilizam-se de site oficial do curso, de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como a Plataforma Moodle que contam com o suporte de diversos outros recursos, tais como blogs, *podcasts*, sites acessíveis, produção de vídeos acessíveis (legendas, ampliações, presença de intérpretes), e Sistemas de Videoconferência.

Há permanente busca por recursos mais interativos e atualizados proporcionando situações cada vez mais interativas entre docentes, discentes e tutores. Em atendimento ao que prescreve a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2020, especial atenção deve ser dada quanto à vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em diversos contextos de ensino e de aprendizagem. Entre os componentes curriculares previstos, está o componente curricular de Tecnologias Digitais e Educação, que pretende oportunizar ao estudante a familiarização com a Educação a Distância e suas tecnologias, de forma contextualizada, visando à promoção da autonomia, a produção de conteúdos digitais, a comunicação, a pesquisa, o compartilhamento e colaboração *online*, no contexto do uso ético e da cultura digital na educação.

2.5.4.1 Outros recursos didáticos

O desenvolvimento científico e tecnológico integra o processo de formação educacional e a escola como instituição concatenadora pode impulsionar a qualidade de vida de crianças, jovens e adultos. Ao mesmo tempo essa crença vai se desvanecendo, talvez porque o contato com os conteúdos acadêmicos, presentes no cotidiano, sejam vivenciados de uma perspectiva técnica e não tecnológica na maioria das vezes.

Se tomarmos a Resolução CNE/CP nº 2/2020, anterior à Resolução 2, de 20 de dezembro de 2019, em seu Art. 13:

Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo [...].

Em consonância a nova resolução, também indica em seus artigos 12, e 13 a necessidade da [...] compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade[...] como elemento do “núcleo” considerado de conhecimentos básicos da formação docente. No aprofundamento de estudos, do 2º aos 4º anos da graduação, considera como uma das habilidades a serem perseguidas a vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica [...].

Acredita-se na ciência e na escola como fundamentos para melhores sociedades, porém não se vive uma era tecnológica onde grandes cinturões periféricos de seres humanos estão excluídos das condições básicas para uma vida digna, quiçá, o acesso às ferramentas tecnológicas e que são afetados pela exclusão digital, por exemplo.

É neste sentido que o curso de pedagogia se reorganiza e extrai de um longo período de distanciamentos por causa da covid-19 e insere em suas práticas formativas a necessidade da fluência tecnológica. As adequações às novas exigências da realidade perpassam também a extensão universitária em seus objetivos na Política Nacional de Extensão Universitária (2015), que são:

[...] Objetivo 9 - Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as

áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;

No que refere-se às vivências formativas básica e universitária, das políticas assistenciais que garantem a permanência de cidadãos das camadas populares no contexto da educação formal e, face aos cortes de orçamento e recuo no desenvolvimento científico e tecnológico nas Universidades com implicações nos currículos, que sustentam o processo de formação e desenvolvimento profissional, torna-se cada dia mais necessário localizar pressupostos que superem políticas de fachada sobre constância de uma era tecnológica muitas vezes aceita como narrativa hegemônica, isso não traduz a sociedade como um todo, pois ainda não se consegue movimentar-se apenas na virtualidade dada a enorme exclusão digital das comunidades periféricas, por exemplo.

No entanto, o desenvolvimento científico e tecnológico integra o processo de formação educacional, e a escola como instituição concatenadora destes conhecimentos de base tecnológica pode impulsionar a qualidade de vida de crianças, jovens e adultos.

O uso de materiais educacionais digitais, os recursos e os mecanismos de interação, assim como o processo de avaliação da aprendizagem, devem ser programados pelos docentes nos Planos de Ensino de cada componente curricular sob sua responsabilidade. Além desses aspectos, um Plano de Ensino contém os objetivos, a metodologia, os conteúdos abordados, os recursos utilizados e as condições de recuperação, caso o aluno não tenha atingido os objetivos propostos. Tais pontos são apresentados, discutidos e previamente acordados com os alunos, antes de sua aplicação, o que pode ser realizado com auxílio de recursos síncronos e assíncronos de comunicação (ambiente virtual de aprendizagem, mensagens de texto, sistemas de videoconferência, aplicativos de mensagens instantâneas, ferramenta de compartilhamento de documentos, mural virtual, entre outros).

O curso conta também com o suporte da Equipe Multidisciplinar da Divisão de Educação a Distância, DED/PROGRAD, conforme Portaria nº 1.868, de 26 de outubro 2022, formada por diferentes profissionais que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição que ofertam atividades na modalidade a distância,

com contínuo diálogo entre os NDEs, coordenadores(as) de curso, docentes, tutores, bolsistas e técnicos administrativos em educação que participam direta e indiretamente das ações propostas pela equipe. A DED, vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento, Avaliação e Acreditação da Pró-Reitoria de Graduação, tem como um de seus objetivos assessorar a implantação e desenvolvimento de cursos e projetos mediados por tecnologias educacionais, assim como fomentar a utilização de tecnologias educacionais e a educação a distância na instituição.

Para os alunos que necessitarem de acompanhamento especializado, os professores serão orientados a contatar o trabalho do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI), além de psicólogos e pedagogos. Para tanto, além do grupo de servidores próprio do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com os Interfaces NInA para área da inclusão e acessibilidade nos dez campi, os quais atuam como facilitadores/mediadores no processo de articulação entre as demandas existentes no campus visando o desenvolvimento e execução das políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA, a remoção e/ou minimização das barreiras impostas aos processos de ensino e de aprendizagem, com a indicação de formas de superação, tecnologia assistiva e estratégias de ação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O PD 201-2024I apresenta que “a avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens” (p. 45).

2.7 APOIO AO DISCENTE

No PDI é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: plano de permanência, composto pelo Programa de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche; Programa de Desenvolvimento Acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, programa de alimentação subsidiada e programa de ações afirmativas.

De acordo com o Art. 3º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 239, de 25 de abril de 2019, o NuDE contempla uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, sendo que o número de servidores e a composição podem variar de acordo com as especificidades e demandas do campus, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do NInA, vinculado à ADAFI. É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (DECRETO nº 7.691/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis

(Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o PDI; a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos,

principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

3 EMENTÁRIO

Para identificação da estrutura Curricular apresenta-se quadro com panorama do semestre e detalhamento das cargas horárias identificando o semestre na primeira coluna, o espaço para ser lançado o código, o nome, o grupo(s), segundo a resolução CNE/CP 2/2019, em que se situa o componente curricular, sua carga horária teórica, identificação da carga horária à distância, carga horária de prática como componente curricular, carga horária de extensão, a sua carga horária total, bem como o número de créditos.

Tabela 07 - Estrutura Curricular I semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
1		Psicologia da Educação: aprendizagem	I	60					60	4
1		História da Educação e da Pedagogia	I	60					60	4
1		Tecnologias digitais e Educação	I	20		40			60	4
1		Leitura e Escrita Acadêmica	I e III	45			15		60	4
1		Infâncias, Culturas e Educação	I e III	15		30	15		60	4
Total				200	0	70	30	0	300	20

· PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 60h

EAD: 0

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Estudo da aprendizagem por sua análise conceitual, características e fatores intervenientes. Análise de diferentes abordagens teóricas desenvolvidas no século XX referentes ao processo de aprendizagem. Estudo sobre os fatores intrapessoais e interpessoais envolvidos no processo de aprendizagem. Avaliação crítica sobre as relações entre o processo de aprendizagem e o processo de ensino.

Objetivo Geral: Definir e analisar a aprendizagem, as principais abordagens teóricas e os fatores intrapessoais e interpessoais envolvidos nesse processo, reconhecendo a importância da compreensão das diferentes abordagens referentes ao conceito de aprendizagem para o ato de ensinar e para o desenvolvimento humano.

Objetivos específicos:

Identificar as diferentes concepções teóricas que embasam a aprendizagem.

Estabelecer os nexos entre as concepções de aprendizagem e a atuação pedagógica do professor.

Estudar os fatores intrapessoais e interpessoais envolvidos no processo de aprendizagem.

Referências básicas:

FERREIRA, Berta Weil; LA ROSA, Jorge. **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 9. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2007.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2004.

TRILLA I BERNET, Jaume. **El legado pedagógico del siglo XX para escuela del siglo XXI**. (coord.). 4. ed. Barcelona: Grao, 2007.

Referências complementares:

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender...sim, mas como?** 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 60h

EAD: 0

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Concepções de História (origem) e Proveniência (acazos) na área da Educação e no processo pedagógico. Relação entre Pedagogia e Didática. Articulação entre Pedagogia e Saberes Pedagógicos. Modelos e Métodos em pedagogia. A questão dos embates epistemológicos entre Ciências da Educação, Pedagogia e Docência.

Objetivos Geral: Apresentar as ideias e pensamentos que constituíram a Pedagogia e a Educação ao longo de sua jornada histórico-filosófica, possibilitando a compreensão de uma história da Pedagogia e da Educação instituída versus uma experiência pedagógica e educacional instituinte.

Objetivos específicos:

Refletir criticamente sobre o processo educativo acadêmico numa perspectiva sociológica, que nos leva a vivenciar a passagem gradual do senso comum para o pensamento científico.

Buscar acima de tudo encorajar, dar sentido, mobilizar a visão sociológica como elemento fundamental para a educação.

Referências básicas:

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil.** São Paulo: Moderna, 2006.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1995.
HOUSSAYE, J. et. al. Manifesto a favor dos pedagogos. Porto Alegre:

Referências complementares:

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores.** Campinas/SP: Papyrus, 1996.

FRANCO, M.A.S. **Pedagogia como ciência da educação.** Campinas/SP: Papyrus, 2003.

GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia:** pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

PIMENTA, S.G. (Org.) **Pedagogia e Pedagogos:** caminhos e perspectiva. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, C. S. B. **Curso de pedagogia no Brasil:** história e identidade. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 20h

EAD: 40h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Contexto social contemporâneo e o conceito de inclusão digital. Aspectos conceituais da cultura digital na educação. Análise dos recursos de informática e tecnologias digitais no processo educativo. Ferramentas de autoria, colaboração e compartilhamento para desenvolvimentos de processos pedagógicos.

Objetivos Geral: Analisar diferentes tecnologias para a produção de conteúdos digitais, comunicação, pesquisa, compartilhamento e colaboração online, no contexto de uso ético e da cultura digital na educação.

Objetivos Específicos:

Identificar tecnologias digitais para a produção de conteúdos digitais, comunicação, pesquisa, compartilhamento e colaboração online;

Identificar recursos, atividades e interações de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

Categorizar sistemas de videoconferência.

Produzir materiais educacionais digitais e propostas pedagógicas.

Referências básicas:

BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca. **Inclusão Digital:** polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias:** no ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Referências complementares:

ARANHA FILHO, Francisco. (2015). **Tecnologia no Ensino** (Ei! Ensino Inovativo, volume especial 2015). 10.13140/RG.2.1.3245.1921. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/issue/view/3058>

COSCARELLI, Carla Viana. **Letramento Digital**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

KOERICH, V., & LAPA, A. (2020). Elementos relevantes para a formação de professores na cultura digital. **Revista e-Curriculum**, 18(4), 1815-1834. doi:<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i4p1815-1834>

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SILVA, Robson Santos da. **Moodle para autores e tutores**. 2. ed. Novatec, 2011.

SOUZA, Renato Antônio. **Multimídia em educação a distância**. São Paulo, SP. Cengage Learning 2015.

TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas**. SENAC São Paulo, 2010.

LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Leitura e análise de textos acadêmicos (resumo, resenha, artigo, relatório, projeto) na perspectiva da produção. Coesão, coerência, argumentação, referência.

Leitura, produção, compreensão, revisão, avaliação e elaboração de argumentos sobre diferentes portadores de texto. Elaboração de resumos, resenha crítica.

Objetivo geral: Identificar as características da linguagem acadêmica, compreendendo as diferenças entre a fala e a escrita de textos comumente feitos, tais como resumo, resenha, artigo, relatório, projeto.

Objetivos específicos:

Estimular a vivência da leitura e da escrita no espaço acadêmico.

Proporcionar a familiarização do aluno com tipologias textuais diversas.

Entender aspectos da produção do conhecimento e sua circulação por meio de textos.

Referências básicas:

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. *Prática de textos para estudantes universitários*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

KOCH, I.; ELIAS, V.M. *Ler e compreender*. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, João B. *Redação científica. A prática de fichamento, resumos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. *Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo*. São Paulo: Contexto, 2008.

Referências complementares:

BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC. 1999.

FARACO, Carlos A; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GARCEZ, Lucília. **Técnica de redação**: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOTTA ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

VIANA, Antônio C. **Roteiro de redação**: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.

· INFÂNCIAS, CULTURAS E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 15h

EAD: 30h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Compreensão das infâncias e suas culturas a partir da análise das dimensões históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas que as envolvem. Reflexão acerca do processo de produção das infâncias e suas culturas. Tempos, espaços e metodologias participativas com as crianças. Implicação dos estudos sobre infâncias na formação de professores.

Objetivo Geral: Compreender a constituição das diversas infâncias na sociedade, suas culturas e seus modos de educação.

Objetivos Específicos:

Analisar as dimensões históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas que constituem as infâncias e suas culturas;

Refletir acerca dos tempos, espaços e metodologias participativas com as crianças;

Discutir acerca da implicação dos estudos das infâncias na formação de professores.

Referências básicas:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ªed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

COHN, Clarice. **A antropologia da infância**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KOHAN, Walter Omar. **Infância**: Entre a Educação e a Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN, Moysés Jr. FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004

STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Referências complementares:

BUJES, Maria I. Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. B. e PRADO, P. D. **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**. Campinas. SP: Autores Associados, 2002.

HEWHOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana**: Danças, piruetas e mascaradas, 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROGOFF, Bárbara. **A natureza cultural do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Estudos da Infância**: Educação e práticas sociais. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

Tabela 08 - Estrutura Curricular II semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO / GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
2		Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais	I e III			45	15		60	4
2		Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos	I e III	45			15		60	4
2		Filosofia da Educação	I	60					60	4
2		Teorias Curriculares	I e III	45			15		60	4
2		Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I	II e III	10		35	15		60	4
2		Sociologia da Educação	I			60			60	4
Total				160	0	140	60	0	360	24

LINGUAGEM: ASPECTOS LINGUÍSTICOS, COGNITIVOS E SOCIAIS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Ênfase na construção e desenvolvimento linguístico, cognitivo e social da linguagem na criança, desde o início da sua vida e ao longo dela. Teorias do desenvolvimento da linguagem em seus aspectos fonológico, sintático, semântico e pragmático. Relações entre pensamento, linguagem e cultura. Concepções de linguagem, língua, fala, discurso, interação, mediação, signo, significante, significado e oralidade. Implicações pedagógicas destas diferentes concepções.

Objetivo Geral: Abordar os processos de construção e desenvolvimento linguístico, cognitivo e social da linguagem na criança.

Objetivos Específicos:

Compreender as teorias do desenvolvimento da linguagem em seus aspectos fonológico, sintático, semântico e pragmático;

Identificar as relações entre pensamento, linguagem e cultura;

Estudar as concepções de linguagem, língua, fala, discurso, interação, mediação, signo, significante, significado e oralidade, e as implicações pedagógicas destas diferentes concepções.

Referências básicas:

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ADAMS, M. J et al. **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2006.

TERZI, Sylvia Bueno. A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

SOARES, Magda Becker. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Referências Complementares:

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, e como se faz. Loyola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Oralidade**: merece ser um saber escolar? In: SCHMIDT, Sarai (Org.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.117-120.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1993.

PESQUISA: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 60h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: As diferentes concepções de pesquisa. A produção científica nas Ciências Humanas: tendências e perspectivas. Construir a habilidade de fazer pesquisas. Tipos e fases da pesquisa. As técnicas de coleta de dados. Modalidades de organização e tratamento dos dados de pesquisa. Elaboração de relatórios e apresentação dos resultados de pesquisa.

Objetivo geral:

Estudar as questões epistemológicas relacionadas à pesquisa em educação e as relações entre a dinâmica do processo educacional e as pesquisas.

Objetivos específicos:

Compreender etapas e processos da produção do conhecimento através da prática da pesquisa.

Estimular o pensamento reflexivo sobre a educação e o conhecimento científico que a ampara, evidenciando suas possibilidades e limites.

Proporcionar ao aluno a familiaridade com o vocabulário da pesquisa e seus usos.

Referências básicas:

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais:** Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ESTEBAN, Maria Paz Sandin. **Pesquisa qualitativa em educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GATTI, B. A. **Pesquisa, educação e pós-modernidade:** confrontos e dilemas. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 595-608, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Referências complementares:

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TAUCHEN, Gionara; TREVISAN, Amarildo Luiz. Teoria e prática nas pesquisas com formação de professores: uma compreensão aberta à interação comunicativa. **Educ. rev.[online]**, vol.28, n.4, pp. 51-76, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** São Paulo: 1987.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da; BOING, Luiz Alberto. A pesquisa do professor da educação básica em questão. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 42, p. 456-602, set./dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a05.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

· FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 60h

EAD: 0

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Compreender as bases fenomenológico-hermenêuticas que nos chegam através dos conhecimentos e obras da filosofia que a tradição nos legou como clássicos, bem como suas contribuições para a educação. Possibilitar o entendimento da filosofia como uma via de acesso privilegiada à compreensão da problemática humana, que tem grande valor educativo, no sentido de que a educação não é outra coisa senão o processo por meio do qual se constitui em cada indivíduo a universalidade própria do gênero humano. Verificar como se legitima a educação após a queda dos fundamentos normativos que a sustentaram na modernidade. Nesse sentido compreender as novas realidades produzidas contemporaneamente e a pluralidade de perspectivas orientadoras do agir humano.

Objetivo Geral: Possibilitar o entendimento da filosofia como uma via de acesso privilegiada à compreensão da problemática humana, que tem grande valor educativo, no sentido de que a educação não é outra coisa senão o processo por meio do qual se constitui em cada indivíduo a universalidade própria do gênero humano.

Objetivos Específicos:

Verificar como se legitima a educação após a queda dos fundamentos normativos que a sustentaram na modernidade.

Compreender as novas realidades produzidas contemporaneamente e a pluralidade de perspectivas orientadoras do agir humano.

Referências básicas:

HERMANN, Nadja. **Ética e Estética:** a relação quase esquecida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

JAEGER, Werner. **Paidéia:** A formação do homem grego. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Lisboa: Edições 70, 2017.

Referências complementares:

CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. **Dialética para principiantes.** 3a. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Gadamer e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOOKS, Bell. **Educação como prática de liberdade.** 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da Educação.** 3a. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WARBURTON, Nigel. **Uma breve história da filosofia.** Porto Alegre: LP&M, 2012.

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Buscar compreender o currículo como dispositivo situado em um campo epistemológico social. Verificar na historicidade dialética das teorias curriculares a riqueza dos enfrentamentos que resultaram no que hoje chamamos currículo.

Objetivo Geral: Destacar as questões de poder que vão definir as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas do currículo.

Objetivos Específicos:

Compreender criticamente o desenvolvimento histórico do currículo numa perspectiva de leitura hermenêutica que esclareça os limites do discurso anti materialista. Promover a compreensão do pensamento materialista histórico.

Referências básicas:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 15a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LOPES, Alice Casimiro et al. **Teorias de Currículo**. 1a.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências complementares:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica, às políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL I

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 10h

EAD: 35h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: História da Educação Infantil e das diversas formas de atendimento no Brasil e em outros países do século XIX à contemporaneidade. Contribuições teórico-metodológicas de autores que subsidiaram a construção de propostas educativas para a pequena infância desde a criação de creches e pré-escolas no mundo e no Brasil. A Educação Infantil no contexto das políticas públicas educacionais. Políticas de atendimento à infância e para a Educação Infantil no Brasil. Legislação vigente para a Educação Infantil.

Objetivo Geral: Compreender a história da Educação Infantil, as diversas formas de atendimento às crianças, as contribuições de autores que subsidiaram a construção de propostas educativas para a pequena infância, e as políticas públicas vigentes no Brasil.

Objetivos Específicos:

Compreender a história da Educação Infantil e das diversas formas de atendimento no Brasil e em outros países do século XIX à contemporaneidade;

Conhecer as contribuições teórico-metodológicas de autores que subsidiaram a construção de propostas educativas para a pequena infância desde a criação de creches e pré-escolas no mundo e no Brasil.

Estudar as políticas de atendimento à infância e para a Educação Infantil no Brasil, e a Legislação vigente.

Referências básicas:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2018.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo (Org.) **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUHLMANN Jr. Moysés. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira – 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: 2003.

MACHADO, Maria Lucia A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

Referências complementares:

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. In: **Cadernos de Pesquisa**, n 106. março/1999. p. 117-127.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da Infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Educação infantil**: enfoques em diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2011.

ROSEMBERG, Fulvia. **Educação Infantil pós-Fundeb**: avanços e tensões. In: SOUZA, Gizele de. Educar na infância: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Profissionais da Educação Infantil**: formação e construção de identidade. São Paulo, Cortez: 2001.

· SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Buscar desenvolver o pensamento sociológico na educação através dos estudos dos autores clássicos da sociologia. Promover através dos estudos dos autores referência da sociologia a leitura autônoma que compreenda cientificamente as leis de transformação e desenvolvimento do conhecimento sociológico na educação.

Objetivo Geral: Destacar a necessidade de revisitar os clássicos sempre que for possível, mantendo o compromisso de uma atenção epistemológica, necessária para a produção e o ensino de conhecimentos sociológicos relacionados com a educação.

Objetivos Específicos:

Refletir criticamente sobre o processo educativo acadêmico numa perspectiva sociológica, que nos leva a vivenciar a passagem gradual do senso comum para o pensamento científico. Buscar acima de tudo encorajar, dar sentido, mobilizar a visão sociológica como elemento fundamental para a educação.

Referências básicas:

ARAUJO, Glauco Ludwig et al. Sociologia para não sociólogos [recurso eletrônico]: os clássicos da sociologia: **Durkheim, Weber e Marx**. Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

BOURDIEU, P. A escola conservadora. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Organizador). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

Referências complementares:

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

GUARESCHI, PEDRINHO A. **Sociologia Crítica**: alternativas de mudança. 50a. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

PAIXÃO, L. P. ZAGO, N. (Org). **Sociologia da educação**: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2007

Tabela 09 - estrutura Curricular III semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
3		Teorias e Práticas Alfabetizadoras I	II e III			45	15		60	4
3		Educação Especial e Processos inclusivos	II e III	20		25	15		60	4
3		Gestão Democrática na Escola	I e III	45			15		60	4
3		Experiências de aprendizagem em Gestão Educacional	I e III			45	15		60	4
3		Políticas Públicas em Educação	I	45			15		60	4
3		Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II	II e III	20		25	15		60	4
Total				130	0	140	90	0	360	24

TEORIAS E PRÁTICAS ALFABETIZADORAS I

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Abordagem histórica dos conceitos e dos métodos de alfabetização. Processos de alfabetização e alternativas metodológicas atuais. A alfabetização inicial. Letramento e/ ou Cultura Escrita. Psicogênese da língua escrita e suas implicações pedagógicas. Produção e apropriação da leitura e da escrita: metodologia de alfabetização a partir do texto.

Objetivo Geral: Identificar, descrever, analisar, refletir criticamente sobre a trajetória dos conceitos, concepções e métodos de alfabetização ao longo da história da educação.

Objetivos Específicos:

Refletir sobre práticas de alfabetização e letramento.

Produzir material pedagógico para intervenção de acordo com os níveis da psicogênese da língua escrita.

Referências básicas:

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1997

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

MORAIS, Artur G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. **ALFALETRAR: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **A questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2017.

Referências complementares:

COLELLO, Silvia. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Materiais e recursos para a sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GROSSI, Esther Pillar. **Didáticas do nível pré-silábico, silábico e alfabético**. Paz e Terra, 1990.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo (Ed. Unesp-2000).

· EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 20h

EAD: 25h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Estudo dos aspectos ético-político-educacionais referentes a temática da educação especial, que se direciona para uma educação inclusiva, propiciando uma visão ampla sobre os processos de implementação da educação inclusiva no cotidiano da escola de educação básica. As políticas públicas para educação inclusiva – legislação brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.

Objetivo Geral: Estudar os aspectos ético-político-educacionais concernentes a educação especial, avaliando criticamente as teorias e posturas pedagógicas que poderão servir como base para a implementação de uma educação inclusiva nas escolas de educação básica.

Objetivo específico:

Identificar a escola inclusiva: paradigmas e modelos vigentes;

Revisar a legislação atual, entendendo seus princípios basilares;

Apurar o trabalho didático-pedagógico com alunos com necessidades educativas especiais.

Referências básicas:

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2015.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva:** linguagem e mediação. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

Referências complementares:

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas:** avanços e desafios. São Paulo: Autêntica, 2012

MAIA, A. C. B. **Inclusão e sexualidade.** Curitiba: Juruá, 2011.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial:** a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

GLAT, R. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil. **Revista Integração.** vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22-27, 2002.

GLAT, R. & PLETSCHE, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva. **Revista Benjamin Constant,** ano 10, nº 29, p. 3-8, 2004.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: A constituição do Estado moderno e os marcos legais da constituição da gestão democrática na educação pública brasileira. Conceitos centrais para a gestão democrática da escola: autonomia, participação e organização. Institucionalização da gestão democrática da escola: Projeto Político-pedagógico, Conselho Escolar e escolha de dirigentes.

Objetivos: Analisar a constituição da gestão democrática na educação pública brasileira em relação aos seus aspectos históricos, legais e conceitos centrais.

Objetivos específicos:

Situar o marco histórico legal de constituição da gestão democrática escolar.

Discutir e aprofundar os conceitos fundamentais para a compreensão do processo de gestão democrática na organização da gestão escolar.

Refletir sobre os conceitos de participação e autonomia no processo de gestão democrática escolar.

Analisar a configuração dos sistemas de ensino de acordo com os princípios da gestão democrática.

Conceituar a gestão democrática escolar nos aspectos específicos de sua institucionalização: Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar e Conselho Escolar.

Referências básicas:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, D.A.; ROSAR, M. F.F. (Org.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PORTELA de OLIVEIRA, Romualdo e Theresa Adrião (Orgs.). **Gestão, Financiamento e direito à educação. Análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo. Xamã, 2001. (Coleção Legislação e Política Educacional)

Referências complementares:

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002, pp.245-262.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortes, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs.). **Gestão da Educação - Impasses, perspectivas, compromissos**. São Paulo. Cortez, 2001, pp. 129-239.

HORA, D. L. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papyrus, 1994.

SOUZA, Ângelo. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123 - 140, dez. 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**. São Paulo: Papyrus, 1997

EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM EM GESTÃO EDUCACIONAL

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Sistemas de organização e gestão da escola. Análise do papel da equipe pedagógica no desenvolvimento de uma proposta educacional participativa nos processos educativos. Análise da realidade escolar: projeto político-pedagógico; regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola. Estudos sobre indicadores educacionais da gestão educacional brasileira.

Objetivos: Realizar levantamento e análise da realidade escolar quanto ao Projeto Político-Pedagógico, Regimento escolar, plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

Objetivos específicos:

Relacionar a gestão da escola com a política de gestão da educação.

Analisar os documentos que institucionalizam a gestão democrática da escola: Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar.

Conhecer o Conselho Escolar, analisando suas possibilidades de atuação.

Discutir a gestão da escola como processo de organização das práticas pedagógicas e administrativas que se desenvolvem no interior da escola.

Investigar a estrutura administrativa e organizativa da escola, o papel do diretor, do supervisor e do coordenador.

Referências básicas:

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2012

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1990.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**. São Paulo: Papyrus, 1997.

Referências complementares:

ALONSO, Myrtes. **O Papel do Diretor na Administração Escolar**. Rio de Janeiro: Bertand, Brasil, 1988.

BORTOLINI, Jairo César. O papel do diretor na gestão democrática: desafios e possibilidades na prática da gestão escolar. **Revista Interletras**, volume 3, Edição número 17, abril 2013/setembro.2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2013.

PARO, Vítor Henrique. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PERONI, V.M.V; ROSSI, A.J. **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Editora UFPEL, 2011.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Viabilizar o estudo das principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Análise das políticas públicas educacionais; concepções e programas atuais.

Objetivo Geral: Compreender a atual conjuntura da organizacional, política e econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.

Objetivos Específicos:

Analisar as políticas públicas educacionais atuais como LDBEN, BNCC, PNE, Constituição de 1988, entre outras;

Entender a Educação como direito fundamental de natureza social;

Identificar as principais características e problemas da estrutura e do funcionamento da Educação Básica em relação aos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Referências básicas:

APPLE W. **Educação e Poder**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.

MÉSZÁROS István. **Educação para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo; 2ª edição, 2005.

Referências complementares:

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional comentada e interpretada por artigo por artigo**. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

LIBÂNIO José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgy4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt>

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.

QUEIROZ, Daniela Moura. **Educação como direito fundamental de natureza social**. (Belo Horizonte, online) [online]. 2018, vol.3, n.11. ISSN 2526-1126. <http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2018/12/Daniela-Moura-Queiroz-Educação-como-direito-fundamental-de-natureza-social.pdf>

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO Maria Raquel; LIMA Paula de. **Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia de**. Disponível: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL II

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 20h

EAD: 25h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: O currículo na Educação Infantil e as práticas pedagógicas que articulam cuidado/educação no cotidiano das creches e pré-escolas, que atendem crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, e suas especificidades etárias. Organização do cotidiano, do espaço, dos materiais, e da rotina em creches e pré-escolas. Planejamento, avaliação, registro, reflexão e documentação pedagógica. Relações com as famílias. Transição entre Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivo Geral: Compreender as especificidades da prática pedagógica com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade: currículo, organização do cotidiano, tempos, espaços, materiais, planejamento, avaliação, registro, reflexão, documentação pedagógica, relações com as famílias e transição para os Anos iniciais.

Objetivos específicos:

Problematizar o currículo na Educação Infantil e as práticas pedagógicas que articulam cuidado/educação no cotidiano das creches e pré-escolas, que atendem crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, e suas especificidades etárias.

Compreender a organização do cotidiano, do espaço, dos materiais, e da rotina em creches e pré-escolas.

Refletir sobre planejamento, avaliação, registro, reflexão e documentação pedagógica no contexto da Educação Infantil.

Discutir sobre as a relação da escola com as famílias, o período de inserção, e a transição entre Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Referências básicas:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: Rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2018.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed. 2001.

FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HORN, Maria da Graça. **Saberes, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HORN, Maria G. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. Porto Alegre: Penso, 2017.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação**. Porto Alegre: Penso, 2018.

OSTETTO, Luciana (Org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação**. 5. ed. Campinas/SP: Papirus, 2012

OSTETO, Luciana Esmeralda; OLIVEIRA, Eloisa Raquel de; MESSINA, Virgínia da Silva. **Deixando marcas: a prática do registro no cotidiano da educação infantil**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

REDIN, Marita Martins, AMODEO, Maria Celina, BARBOSA, Maria Carmen Siveira (et. all) (Orgs.). **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Referências complementares:

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

CHAGURI, Ana Cecilia; GOSUEN, Adriano; MELLO, Ana Maria; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; VITORIA, Telma. **Os fazeres na educação infantil**. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2. ed. Tradução: Marlon Xavier. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 9.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

OSTETO, Luciana (org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios**. 6ed. Campinas: Papirus, 2007

Tabela 10 - estrutura Curricular IV semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
4		Teorias e Práticas Alfabetizadoras II	II e III			45	15		60	4
4		Relações de Gênero, Diversidade Sexual, Escola e Sociedade	II e III	45			15		60	4
4		Planejamento e Avaliação na Educação Básica	II e III			45	15		60	4
4		Pedagogia e Trabalho Docente	II	60			15		60	4
4		Ensinar e Aprender Ciências Naturais	II e III			45	15		60	4
4		Arte e Educação	II e III	45			15		60	4
Total				150	0	135	90	0	360	24

· TEORIAS E PRÁTICAS ALFABETIZADORAS II

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Contextualização e análise das práticas de ensino da leitura e escrita na Educação Básica. Construção de propostas e materiais didáticos para o ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e produção de textos. Análise metalinguística: gramática, pontuação e ortografia.

Objetivo Geral: Contextualizar, analisar e planejar práticas de trabalho com a língua materna no contexto dos anos iniciais e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Objetivos Específicos:

Planejar sequências didáticas para o trabalho com a língua materna, tendo o texto como elemento central.

Produzir material pedagógico para a análise metalinguística.

Referências básicas:

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. São Paulo: Cortez, 2002.

JOLIBERT, Josette; SRAIKI, Christine. **Caminhos para aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2008.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 1998.

MORAIS, Artur Gomes de (Org.). **O aprendizado da ortografia**. 3 ed. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

Referências complementares:

COLELLO, Silvia (org.). **Textos em contextos: reflexões sobre o ensino da língua escrita**. São Paulo: Summus, 2011.

JOLIBERT, JOSETTE; JACOB, Jeannett; (col.). **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEAL, Telma Ferraz, ALBUQUERQUE, Eliane; MORAIS, Arthur. **Alfabetizar Letrando na EJA**. Autêntica, 2011.

PAUSAS, Ascen D. U. (Org.). **A aprendizagem da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODARI, Gianni. **Gramática da Fantasia: uma introdução à arte de inventar histórias**. São Paulo: Summus, 2021.

· RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVERSIDADE, ESCOLA E SOCIEDADE

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Relações de Gêneros e (in)visibilidade da comunidade LGBTQIA+ nos espaços escolares. Direito à Educação, relações de alteridade e respeito, saberes populares e o mundo do trabalho. Problematização da perspectiva de gênero e

sexualidade na relação entre os sujeitos marcada como um dispositivo histórico, cultural e social.

Objetivo Geral: Discutir e analisar as temáticas a respeito das questões dos corpos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade, enfocando o ensino e aprendizagem dessas questões nos diversos espaços educativos e as implicações nas estruturas sociais.

Objetivos Específicos:

Estimular pensamento criativo, crítico e reflexivo sobre o tema;

Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade;

Comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

Analisar do processo de produção dessas temáticas nas distintas instâncias sociais e pedagogias culturais;

Problematizar acerca da interlocução entre corpos, gêneros, sexualidades e educação.

Referências básicas:

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "Pós-modernismo". "Feminismo(S) contemporâneo(S). **Cadernos Pagu**, (11), p. 11-42, 1998.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada (Orgs.). **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. ULBRA, 2013.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LONGARAY, Deise Azevedo. **A (Re)Invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais**. 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

PINSKY, Bassanezi, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

Referências complementares:

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. **Feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MEYER, Dagmar E. Esterman. Das (Im)possibilidades de se ver como anjo... In: GOMES, Nilda Lino; SILVA, Petronilha Beatriz e (Org.). **Experiências étnico-raciais para a formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 39-53.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.9-27

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p. 59-69.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Fabiane Ferreira da, FREITAS, Diana Paula Salomão de (Orgs.). **Anais... II Seminário Corpos, Gêneros, Sexualidades E Relações Étnico-Raciais Na Educação Unipampa**. Uruguaiana/RS 2012.

SEFFNER, Fernando. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a10.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora. Vozes, 12^a ed., 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: A prática avaliativa. Formatos avaliativos e concepções de planejamentos. Considerações históricas acerca da Avaliação Educacional e suas influências na prática docente. Principais abordagens, pressupostos, conceitos e estratégias de avaliação. Avaliação educacional: planejamento, implementação e operacionalização docente. Pesquisa sobre as práticas avaliativas e políticas avaliativas em Educação

Objetivo Geral: Refletir criticamente sobre a trajetória do planejamento e avaliação na Educação Básica.

Objetivos Específicos:

Estudar alguns aspectos teóricos e práticos sobre avaliação institucional em âmbito externo e interno;

Refletir sobre as possibilidades de construção de uma prática de avaliação institucional nos espaços educativos;

Analisar a relação entre avaliação institucional, gestão democrática, Projeto Político Pedagógico e avaliação da aprendizagem na escola.

Referências básicas:

BRANDALISE, Mary. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, PR, v. 13, n.2, p. 315-330, 2010.

CHUEIRI, Mary. Concepções sobre a Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, p. 49-64, jan./abr. 2008.

COELHO, Maria Inês. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

FREITAS, Dirce. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2008.

MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: E.P.U., 1986.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SORDI, Mara; LÜDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

Referências complementares:

BALZAN, Newton César; SOBRINHO, José Dias. **Avaliação institucional: teoria e experiência**. São Paulo: Cortez.

BOMÉNY, Helena. **Avaliação e determinação de padrões na educação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, vol. 4, núm. 2, dezembro, 2002, pp. 79-88.

PERONI, Vera. Avaliação Institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **RBPAE**, v. 25, n. 2, p. 285-300, maio/ago. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. O contexto institucional e político da avaliação do Ensino Superior. In: Schwartzman, Simon; Durham, Eunice R.. **Avaliação do Ensino Superior**. NUPES, Documento de Trabalho 3/90, 1990. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 13-27.

PEDAGOGIA E TRABALHO DOCENTE

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 60h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: A constituição histórica do trabalho e da profissão docente, desde seus aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos. Contribuições teóricas que discutem o trabalho e a profissão docente, suas especificidades e particularidades. A pedagogia como ciência da educação. A profissão do pedagogo e as possibilidades de diferentes espaços de atuação.

Objetivo geral: Analisar a Pedagogia como ciência e como profissão, em sua relação com a constituição da profissão docente.

Objetivos específicos:

Conceituar Pedagogia e mapear o seu campo de atuação profissional;

Discutir e analisar a constituição do trabalho docente no Brasil contemporâneo;

Problematizar a formação docente a partir das concepções de “saberes docentes” e “identidade profissional”.

Referências básicas:

FREIRE, Paulo: **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 2000.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

Referências complementares:

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educação em Revista**. [online]. 2010, n.spe1, pp. 17-35.

PAULA, E. M. A. T.; MACHADO, E. R. Pedagogia: concepções e práticas em transformação. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 223-236, 2009. Editora UFPR.

PIMENTA, S.G. (Org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil: a herança histórica. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas/SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo)

· ENSINAR E APRENDER CIÊNCIAS NATURAIS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Ensinar e do aprender Ciências Naturais na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e na EJA, considerando as concepções de ciência, ambiente e sociedade

subjacentes aos principais modelos de ensino da disciplina. Conteúdos de Ciências Naturais para o Ensino Fundamental em uma perspectiva da alfabetização científica. A discussão de recursos didáticos e metodológicos como: a investigação, a experimentação, a ludicidade, a Educação Ambiental.

Objetivo Geral: Promover a vivência e a análise de uma situação de ensino de Ciências Naturais no cotidiano escolar

Objetivos Específicos:

Promover a reflexão acerca da perspectiva da alfabetização científica;

Desenvolver a compreensão do uso de recursos didático-metodológico do conhecimento em Ciências Naturas para o trabalho Educativo;

Propor planejamento de atividades com alunos de Educação Infantil ou de Anos Iniciais e suas modalidades

Referências básicas:

ABEGG, Ilse **Ensino-investigativo de ciências naturais e suas tecnologias nas séries iniciais do ensino fundamental**. Orientador: José de Pinho Alves Filho – Programa de Pós-Graduação em Educação Científico-Tecnológica Florianópolis, PPGECT, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004 (Disponível em PECT003 (core.ac.uk))

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Referências complementares:

ASTOLFI, Jean-Pierre; PETERFALVI, Brigitte; VÉRIN, Anne. **Como as crianças aprendem as ciências**. Tradução: Maria José Figueiredo. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1998.

CARVALHO, Anna Maria Carvalho Pessoa (Org.). **Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CHASSOT, Áttico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

CAPRA, Fritjof; STONE, Michael K.; BARLOW, Zenobia. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.

POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Ángel Gómez. **Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

ARTE E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: O estudo do fenômeno artístico e sua vinculação ao espaço educativo, atendo-se às múltiplas linguagens, discursos e poéticas artísticas. Reflexão crítica sobre a relação entre a arte e o seu processo de ensino-aprendizagem, buscando referências nas teorias do ensino da arte, na problematização acerca da especificidade do conhecimento artístico, no exame das funções e finalidades do ensino da arte e no desdobramento histórico deste campo do saber.

Objetivo geral: Oferecer uma abordagem introdutória sobre conceitos, tematizações e práticas inerentes ao campo artístico e suas possibilidades de tratamento pedagógico, de modo a estimular a crítica sobre as finalidades do ensino da arte e identificar limites, possibilidades e inovações para esta área da educação.

Objetivos específicos:

Estimular nos alunos a compreensão da dimensão simbólica e discursiva das representações artísticas.

Avaliar a arte como expressão de identidade, subjetividade e conhecimento na escola.

Estimular olhares críticos sobre as possibilidades do ensino da arte nas escolas.

Referências básicas:

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2002.

CAMARGO, Maria Aparecida Santana. **Teatro na escola: a linguagem da inclusão**. Passo Fundo: UPF, 2003.

COLI, Jorge. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

FERRAZ, Maria Heloísa; FUSARI, Maria F. de Rezende. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo, Cortez, 2009.

HERNANDÉZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Referências complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BARON, Dan. **Alfabetização cultural: a luta íntima por uma nova humanidade**. São Paulo: Alfarrabio, 2004.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. A pálida História das Artes Visuais no Brasil: onde estamos negras e negros? **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 341-368, maio/ago. 2019.

GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. Tradução Álvaro Cabral. 18. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GROYS, Boris. **Arte, Poder**. Editora UFMG, 2015.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MEIRA, Marly Ribeiro. **Filosofia da criação: reflexões sobre o sentido do sensível**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** Edições Aurora / Publication Studio SP, São Paulo, maio de 2016.

PILLAR, Analice Dutra. **Desenho e escrita como sistemas de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão artista: mulheres, atividades artísticas e condicionantes sociais no Brasil de finais do Oitocentos. In: **Anais do XXIV Colóquio CBHA**, Belo Horizonte, 2004

Tabela 11 - estrutura Curricular V semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
5		CCCG - 1							60	4
5		Ensinar e Aprender história	II e III	45			15		60	4
5		Literatura Infanto-Juvenil e Educação	II e III	45			15		60	4
5		Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil III	II e III	20		25	15		60	4
5		Ensinar e Aprender Geografia	II e III			45	15		60	4
5		Educação Para as Relações Étnico Raciais	II e III	45			15		60	4
Total				155	0	70	75	0	360	24

ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Concepções e temas recorrentes no ensino de história na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O papel desse componente curricular na formação das identidades culturais e nacionais. Diagnóstico e crítica da atual realidade do ensino e das pesquisas na área do ensino de História. Experiências e propostas metodológicas em discussão. Incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de história.

Objetivo Geral: Compreender os pressupostos teóricos e metodológicos do ensino de história articulando-os aos processos do ensinar e aprender história, à pesquisa e à reflexão sobre métodos e experiências didáticas, bem como, os conteúdos que nortearão a prática pedagógica para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivos Específicos:

Estudar as histórias silenciadas no contexto brasileiro: mulheres, afro-brasileiros e povos originários (“indígenas”);

Compreender a importância dos estudos históricos para a constituição das identidades culturais e nacionais;

Identificar as diversas fontes históricas e suas possibilidades pedagógicas;

Refletir acerca dos conteúdos e da importância do Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino

Fundamental.

Referências básicas:

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de ensino de História**. Campinas/SP: Papirus. 2003.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus: 2000.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva G. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

Referências complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n. 03/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FONSECA, Thais Livia de Lima e. **História & Ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NIKITIUK, Sônia. **Repensando o ensino de história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História - Operários, Mulheres, Prisioneiros**. S. Paulo, Paz e Terra, 1988.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: A literatura infanto-juvenil: conceito e evolução. A literatura infanto-juvenil brasileira: principais autores. Os contos de fadas, histórias em quadrinhos, poesia: a literatura para crianças e o maravilhoso. O objeto livro e sua exploração. A contação de histórias, planejamento pedagógico e produção de materiais para o trabalho com a literatura infantil.

Objetivo geral: Reconhecer as possibilidades formativas da literatura infanto-juvenil para crianças, jovens e adultos, estabelecendo critérios para a leitura e o trabalho pedagógico destas produções, de modo a promover relações entre a percepção, a conceituação e a compreensão.

Objetivos específicos:

Proporcionar conhecimentos sobre a origem, o conceito, a evolução, as características e a produção da literatura infanto-juvenil;

Proporcionar reflexões sobre a abordagem didático-pedagógica da literatura infanto-juvenil;

Desenvolver estratégias para a contação de histórias, leitura de poesias e exploração de histórias em quadrinhos.

Construir propostas e materiais para o trabalho com a literatura infanto-juvenil.

Bibliografia Básica:

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Amarelly, 2010

DALLA ZEN, Maria Isabel. **Histórias de leitura na vida e na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

DINORAH, Maria. **O livro infantil e a formação do leitor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Referências complementares:

ARROIO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura: a formação do leitor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUNHA, Leo. "**Literatura Infantil e Juvenil**". In: Formas e Expressões do Conhecimento. Minas Gerais: Ed. UFMG, 1998.

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. **A escolarização da leitura literária: o Jogo do Livro Infantil e Juvenil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos desde cedo**. Rio de Janeiro : Objetiva, 2002.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL III

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 20h

EAD: 25h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: A prática pedagógica em creches e pré-escolas, com foco nas interações e brincadeiras, e Direitos de Aprendizagem. Estudo dos Campos de Experiência no contexto da Educação Infantil, e a articulação com as diferentes linguagens: corpo, movimento, artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia), música, teatro, dança, cinema, leitura, escrita, literatura, numeramento

(conhecimentos matemáticos), natureza e sociedade (fenômenos naturais e socioculturais). Análise de projetos na Educação Infantil.

Objetivo Geral: Compreender a organização das práticas pedagógicas em creches e pré-escolas que garantam a integração e articulação das diferentes linguagens, conhecimentos e Campos de Experiência, por meio das brincadeiras e interações.

Objetivos Específicos:

Compreender a organização da prática pedagógica em creches e pré-escolas, com foco nas interações e brincadeiras, e Direitos de Aprendizagem.

Estudar os Campos de Experiência no contexto da Educação Infantil, e a articulação com as diferentes linguagens: corpo, movimento, artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia), música, teatro, dança, cinema, leitura, escrita, literatura, numeramento (conhecimentos matemáticos), natureza e sociedade (fenômenos naturais e socioculturais).

Analisar projetos na Educação Infantil.

Referências básicas:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article

BAPTISTA, Mônica Correa. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Linguagem oral e linguagem escrita na educação infantil: práticas e interações.** (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.4). Brasília: MEC/SEB, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2018.

GOBBI, Márcia. **Múltiplas linguagens de meninos meninas no cotidiano da educação infantil**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article

EDWARDS; GANDINI L.; FORMAN, G. **As Cem Linguagens da Criança: A Experiência de Reggio Emilia em Transformação**. Porto Alegre: Penso, 2016.

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na educação infantil**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article

MONTEIRO, Priscila. **As crianças e o conhecimento matemático: experiências de exploração e ampliação de conceitos e relações matemáticas**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article

TIRIBA, Léa. **Crianças da natureza**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article

Referências complementares:

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2005.

FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmem Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart (Orgs.) **Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo na Educação Infantil brasileiro**. Brasília: MEC, 2014.

GOLDSCHMIED, Elionor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MAJEM, Tere; ÓDNA, Pepa. **Descobrir brincando**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

MARTINS- FILHO, Altino José (Org). **Educar na creche: uma prática construída com os bebês e para os bebês**. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STAMBAK, Mira et. al. **Os bebês entre eles: descobrir, brincar, inventar juntos**. Campinas: Autores Associados, 2011.

· ENSINAR E APRENDER GEOGRAFIA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Fundamentação teórico-metodológica para o trabalho pedagógico com a Geografia na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e na Educação de Jovens , Adultos e Idosos, identificando sua importância como campo de conhecimento norteador para o saber espacial.

Objetivo geral: Compreender os pressupostos teóricos e metodológicos do ensino de geografia.

Objetivos Específicos:

Articular os processos do ensinar e aprender geografia, à pesquisa e à reflexão sobre métodos e experiências didáticas;

Explorar os conteúdos que nortearão a prática pedagógica para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Referências básicas:

ANTUNES, Celso. **Geografia para educação de jovens e adultos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola construção conhecimento. Campinas/SP: Papirus, 2008.

Referências complementares:

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CALLAI, Helena Copetti (Org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CASTROGIOVANNI, A.C; COSTELLA, R.Z. Brincar e Cartografar com os diferentes mundos geográficos. A alfabetização Espacial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação: 2010.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T.I; CACETE,N.H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 2010.

· EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Compreensão da educação para relações étnico-raciais no Brasil problematizando a questão da diversidade, da diferença e do multiculturalismo. Análise dos conceitos de cultura, identidade, multiculturalismo e interculturalismo e

suas correlações com o currículo e com as políticas públicas que tratam desta temática.

Objetivo Geral: Compreender os conceitos que permeiam a educação para relações étnico-raciais tais como: raça, etnia, preconceito, discriminação, ancestralidade, pertencimento e reconhecimento.

Objetivos específicos:

Analisar as políticas públicas que tratam da educação para relações étnico-raciais;

Debater conceitos de cultura, multiculturalismo, interculturalismo e a relações desses conceitos com o currículo;

Refletir sobre os conceitos de raça e racismo como estruturantes das relações sociais no Brasil.

Reconhecer a perspectiva histórica da Educação para as relações étnico-raciais no Brasil.

Referências básicas:

ALVES, S. S.; OYARZABAL, G. M.; LUZ, A. S. **Emergências para democracia e diversidade na formação de professores na América Latina**. Curitiba: Malorgio Studio, 2022, v.01. p.219.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Direitos étnicos e territorialização: dimensões da territorialidade em uma comunidade negra gaúcha**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Referências complementares:

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Simone. Silva; MACEDO, Y. M. **Universalização transversal: múltiplos olhares educativos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018, v.01. p.240.

ALVES, Simone. Silva; LAGE Lucas. **UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS PROJETOS DA**

UNIPAMPA CAMPUS JAGUARÃO. Emergências para democracia e diversidade na formação de professores na América Latina. Curitiba: Malorgio Studio, 2022, v.01. p.219. ALVES, S. A & OYARZABAL, G. M.; LUZ, A. S. E-BOOK.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claroenigma, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

Tabela 12 - estrutura curricular VI semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
6		CCCG - 2							60	4
6		Ensinar e Aprender Matemática	II e III			45	15		60	4
6		Estágio Supervisionado em Educação Infantil	Ver item 2.4.1.1 – Requisitos – III		150				150	10
6		Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil	**matrícula Estágio na E. I. - II			60			60	4
6		Educação de Jovens, Adultos e Idosos	II e III			45	15		60	4
6		Ensinar e Aprender Educação Física	II	60			15		60	4
Total				60	150	150	45	0	450	30

ENSINAR E APRENDER MATEMÁTICA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Proporcionar análises de situações de ensino e de aprendizagem de matemática na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), considerando as características da infância, da juventude e da adultez; bem como os recursos didáticos e metodológicos estudados pelo componente curricular.

Objetivo Geral: Proporcionar análises de situações de ensino e de aprendizagem de matemática da Educação Infantil, considerando as características da infância e os recursos didáticos e metodológicos.

Objetivos Específicos:

Conhecer alguns recursos didáticos e metodológico que auxiliem na aprendizagem da matemática dentro e fora da escola;

Identificar os usos sociais da matemática para além da escola;

Refletir sobre a importância da matemática na resolução de situações-problema tanto na escola como na vida cotidiana.

Referências básicas:

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: conhecimento de mundo**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. 34.ed. Campinas: Editora Papirus, 1990.

LORENZATO, Sérgio. **Educação Infantil e percepção matemática**. Campinas/SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Formação de Professores).

NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Carmen Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

PIRES, Célia Maria. **Educação matemática: conversas com professores dos anos iniciais**. São Paulo: Zé-Zapt Editora, 2012.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SMOLE, Kátia S.; DINIZ, Maria Ignez. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SMOLE, Kátia S.; DINIZ, Maria Ignez. **Figuras e Formas**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Referências complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

_____. **Educação para jovens e adultos: proposta curricular – 1º segmento**. Brasília: MEC, 2001.

CERQUETTI-ABERKANE, Françoise. **O ensino da matemática na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Educação matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREITAS, José Luis Magalhães; BITTAR, Marilena. **Fundamentos e metodologia de Matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2004.

PANIZZA, Mabel. **Ensinar matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais: análises e propostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PONTE, João Pedro; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

NUNES, Terezinha; BRYANT, Peter. **Crianças fazendo matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MENDES, Jaqueline Rodrigues; GRANDO, Regina Célia (Orgs.). **Matemática e produção de conhecimento: múltiplos olhares**. São Paulo: Musa, 2007.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A séria busca no jogo: do lúdico na Matemática. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. **Jogos de matemática do 1º ao 5º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2007. (Série Cadernos do Mathema – Ensino Fundamental).

VAN DE WALLE, John A. **Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

· ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 150h

Ementa: Prática de docência orientada. Planejamento, atuação, análise, e reflexão da docência na Educação infantil, na creche e pré-escola, com idade entre 0 a 5 anos e 11 meses. Articulação do processo de produção de conhecimentos e contexto cultural e pedagógico.

Objetivo Geral: Constituir-se professor/a de Educação Infantil no exercício da docência, na investigação, no planejamento, na vivência, na problematização e na reflexão sobre a prática pedagógica.

Objetivos específicos:

Planejar, desenvolver e registrar atividades docentes em instituições da comunidade escolar local, com base na entrevista realizada com a/o supervisor/a de estágio.

Socializar, analisar e refletir criticamente sobre o planejamento juntamente com a orientadora;

Promover ações pedagógicas abrangendo as diferentes áreas do conhecimento.

Considerar a diversidade étnica, racial, de gênero entre outras, bem como os princípios da educação inclusiva e ambiental em seu planejamento didático-pedagógico.

Elaborar relatório da prática, articulando o processo de produção de conhecimento com a realidade cultural e pedagógica.

Referências básicas:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

Referências complementares:

FARIA, Ana Lucia G. de. **O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes/**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2. ed. Tradução: Marlon Xavier. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OSTETTO, Luciana (Org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação**. 5. Ed. Campinas: Papirus, 2012.

HORN, Maria da Graça. **Saberes, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 9.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

SOCIALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Constituição do projeto de trabalho a partir da observação e investigação da realidade escolar, com vistas a planejar, executar, refletir e avaliar a prática educativa na Educação Infantil. Socialização e reflexão sobre as práticas docentes realizadas no estágio.

Objetivo geral: Produzir coletivamente saberes sobre a docência, o currículo e o planejamento na Educação Infantil, tendo em vista a formação de um profissional que compreenda a realidade educacional e construa formas de intervenção efetivas com as crianças.

Objetivos específicos:

Observar e analisar uma instituição de Educação Infantil.

Elaborar planejamentos pedagógicos coerentes com os princípios das teorias educacionais contemporâneas.

Planejar ações pedagógicas abrangendo as diferentes áreas do conhecimento e múltiplas linguagens.

Considerar a diversidade étnica, racial, de gênero entre outras, bem como os princípios da educação inclusiva e ambiental em seu planejamento didático-pedagógico.

Produzir coletivamente saberes sobre a docência, o currículo, o planejamento e avaliação.

Discutir e analisar as práticas pedagógicas das diferentes instituições locais de Educação Infantil.

Avaliar e registrar o desenvolvimento das crianças nas atividades realizadas, compreendendo a avaliação na Educação Infantil como um processo contínuo e qualitativo.

Sistematizar e socializar as experiências vivenciadas.

Elaborar relatório crítico das ações realizadas durante a prática.

Referências básicas:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed. 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa; ZACCUR, Edwiges (Orgs.). **Professora-pesquisadora: uma práxis em construção - uma práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil**. São Paulo: Papirus, 2000.

OSTETTO, Luciana (Org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação**. 5. ed. Campinas/SP: Papirus, 2012

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAPOPORT, Andrea. **O dia a dia na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

VRIES, Rheta, De; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Referências complementares:

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2 ed. Tradução: Marlon Xavier. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GREIG, Philippe. **A criança e seu desenho. O nascimento da arte e da escrita**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HOFFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz G. da. **Ação educativa na creche**. 6ªed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

REDIN, Marita Martins et. al. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012

· EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 45h

Prática: 15

Extensão: 0

Ementa: Estudar os Processos e Princípios didáticos e organizativos do trabalho educacional com jovens e adultos. As demandas curriculares específicas, o trabalho docente, o papel do planejamento curricular e a assunção do modelo escolar vigente à um modelo reflexivo em educação. O perfil e o processo de construção da leitura e escrita dos educandos de EJA. Planejamento, análise, reflexão da docência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Objetivo Geral: Compreender os Processos e Princípios didáticos e organizativos do trabalho educacional com jovens e adultos e demandas curriculares.

Objetivos específicos:

Compreender os Processos e Princípios didáticos e organizativos do trabalho educacional com jovens e adultos e demandas curriculares.

Discutir o conhecimento e as diferentes formas de organização do campo da EJA, principalmente do ponto de vista da Educação Popular Ambiental;

Elaborar planejamentos pedagógicos coerentes com os princípios das teorias educacionais contemporâneas.

Planejar ações pedagógicas abrangendo as diferentes áreas do conhecimento.

Considerar a diversidade étnica, racial, de gênero entre outras, bem como os princípios da educação inclusiva e ambiental em seu planejamento didático-pedagógico.

Referências básicas:

COLEÇÃO CADERNOS DE EJA, MEC disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/met_cd.pdf

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire?**. São Paulo: Cortez, 1987.

CUNHA, Aline Lemos da. Algumas reflexões sobre os sujeitos da Educação de Jovens , Adultos e Idosos. Porto Alegre: **Panorama Crítico**, 2012. ISBN 9788563870087. Disponível em: http://issuu.com/panoramacritico/docs/entre_imagens_e_palavras?e=1915794/1346268

SANTA´NNA, Sita Mara Lopes. **Os Sentidos nas Perguntas do Professores da Educação de Jovens e Adultos**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. (Disponível em Microsoft Word - TESE SITA VERSÃO BANCA.doc (ufrgs.br))

Referências Complementares:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 9788524916465

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: um cenário possível para o Brasil**. 2003. Disponível em: 20 jan. 2013.

· ENSINAR E APRENDER EDUCAÇÃO FÍSICA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 60h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: O ensino da Educação Física e das manifestações da cultura de movimento. Métodos de ensino da Educação Física: aspectos teóricos, históricos e instrumentais do ensino, da aprendizagem e da avaliação. Estratégias metodológicas voltadas ao ensino e a aprendizagem da Educação Física na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivo geral: Contextualizar o papel do pedagogo na elaboração, aplicação e avaliação de atividades físicas para crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, com ênfase no estudo das relações entre atividade lúdica e processos inclusivos.

Objetivos específicos:

Compreender os processos históricos de formação corporal dos acadêmicos/futuros professores e a interferência destes processos na atividade docente.

Discutir questões relacionadas às manifestações da cultura corporal de movimento.

Compreender o processo de elaboração do plano de ensino para a Educação Física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental em aulas dirigidas e não dirigidas.

Referências básicas:

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

NEGRINE, A. **O corpo na Educação Infantil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

Referências complementares:

FURINI, A. B.; SELAU, B. **Psicomotricidade relacional e inclusão na escola**. Lajeado: Univates, 2010.

MAUDIRE, Paulette. **Exilados da infância: relações criativas e expressão pelo jogo na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **A ludicidade como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Tabela 13 - estrutura curricular VII semestre

Semestre	Código	Nome do Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
7		CCCG - 3							60	4
7		Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ver item 2.4.1.1 - III		150				150	10
7		Socialização das Experiências Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	**matrícula Estágio nos Estágio AIEF - II			60			60	4
7		Língua Brasileira de Sinais	II	45			15		60	4
7		Trabalho de Conclusão de Curso I	II			60			60	4
Total				45	150	120	15	0	390	26

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Carga Horária: 150h

Ementa: Prática de docência orientada. Planejamento, atuação, análise, reflexão da docência nos anos iniciais do ensino fundamental ou na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Articulação do processo de produção de conhecimentos e contexto cultural e pedagógico.

Objetivo Geral: Constituir-se professor de anos iniciais do ensino fundamental ou na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no exercício da docência, na investigação, no planejamento, na vivência, na problematização e na reflexão sobre a prática pedagógica.

Objetivos específicos:

Planejar, desenvolver e registrar atividades docentes em instituições da comunidade escolar local, com base nos aspectos da realidade observada.

Investigar, acompanhar e avaliar o processo de construção de conhecimentos por educandos das diferentes redes de ensino locais, através de ações pedagógicas problematizadoras.

Considerar as diferentes áreas do conhecimento nos planejamentos de ensino.

Experienciar o processo de reflexão-ação em práticas pedagógicas.

Construir uma postura ética e política na ação docente.

Considerar a diversidade étnica, racial, de gênero entre outras, bem como os princípios da educação inclusiva e ambiental em seu planejamento didático-pedagógico (plano de trabalho).

Referências básicas:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. 2017.

DALLA ZEN. Maria Izabel H. **Projetos Pedagógicos: cenas de salas de aula**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

XAVIER, Maria Luiza M. & DALLA ZEN. Maria Izabel H. (orgs.) **Planejamento em destaque: análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

Referências complementares:

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra; NASCIMENTO, Aricélia. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PINHO, Patrícia Moura. Planejamento e sua organização em questão: o projeto “Os Marginalizados”. In: DOLL, Johannes; ROSA, Russel Teresinha Dutra da (orgs.). **Metodologia de ensino em foco: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOURA, Patrícia dos S.; PEREIRA, Rachel Freitas; AURICH, Grace Da Ré. **PNAIC UNIPAMPA 2017-2018: Trajetórias da formação continuada pelo olhar docente-formador**. São Leopoldo: Oikos, 2020.

SOCIALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Constituição do projeto de trabalho a partir da observação e investigação da realidade escolar, com vistas a planejar, executar, refletir e avaliar a prática educativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental ou Educação de Jovens , Adultos e Idosos. Socialização e reflexão sobre as práticas docentes realizadas no estágio.

Objetivo Geral: Produzir coletivamente saberes sobre a docência, o currículo e o planejamento nos anos iniciais do Ensino Fundamental ou Educação de Jovens , Adultos e Idosos, tendo em vista a formação de um profissional que compreenda a realidade educacional e construa formas de intervenção efetivas na aprendizagem.

Objetivos específicos:

Observar e analisar criticamente a instituição em que se realizará o estágio.

Elaborar análise crítica da escola com base nas observações desenvolvidas.

Aprofundar temáticas relativas à prática pedagógica, refletindo sobre pautas de ações docentes que contemplem a diversidade dos contextos e promovam o ensino e a aprendizagem.

Planejar, executar, socializar as ações docentes, refletir criticamente, avaliar a prática educativa.

Sistematizar a socialização das experiências vivenciadas.

Elaborar relatório crítico das ações realizadas ao longo da prática.

Referências básicas:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. MEC. 2017.

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

XAVIER, Maria Luiza M. & DALLA ZEN. Maria Izabel H. (orgs.) **Planejamento em destaque: análises menos convencionais.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

Referências complementares:

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra; NASCIMENTO, Aricélia. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007.

DALLA ZEN. Maria Izabel H. **Projetos Pedagógicos: cenas de salas de aula**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação de Jovens, Adultos e Idosos**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOURA, Patrícia dos S.; PEREIRA, Rachel Freitas; AURICH, Grace Da Ré. **PNAIC UNIPAMPA 2017-2018: Trajetórias da formação continuada pelo olhar docente-formador**. São Leopoldo: Oikos, 2020.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

Objetivo Geral: Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

Objetivos específicos:

Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais;

Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;

Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos;

Referências básicas:

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno**. 5 ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS - Que língua é essa?** 1. ed. Parábola. 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. 1. ed. Artmed, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. v. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. v. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

Referências complementares:

BRASIL. **MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Secretaria Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Articulação Social Departamento de Educação Popular e Mobilização

FLAVIA, Brandão. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Global Editora, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade/** Boaventura de Souza Santos- 3.ed- São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época). Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> (acesso em 16 de dezembro de 2017)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa, de trabalho final de curso, sobre tema relevante na área da educação. Preenchimento de lattes e orcid. Regras básicas de formatação de trabalhos científicos.

Objetivo Geral: Experienciar as discussões teóricas realizadas durante o curso de Pedagogia, através do planejamento de projeto científico relativo à prática pedagógica relativa à formação do Pedagogo.

Objetivos Específicos:

Elaborar um projeto de pesquisa, de trabalho final de curso, sobre tema relevante na área da educação.

Preencher o lattes e orcid.

Aprender as regras básicas de formatação de trabalhos científicos.

Referências básicas:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Person Prentice Hall, 2008.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Complementares:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, João B. Redação científica. **A prática de fichamento, resumos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo**. São Paulo: Contexto, 2008.

Tabela 14 - estrutura curricular VIII semestre

Semestre	Código	Componente Curricular	PRÉ REQUISITO/GRUPO	Teórica	Estágio	EAD	PCC	Extensão	Total	Créditos
		CCCG - 4							60	4
8		Trabalho de Conclusão de Curso II	II			60			60	4
8		Estágio Supervisionado mediado por tecnologias	Ver item 2.4.1.1 - III		105				105	7
8		Socialização das Experiências Docentes mediadas por tecnologia	**matrícula nos Estágio AIEF. – II			60			60	4
		UNIPAMPA - CIDADÃ						120	120	
		ACEE - ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO ESPECÍFICAS						215	215	
		Total		0	105	120	0	335	620	19

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Elaboração de artigo final de curso, envolvendo o levantamento, a sistematização e análise dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo discente, dentro do que é preconizado pela metodologia científica e as normas da ABNT e sistematização de normas institucionais do SISBI.

Objetivo Geral: Experienciar as discussões teóricas realizadas durante o curso de Pedagogia, por intermédio da elaboração de artigo científico.

Objetivo Específico: Reconhecer a pesquisa como princípio formativo necessário à práxis profissional da Pedagogia, identificando e desenvolvendo uma pesquisa acadêmica.

Referências básicas:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2008.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Complementares:

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. São Paulo Atlas 2021

MEDEIROS, João B. Redação científica. **A prática de fichamento, resumos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo**. São Paulo: Contexto, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO MEDIADO POR TECNOLOGIAS

Carga Horária: 105h

Ementa: Prática de docência orientada mediada pelas tecnologias da educação. Planejamento, atuação, análise, reflexão da docência utilizando as tecnologias da educação. O exercício da prática pedagógica direcionada ao uso das TICs em uma das modalidades de ensino. Articulação do processo de produção de conhecimentos e realidade cultural, pedagógica e digital.

Objetivo geral: Constituir-se professor capaz de articular as tecnologias da educação no planejamento, na investigação, na problematização e na reflexão da prática pedagógica.

Objetivos Específicos:

Planejar, desenvolver e registrar atividades docentes pautadas em recursos tecnológicos em instituições da comunidade escolar local, com base nos aspectos da realidade investigada através de entrevista.

Considerar as diferentes áreas do conhecimento nos planejamentos de ensino.

Experienciar o processo de reflexão-ação em práticas pedagógicas utilizando as TICs.

Considerar a diversidade étnica, racial, de gênero entre outras, bem como os princípios da educação tecnológica, inclusiva e ambiental em seu planejamento didático-pedagógico (plano de trabalho).

Referências básicas:

CAMARGO, Fausto. **A sala de aula digital estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido**. Porto Alegre Penso 2021 1 recurso online (Desafios da educação). ISBN 9786559760022.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 7.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. 141 p. ISBN 9788530808280

PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002. 165 p. (Trajetoria; 8). ISBN 9788575260685.

SANTOS, Pricila Kohls dos. **Educação e tecnologias**. Porto Alegre SER - SAGAH 2017 1 recurso online ISBN 9788595021099

Bibliografia Complementar:

COSTA, C. **Educação, imagem e mídias**. Editora Cortez. São Paulo, 2005.

DALLA ZEN, Maria Izabel H. **Projetos Pedagógicos: cenas de salas de aula**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FONTANA, Roseli A. Cação. **Mediação pedagógica na sala de aula**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

XAVIER, Maria Luiza M. & DALLA ZEN, Maria Izabel H. (orgs.) **Ensino da língua materna: para além da tradição**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MORAN, J. M. **As mídias na educação**. s.d. Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/midias_educ.htm>. Acesso em: 30 jul. 2016.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TEDESCO, J. C. **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez, 2004.

SOCIALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOCENTES MEDIADAS POR TECNOLOGIA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica:0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Orientação e acompanhamento da Prática docente mediada pelas tecnologias em uma das etapas ou modalidades (anos iniciais, anos iniciais EJA, educação infantil. Constituição de projeto de trabalho a partir de coleta e investigação da realidade escolar, com vistas a planejar, executar, refletir e avaliar a prática educativa. Socialização das experiências docentes.

Objetivo geral: Construir as competências necessárias para atuação docente priorizando o ensino e a aprendizagem mediada pelas tecnologias da educação.

Objetivos Específicos:

Aprofundar temáticas relativas à prática pedagógica, refletindo sobre pautas de ações docentes que contemplem a diversidade dos contextos e promovam o ensino e a aprendizagem mediada pelas tecnologias da educação.

Planejar, executar, socializar as ações docentes pautadas em tecnologias digitais, refletir criticamente, avaliar a prática educativa.

Sistematizar a socialização das experiências vivenciadas.

Elaborar relatório crítico das ações realizadas ao longo da prática.

Referências básicas:

BERGMANN, Jonathan. **Sala de aula invertida uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro LTC 2016 1 recurso online ISBN 978852163087

FERREIRA, Armindo Ribeiro. **Comunicação e aprendizagem mecanismos, ferramentas e comunidades digitais**. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 97885365221

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora; SCHNEIDER, Fernanda Chagas. **Caderno pedagógico: curso de formação de professores em**

tecnologias da informação e comunicação acessíveis. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2013. 150 p. ISBN 9788577275243

TAJRA, Sanmza Feitosa. **Desenvolvimento de projetos educacionais mídias e tecnologias.** São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536522203.

Referências complementares:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Matrizes de Referência do Programa Brasil Alfabetizado.** MEC: 2009. (Alfabetização e Matemática).

CASTELLS, M. **Sociedade em rede.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CRUZ, T. S. da; MONTEIRO, M. I.; OLIVEIRA, M. R. G. **A utilização de recursos tecnológicos por professores das escolas de educação básica.** Educação em Foco (Juiz de Fora), v. 16, p. 69-89, 2013.

FONTANA, Roseli A. Cação. **Mediação pedagógica na sala de aula.** São Paulo: Autores Associados,

FREITAS, M. T. de A. (org.). **Cibercultura e formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. Tradução: Susana Alexandria.

LEMOS, A. Cibercultura. **Tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura.** Trad. Carlos Irineu da Costa. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

LOPES, A. H. G. P.; MONTEIRO, M. I.; MILL, D. R. S. Tecnologias Digitais no contexto escolar: Um estudo bibliométrico sobre seus usos, suas potencialidades e fragilidades. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 8, p. 30-43, 2014.

MORAN, J. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje.** In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F.M. Ensino híbrido:

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas.** Porto Alegre: Mediação, 2003.

COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO – CCCG

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Contexto histórico do surgimento dos Direitos Humanos. O pensamento político individualista. O sujeito transcendental kantiano e o idealismo como base dos direitos humanos. Os direitos humanos nos contextos dos liberalismos. Críticas e créditos da razão iluminista, frente ao discurso filosófico, político e jurídico da defesa dos direitos humanos. Direitos humanos como limitação do humano: críticas da superestrutura a partir de Marx. Neoliberalismo nos documentos normativos sobre a educação em direitos humanos no país. Sobre universalismo e relativismo dos Direitos Humanos, com influências do multiculturalismo, e as relações da ética com os Direitos Humanos e a falácia simplista da natureza da cidadania.

Objetivo geral: Identificar os motivos da invenção do sujeito de direitos humanos a partir de uma compreensão materialista histórica.

Objetivos Específicos:

Desmistificar os direitos humanos como bem em-si compreendendo as ilações e inferências irrefletidas liberais nas produções acerca de metodologias e projetos pedagógicos a serem desenvolvidos na área de educação em direitos humanos no Brasil.

Compreender os diversos matizes ideológicos da forma oportunista em que o capitalismo se apresenta com relação aos Direitos Humanos através de seu receituário neoliberal na forma de: odes a meritocracia, inovação, empreendedorismo, parques tecnológicos, parcerias público-privadas e outras formas de interações patológicas do capital com os entes públicos.

Referências básicas:

BARRETTO, Vicente de Paulo. **O fetiche dos direitos humanos e outros temas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FILHO, Roberto Lyra. **O que é direito.** 20a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 3a. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

Referências complementares:

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem.** 2a. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo.** 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito.** 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis.** São Paulo: Boitempo, 2008.

VAL, Eduardo Manuel; BELLO, Enzo Bello (orgs.). **-O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latinoamericano [recurso eletrônico].** Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

· EDUCAÇÃO MUSICAL

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Musical. Legislação e políticas públicas que amparam o processo no país. Práticas pedagógico-musicais em diferentes espaços educacionais.

Objetivo Geral: Construir conhecimentos de Educação Musical.

Objetivos específicos:

Construir conhecimentos sobre o ensino e aprendizagem musical.

Refletir sobre práticas musicais na educação.

Compreender as potencialidades da pedagogia musical na escola.

Proporcionar aos licenciandos uma aproximação geral à área de educação musical.

Referências básicas:

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003.

CIAVATTA, Lucas. **O Passo: um passo sobre as bases de ritmo e som**. Rio de Janeiro: L. Ciavatta, 2009.

FONTEERRADA, Marisa T. de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SOUZA, Jusamara; TORRES, Maria Cecília. Maneiras de ouvir música: uma questão para a educação musical com jovens. **Música na educação básica**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, out. 2009, p. 46-59.

Referências complementares:

MARSOLA; Mônica; BAÊ, Tutti. **Canto, uma expressão: princípios básicos de técnica vocal**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Org.) **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: IBPEX, 2010.

SOUZA, Jusamara; MATEIRO, Teresa (Orgs.). **Práticas de Ensinar Música**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

STEIN, Marília; LUCAS, Maria Elizabeth. **Yvy Poty, Yva'á: flores e frutos da terra**. Porto Alegre: IPHAN, UFRGS, 2012. Acompanha CD.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1999.

· EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Educação Popular e Movimentos sociais. Educação Ambiental e Educação Popular no Brasil: histórico, conceitos e práticas. Compreensão a vivência formativa na perspectiva epistemológica da educação popular e educação ambiental e sua relação com os espaços escolares formais e não formais. Universidade, Ambiente e Extensão Popular.

Objetivo Geral: Analisar o processo formativo como base reflexiva para o estudo da educação popular ambiental e extensão universitária;

Objetivos Específicos:

Problematizar o conceito de sustentabilidade, políticas e práticas no mundo capitalista.

Discutir o papel do Ambiente na/para Educação e suas contribuições para pensar a Educação Popular Ambiental.

Referências básicas:

BRASIL. **MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Secretaria Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Articulação Social Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014. Disponível em: <http://camp.org.br/2013/12/26/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas/>

GADOTTI Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, Fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf

OLIVEIRA, Everton Fêrrêr de. **Vivências formativas, que fazer extensionista em contextos & Educação Popular Ambiental: fundamentos para Educação Ambiental?** / Everton Fêrrêr de Oliveira. – 2022. 120 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2022. Disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD13278>

LAYRARGUES, Philippe Pomier e LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. MAPEANDO AS MACRO-TENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL. **Anais do VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil.** Ribeirão Preto, setembro de 2011. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/ (acesso em 22 de julho)

SANTOS, B. de S.. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade/** Boaventura de Souza Santos- 3.ed- São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época). Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> (acesso em 16 de dezembro de 2017)

Referências complementares:

GOHN, M. da G. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 53–77, 2008. DOI: 10.20396/etd.v4i1.613. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/613>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PEREIRA, Vilmar Alves Pereira, RINALDI, Graziela, da Rosa. **A atualidade da categoria Diálogo em Freire em tempos de “Escola sem partido”.** Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/6895/4518> > Acesso em 22/08/2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A vida ensina: o “saber de experiência feito” em Paulo Freire. **Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Edição Especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 112-125, junho, 2017.

SANTIAGO, Oihane Garcia. Educación popular ambiental contextos de crises. In: Paulo Freire. **Revista pedagógica e crítica**, ano 2018, número 24, dezembro de 2020 (páginas 35 - 55) Disponível em: <http://revista.academia.cl/index.php/prf>

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Fórum Social Mundial. Um outro mundo é possível. Conferência. Porto Alegre, 2001. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=14_1_2_4&cd_language=1 Acesso: 25/3/2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almedina S. A, Coimbra, Portugal, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf

SOUZA, Tiago Zanquêta de. **A extensão popular em EA e seus processos educativos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9887>.

· ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 45h

EAD: 0

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Abordagem dos principais conceitos, objetos, práticas e perspectivas teóricas que estruturam o campo da Antropologia. Reflexão crítica sobre o campo epistemológico e metodológico da Antropologia. A cultura e suas formas de produção e disseminação. Temas antropológicos em interface com a educação: diversidade cultural, políticas da identidade, sociabilidade, etnocentrismo, relações étnicas e prática etnográfica. A antropologia como recurso para a compreensão dos espaços educativos/escolares.

Objetivo Geral: Estimular reflexões capazes de perceber e problematizar as ações humanas como resultantes de uma trama de sentidos fortemente vinculados a alicerces culturais, de modo a compreender a dimensão pluralista que perpassa a vida humana em suas diversas formas de representação da realidade.

Objetivos específicos:

Conhecer aspectos históricos, epistemológicos e metodológicos da Antropologia.

Discutir e problematizar as noções de “cultura” e suas aplicações no mundo contemporâneo, especialmente num diálogo com espaços educativos/escolares.

Estudar alguns temas antropológicos (diversidade cultural, políticas da identidade, sociabilidade, etnocentrismo, relações étnicas e prática etnográfica) e verificar como podem incidir nos processos de educação.

Refletir sobre as possibilidades de incursão do saber antropológico nos processos de formação humana.

Referências básicas:

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

ERIKSSEN, Thomas H; NIELSEN, Finn S. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Petrópolis: Vozes, 2020.

Referências complementares:

DAMATTA, Roberto. Relativizando. **Uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WULF, Christoph. **Antropologia e educação**. Campinas: Alinea, 2005.

· EDUCAÇÃO DO CAMPO

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 20h

EAD: 25h

Prática: 15h

Extensão: 0

Ementa: Paradigmas da educação do campo. A realidade camponesa e as discussões já acumuladas em torno da Educação do Campo. O currículo das escolas. O papel dos movimentos sociais na educação do campo. Relação campo cidade.

Objetivos Geral: Compreender dimensões técnico-científicas e metodológicas para elaboração de projetos educativos em diferentes contextos rurais em que as escolas se inserem.

Objetivos específicos:

Conhecer a realidade de escolas campesinas;

Possibilitar aos alunos o conhecimento da história dos movimentos sociais no campo no Brasil e da relação entre educação e movimentos sociais;

Explicar a natureza e a emergência dos Movimentos Sociais o conhecimento dos movimentos sociais existentes na região.

Referências básicas:

BRANDÃO, Carlos R. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. São Paulo: FTD, 1990.

CLARO, Lisiani Costa. Horizontes **Compreensivos da Educação Ambiental do Campo contribuições à outras outriedades do Campo**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2018 Disponível em: 0000012309.pdf (furg.br)

GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo: UPF, 2003.

Referências complementares:

BRASIL. **MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Secretaria Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Articulação Social Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014.

GADOTTI Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, Fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf

GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. In: **Contexto & Educação**, n. 4, Ijuí: FUI, 1984.

MOLINA, Monica (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Educação do Campo e Pedagogia Camponesa Agroecológica da América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Revista Educação e Sociedade**. 2017, vol.38, n.140, p.705-724. Disponível em: Acesso: 28 dez. 2017.

SANTOS, Clarice Aparecida (org). **Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas** - Educação. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

· EDUCAÇÃO INTEGRAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

Carga horária total: 60h

Créditos: 04

Teórica: 0

EAD: 60h

Prática: 0

Extensão: 0

Ementa: Elementos da perspectiva histórica da Educação Integral (visões globais, holísticas e libertárias), Escola, Currículo, Projeto Pedagógico e as correlações com a Educação Integral. Intersetorialidade e macrocampos de saberes. Projetos Educativos e Interdisciplinaridade. Novos tempos e espaços educativos na Educação Integral. Concepções da Educação Integral e da escola de tempo integral. Políticas de Educação Integral. Aluno como centro do processo educativo. Aprendizagens significativas. Movimentos anarquistas.

Objetivo Geral: Formar educadores/professores capazes de refletir o conhecimento sobre a realidade, de atuar em conjunto com a sociedade/comunidade.

Objetivos Específicos:

Promover um processo dialógico acerca da pluralidade, espaços/tempos educativos;

Problematizar a diversidade cultural;

Fortalecer as reflexões sobre a ação coletiva numa visão de Educação Integral como um processo estruturante de novas relações na/da escola com os outros setores.

Referências básicas:

BRASIL. **Manual operacional de educação integral**. Brasília/DF. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral: texto-referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL, SECAD/MEC. **Mais Educação. Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

CELLA, Rosinei. **Educação de tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre, Editora Penso, 2012. 504p.

MOLL, Jaqueline. **Escola de tempo integral**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE,

4 GESTÃO

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico, são apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e o Corpo Docente.

4.1.1 Coordenação de Curso

A gestão do Curso de Pedagogia cumpre com as demandas do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados existentes no Campus e na Universidade.

O espaço de trabalho para o coordenador comporta as ações acadêmico-administrativas, infraestrutura do campus é utilizada para acesso aos equipamentos no atendimento de indivíduos ou grupos.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

A composição do NDE, Portaria 314 de 14 de fevereiro de 2023, conta com os professores Maurício Aires Vieira (Presidente), Rachel Freitas Pereira (Secretária), Adriana Gustavo Cardoso, Damiana Ballerini, Jonas Tarcísio Reis, Marilu Angela Campagner May, Sérgio Ricardo Silva Gacki. Nos Apêndices do presente documento se encontra o Regimento do NDE do curso de Pedagogia.

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do PPC, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discentes e técnicos administrativos em educação.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, sua formação, suas experiências e a previsão dos componentes curriculares, com radiografia no ano de 2023.

Tabela 15 - Corpo Docente, experiências e componentes curriculares

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
Adriana Gustavo Cardoso	Doutora em Educação (UEM). Mestre em Educação Escolar (UNIR). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Especialização em Educação a Distância: Gestão e Tutoria -UNIASSELVI. Especialista em Educação Ambiental (UFSM). Licenciada em Artes (UNIFAVENI - MG). Tem interesse em estudos e pesquisas em Educação Ambiental, Gestão Escolar, Ensino de Ciências (Ciência-Tecnologia-Sociedade- Ciências Naturais), Arte-Educação, Métodos e Técnicas de Ensino e Formação de Professores	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do EF (7º), Socialização das Experiências Docentes AIEF (7º). Estágio Supervisionado na educação Básica com recursos tecnológicos (6º), Socialização das Experiências Docentes mediadas por tecnologia (6º) Ensinar e Aprender Ciências Naturais (4º)
Bento Selau da Silva Jr.	Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2013). Atualmente é professor da Universidade Federal do Pampa. Graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Metodista IPA (1999), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Lev Vygotsky e Heinz Werner	Psicologia da Educação: Aprendizagem (1º), Ensinar e Aprender Educação Física (5º),
Cássia Ferreira Miranda	Licenciada em História e em Pedagogia. Doutora em Teatro. Professora na Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão, atuando no curso de Produção e Política Cultural. Foi professora na Universidade Federal do Tocantins, campus Tocantinópolis (2015-2021) atuando no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes - GEPHEA/UFT/CNPq e	Ensinar e Aprender História (5º), Educação Musical 4º), Arte Educação (4º), História da Educação e da Pedagogia (1º),

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	<p>Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Artes Visuais e Educação - GPAVE/UFNT/CNPq. Editora assistente na Revista Brasileira de Educação do Campo (RBEC-UFT/UFNT). É sócia da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Associação Nacional de História (ANPUH), da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE). Atua nas áreas de Educação, História e Artes com ênfase nos seguintes temas: Formação de Professores; Educação do Campo; Mundos do Trabalho; Ditaduras; Censura; História Oral, Memória e Patrimônio; História Cultural; História do Tempo Presente; História das Mulheres, Feminismos e Estudos de Gênero; Fundamentos das Artes; Arte Educação; História e Pedagogia do Teatro.</p>	
<p>Cláudia Camerini Corrêa Pérez</p>	<p>Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Computação Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004), Possui graduação em Informática pela Universidade Federal de Pelotas (1999), Especialista em Informática na Educação (ênfase em Educação a Distância – UFRGS – 2001. Trabalha com a formação de professores para a educação a distância, tecnologias para a informação e comunicação, letramento digital, acessibilidade e inclusão, tecnologia assistiva e comunicação alternativa.</p>	<p>Tecnologias Digitais e Educação (1º), Educação Especial e processos inclusivos (3º), Estágio Supervisionado na educação Básica com recursos tecnológicos (6º), Experiências Docentes mediadas pelas tecnologias (6º),</p>
<p>Clóvis Da Rolt</p>	<p>Doutor e mestre em Ciências Sociais (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS). Possui graduação em licenciatura em Artes Plásticas (Universidade de Caxias do Sul - UCS), bacharelado em Filosofia (Centro Universitário Claretiano). Atua no campo interdisciplinar entre Arte, Antropologia e Filosofia, com especial interesse nos seguintes temas: história e teoria das artes visuais, educação estética, antropologia cultural, estudos do imaginário, filosofia personalista e ética</p>	<p>Leitura e Escrita Acadêmica (1º), História da Educação e da Pedagogia (1º), Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos (3º), Arte e Educação (4º), Antropologia e Educação (6º)</p>
<p>Damiana Ballerini</p>	<p>Doutora em Estudios de las Mujeres, Discursos y Práctica de Género pela Universidad de Granada (2017). Mestrado Erasmus Mundus em Estudios de las</p>	<p>Relações de Gênero, Diversidade Sexual, Escola e Sociedade (3º), Ensinar e</p>

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	<p>Mujeres y de Género - GEMMA pelas Alma Mater Studiorum Università di Bologna e Universidad de Granada (2011), Doutorado reconhecidos na área de EDUCAÇÃO pela UFRGS Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), Atuou como professora temporária no curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Também foi Tutora dos cursos de Pedagogia e de Música na modalidade EAD pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem experiência na área de Educação trabalhando principalmente com os seguintes temas: Currículo, Arte, Migrações, Estudos de Mulheres e de Gênero e Relações Étnico-raciais.</p>	<p>Aprender História (6º), Ensinar e Aprender Matemática (6º), Ensinar e Aprender Geografia (6º)</p>
<p>Everton Fêrrêr de Oliveira</p>	<p>Doutor em Educação Ambiental (2022) - PPGEA/FURG na linha de Fundamentos da Educação Ambiental pela Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Mestre em Educação (2001) e. Especialista em Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à Educação (2010) pela Universidade Aberta do Brasil convenio com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado em Educação Especial (UFSM, 1999). Pesquisa diversidades(s) na Educação Básica e Superior com atenção às Modalidades de Ensino (Educação Especial, Educação à Distância e Educação de Jovens , Adultos e Idosos), Educação Popular Ambiental, narrativa(s) (auto)biográfica(s) e vivências formativas. Atua no Ensino, Pesquisa e Extensão na formação inicial e continuada de professores. Gestor dos Curso de Pedagogia Presencial (2009-2010, 2017-2018, 2022 e gestão 2023-2024) e à Distância (UNIPAMPA/Universidade Aberta do Brasil - 2018-2020), Coordenador de Área Residência Pedagógica do Programa Institucional de Bolsas CAPES – 2022, experiência com Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/;</p>	<p>Educação de Jovens , Adultos e Idosos (6º), Educação do Campo (7º) Psicologia da Aprendizagem Estágio Supervisionado em Anos Iniciais (7º) / Socialização das Experiências em Anos Iniciais (7º),</p>

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	UNIPAMPA) integrante do Núcle de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI).	
<p>Jonas Tarcísio Reis</p>	<p>Doutorado em Educação pelo PPGE da UNISINOS (CAPES 7). Mestre em Educação pelo PPGEdu da UFRGS (CAPES 6). Especialista em Música: Ensino e Expressão pela Universidade FEEVALE. Graduado em Licenciatura em Música pelo Centro Universitário Metodista IPA. Graduado em Pedagogia pela UNIP. Atuou na Pesquisa Interinstitucional: Processos Avaliativos e o Desenvolvimento de Competências, e na Pesquisa Internacional e Interinstitucional intitulada: Análise dos Sistemas de Educação Superior no Brasil e em Portugal: o que apontam as políticas educacionais; do Centro Universitário Metodista IPA. Fez parte do grupo de pesquisa Educação e Inclusão/IPA/CNPq, Grupo de pesquisa GEMUS do PPGEdu/UFRGS/CNPq e grupo de pesquisa EDUCAMUS/UFRGS/CNPq. Atuou como professor na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, no Ensino Fundamental, Médio e na EJA. Lecionou na pós-graduação da UNOESC. Foi professor da Rede de Ensino do Município de POA-RS, lecionando para turmas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Participou como professor e regente do grupo de Música do LARCAMJE. Foi assessor do Secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Sul 2011-2014. Foi Supervisor do PNFEM no RS, de 2013-2015. Possui mais de 90 trabalhos publicados em livros, revistas e anais científicos nacionais e internacionais. É membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e da Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais (ABCOGMUS). Tem experiência na área de Políticas Educacionais; Políticas Curriculares; Formação de Professores;</p>	<p>Leitura e Escrita Acadêmica (1º), Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II (3º), Estágio Supervisionado em Educação Infantil (6º), Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil (6º),</p>

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	Educação e Trabalho; Artes com projetos sociais e Educação Básica, com ênfase em Educação Musical; Epistemologia e Ideologia. Pesquisa principalmente políticas educacionais, democratização da escola e do conhecimento, cognição e aprendizagem, Ensino Médio e Educação Superior.	
Juliana Brandão Machado	Doutora (2013), Mestra (2006) em Educação e Graduação em Pedagogia (2003) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Coordena o Programa de Pós-graduação em Educação da UNIPAMPA. Desenvolve ações no ensino de graduação e pós-graduação. Coordena a pesquisa "Docência no século XXI: políticas, narrativas, práticas e proposições para a construção de uma epistemologia do trabalho docente" e é tutora do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia. Coordenou o curso de Pedagogia - Licenciatura (2015-2017), Especialização em Tecnologias Digitais e Educação (2015-2016) e o curso de Pedagogia EAD-UAB (2018). É docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Unipampa. Atuou na Educação Básica como Professora e Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação de Porto Alegre/RS (2005-2013). Tem experiência em tutoria na EAD em cursos de formação de professores. É associada da ANPED e ANFOPE. Atua na área de Educação com ênfase na formação docente, principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais e gestão da educação, formação de professores, trabalho docente, docência e cibercultura.	Experiências de aprendizagem em Gestão (3º), Gestão Democrática na Escola (2º), Pedagogia e Trabalho Docente (4º), Experiências Docentes mediadas pelas tecnologias, Estágio mediado por recursos tecnológicos (6º), Estágio Supervisionado na educação Básica com recursos tecnológicos (6º)
Lúcio Jorge Hammes	Doutor em Educação, Mestre em Teologia, graduação em filosofia e teologia, mestrado em teologia. Tem pesquisas e experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, atuando	Filosofia da Educação (2º), Pesquisa: aspectos históricos, teóricos e metodológicos, Sociologia da Educação

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	principalmente nos seguintes temas: Gestão de conflitos; interdisciplinaridade; ética profissional	
Marcela Richter	Doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013), Mestra em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Graduada em Letras: Português/Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Pós-Doutora na Universidade de Lisboa (2014 a 2015). É membro e uma das organizadoras do NEPGS (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade), do IFRS-Campus Rio Grande. Também é membro do GESE/FURG (Grupo de Estudos em Sexualidade e Escola), atuando no educadora e pesquisadora no projeto Escolas Promotoras de Igualdade de Gênero. Foi coordenadora dos projetos “Mulheres no cárcere: para ver, ouvir e sentir: uma proposta de educação popular para mulheres detentas” e “Feminismo e Ensino: práticas docentes”, todos vinculados ao NEPGS e ao GESE. Tem experiência na área de Letras e na Educação, com ênfase em Ensino, Leitura, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa, Poesia, Feminismo e Imaginário.	Literatura infanto-juvenil e Educação (5º), Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais (2º),
Marcio Friedrich	Mestrado de LETRAS em UFPel - Pelotas RS (2019), possui graduação em Administração de Empresas (bacharel) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI (2010). Pós - Graduado em Libras de Barão Mauá (2015), . Graduação em Licenciatura em Letras/LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2018). Graduação em Licenciatura de Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul - EaD (2016)..Tem experiência na área de Administração, Matemática e Libras, com ênfase em LIBRAS. Atualmente docência em Libras, como Professor Magistério Superior com Dedicção Exclusiva	Libras Língua Brasileira de Sinais

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	no Campus Jaguarão - UNIPAMPA e também doutorando de Letras na UFPel em Pelotas RS desde 2019.	
Marilyn Ângela Campagner May	Doutora em Engenharia de Produção (2001), Mestre em Geografia (1995) pela Universidade Federal de Santa Catarina Possui graduação em Bacharelado Em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), graduação em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2015), graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2007) e Atualmente é professor do magistério superior da Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, Gestão do Turismo, Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensinar e Aprender Geografia, Prática Pedagógica em Geografia, Práticas Profissionais em Gestão de Turismo, Geografia Aplicada ao Turismo, Experiências de Aprendizagem em Espaços Educativos Escolares e Não Escolares, Geografia do Rio Grande do Sul, Geografia de Santa Catarina, Práticas Educativas em Espaços Escolares e Não Escolares, Direito do Trabalho.	Ensinar e Aprender Geografia (5º),
Maurício Aires Vieira	Doutor em Educação (PUC/RS, 2009). Mestre em Educação Ambiental (FURG, 2002). Licenciado em Física (UFPEL, 1999). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Portal Faculdades. Orientador, colaborador e avaliador em projetos de ensino, pesquisa e extensão em cursos de graduação e pós-graduação, que abordam temas relacionados com formação docente, gestão acadêmica universitária, educação integral, gestão das práticas docentes, metodologia de pesquisa em educação e educação em ciências e matemática. Foi docente permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em	Trabalho de Conclusão de Curso I e II (7º, 8º)

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	Educação da UNIPAMPA. Foi integrante de vários Conselhos Municipais e estaduais do Rio Grande do Sul. Integrante voluntário da Agenda 2020/RS. Foi conselheiro suplente do Conselho de Administração da SUFRAMA da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Foi conselheiro titular do Consórcio CECIERJ e CEDERJ/RJ. É conselheiro titular do Conselho de Administração da FAETEC/RJ. Atualmente é coordenador dos cursos de Letras e Pedagogia, licenciatura, modalidade à distância da UNIPAMPA.	
Patrícia dos Santos Moura	Doutora (2013) e Mestra (2007) em Educação Graduada em Pedagogia (2001) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e. Coordenadora de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC/FNDE) na Unipampa (2017-2018). Foi coordenadora institucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência na Unipampa (2018-2019). Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Alfabetização, Letramento e Educação Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: formação continuada, prática docente, educação infantil, ensino fundamental, didática, currículo e planejamento.	Estágio Supervisionado em Anos Iniciais (7º) / Socialização das Experiências em Anos Iniciais (7º), Teorias e Práticas Alfabetizadoras I (3º) e II (4º), Ensinar e aprender Matemática
Rachel Freitas Pereira	Doutora em Educação (2015) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Mestra em Educação (2011) e na linha "Estudos sobre a infância", Graduada em Pedagogia Educação Infantil e Ensino Médio (2005) pela FURG - Universidade Federal do Rio Grande. É Especialista (2007) em Orientação Educacional pela FACVEST. Atuou como tutora no curso de Pedagogia à distância da FURG (2009); professora substituta no curso de Pedagogia Licenciatura da FURG (2012/2013); e como professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Rio Grande/RS (2015). Desde 2016 é professora adjunta na	Educação, Culturas e Infâncias (1º), Fundamentos e metodologias da Educação Infantil I, II, III (2º, 3º, 5º) Estágio Supervisionado em Educação Infantil (6º) Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil (6º)

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	<p>UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa atuando no curso de Pedagogia Licenciatura, câmpus Jaguarão. Atualmente, coordena a Brinquedoteca da mesma instituição. Atuou como Formadora Estadual do eixo da Educação Infantil no Programa Nacional da Alfabetização na Idade certa - PNAIC/UNIPAMPA (2017/2018), e como coordenadora de área do PIBID/Educação Infantil no curso de Pedagogia da UNIPAMPA (2018/2019). É integrante do CIC/UFPEL - Grupo de Pesquisa em Criança, Infâncias e Culturas, e do NEPE/FURG - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação da Infância. Participa de projetos de ensino, pesquisa e extensão com ênfase em bebês, crianças bem pequenas, infâncias, culturas da infância, Educação Infantil, e formação de professores/as. Vem dedicando-se a estudar o campo dos Estudos da Infância/Criança, e da Educação Infanti</p>	
<p>Sérgio Ricardo da Silva Gacki</p>	<p>Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2010), Mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2004), Pós-Doutor pela Catholic University of America - CUA (2012), graduado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (1994), Licenciado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2012). Foi professor da Universidade Federal de Goiás - UFG, de outubro de 2013 a janeiro de 2015. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, desde janeiro de 2015. Tem experiência na área de Filosofia da Educação, com ênfase em Ética e Hermenêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, políticas públicas, filosofia da linguagem, diálogo hermenêutico, filosofia hermenêutica e biopolítica. Atualmente desenvolve pesquisas estabelecendo um diálogo entre a</p>	<p>Sociologia da Educação - (2º), Políticas Públicas em Educação (2º) , Educação e Direitos Humanos (7º)</p> <p>Filosofia da Educação, Educação em Direitos Humanos (1º), Filosofia da Educação(2º),</p>

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
	hermenêutica filosófica e a filosofia crítica nos estudos sobre Karl Marx, Engels, Walter Benjamin, Gadamer e Paulo Freire, estabelecendo uma abordagem conceitual com o campo da educação, apoiando-se neste como um espaço de superação da sociedade capitalista.	
Silvana Aranda	Doutora em Educação (2007), Mestra em Educação (2000), graduação em Pedagogia - séries iniciais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou muitos anos no ensino fundamental. Trabalha na Formação de Professores e Estágio Supervisionado. Cursa especialização em Tecnologias da educação na Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.	Teorias e Práticas Alfabetizadoras I (3º), Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais (2)
Maria Silvana Gritti	Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000), graduação em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Erechim (1983). Professora associada da Universidade Federal do Pampa/ Campus Jaguarão desde Agosto de 2008, atuando na área de Educação e Trabalho. Docente permanente do Curso de Mestrado Profissional em Educação.	Estágio Supervisionado em Anos Iniciais (7º), Socialização das Experiências em Anos Iniciais(7º),
Vaga 1 - Judicializada		Estágio Supervisionado em Anos Iniciais (7º), Socialização das Experiências em Anos Iniciais(7º),
Vaga 2 - servidor reitoria		Estágio Supervisionado na Educação Básica

DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE/FORMAÇÃO	COMPONENTES
Vaga 3 servidora redistribuição em outra IES	Doutorado em Educação ou áreas afins	Estágio com recursos tecnológicos (8º), Experiências Docentes mediadas pelas tecnologias (8º) Teorias e Práticas Alfabetizadoras I e II Ensinar e Aprender Língua Portuguesa Literatura e Educação Psicologia da Aprendizagem, Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais (6º, 7º, 8º), Socialização das Experiências Docentes na Educação Infantil e Anos Iniciais (6º, 7º, 8º) CCCGS

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente. No período estabelecido pela universidade os planos de ensino são apresentados na Comissão de Curso.

O regime de trabalho dos docentes é de 40h com dedicação exclusiva, todos com doutorado na área da educação ou afins. O Curso aguarda provimento de vagas para o atendimento integral da demanda existente no campus Jaguarão.

Os membros da comissão de curso de Pedagogia possuem experiência profissional e buscam a relação das abordagens teóricas dos componentes

curriculares em relação ao fazer profissional, ou seja, a interação conteúdo e prática, de suas práticas contextualizadas pela realidade dos sujeitos.

4.1.5 Tutoria

O curso de *Licenciatura em Pedagogia*, que apresenta em sua carga horária total 40% na modalidade a distância, conta, predominantemente, com os próprios professores titulares dos componentes curriculares como tutores. Portanto, esta hora tutoria é considerada no cálculo de atuação docente.

Cabe ao tutor desenvolver estratégias para mediar os processos de ensino e de aprendizagem, qualificando as ações educativas a fim de contribuir para o alcance dos objetivos de aprendizagem descritos no plano de ensino do componente curricular. Também são objetivos específicos do tutor:

- Mediar os processos de ensino e de aprendizagem, acompanhando as atividades e/ou demandas do componente curricular: navegação no ambiente virtual Moodle, tecnologias que possibilitem a produção de mídia e educação, ferramentas de compartilhamento e colaboração na Web, e sistemas de videoconferência;
- Organizar e sistematizar as atividades dos discentes no Moodle, promovendo o aprofundamento dos temas abordados;
- Contribuir na identificação de dificuldades específicas do grupo discente relativas ao conteúdo e/ou ao uso das TICs;
- Potencializar o letramento digital dos discentes de forma acessível, crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

A Unipampa dispõe de uma infraestrutura *multicampi* contendo espaços como bibliotecas, salas informatizadas, laboratórios de ensino e pesquisa, auditórios, espaços de convivência e sistemas de internet sem fio locais e *EduRoam (Education Roaming)*. Ainda, a Unipampa dispõe dos seguintes sistemas de webconferência: *Google Meet* (Serviço padrão com suporte institucional), ConferênciaWeb – RNP (Serviço padrão com suporte institucional), *Zoom* (Serviço padrão com suporte institucional), *Microsoft Teams* (Serviço padrão ainda sem suporte institucional), Mconf – Big Blue Button/UFRGS (Serviço em processo de descontinuação, Stream Yard e OBS Studio. Também conta com os equipamentos de videoconferência *Logitech ConferenceCam CC3000* e Endpoint Multiponto.

Além disso, existem materiais e laboratórios para atender às demandas específicas dos cursos em cada campus. Tais espaços e materiais dão suporte para o funcionamento dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.2.1 ESPAÇOS DE TRABALHO

Os espaços de trabalho são variados e incluem tanto espaços físicos (como salas de aula, laboratórios e gabinetes) quanto ambientes virtuais de aprendizagem, como o *Moodle* institucional, ou de gestão, como os sistemas GURI, SAP, SEI, entre outros. As salas de aula do campus dispõem de mesa com cadeira para o professor, quadro branco, tela para projeção, *multimídia*, cadeiras estofadas com braço para os estudantes e persianas. Algumas delas possuem condicionadores de ar. A UNIPAMPA ainda conta com a plataforma institucional *Moodle* para acesso às atividades dos cursos presenciais e EaD.

O Curso conta com o Espaço do curso de Pedagogia no Anexo 2 do Campus Jaguarão e a Sala 504 prédio 01 segundo andar para os docentes que dispõem de mesas com computadores desktop, cadeira estofada e armários.

O prédio do campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa possui área física de 5.626,53 m², com 16 salas de aula divididas pelos seis cursos de graduação. O prédio também conta com um auditório com capacidade para cerca de 250 pessoas, uma sala coletiva de trabalho para os docentes de cada curso e uma sala coletiva para as coordenações de cursos. Além disso, o prédio do Campus Jaguarão possui outros espaços físicos, como: a biblioteca (com acervo catalogado até o momento em 27.800 exemplares); sala de reuniões com equipamento de videoconferência; sala de apoio pedagógico (NuDE) que conta com assistente social, técnico em assuntos educacionais, intérprete de libras, assistente em administração, psicóloga e pedagoga; secretaria acadêmica que concentra os serviços de registro acadêmico, encaminhamentos dos cursos de graduação e demais atividades relacionadas ao corpo docente; sala de coordenação acadêmica; salas administrativas; laboratório de informática; copa para servidores e funcionários terceirizados; salas para laboratórios de cursos.

Observa-se ainda que o prédio conta com rampa de acesso à entrada principal, bem como um elevador visando acessibilidade de portadores de necessidades especiais a todos os andares. A infraestrutura referente aos laboratórios, por sua vez, será implementada com a instalação de divisórias, mobiliário e equipamentos que se encontram em fase de compras. Atualmente, os laboratórios do curso compartilham uma ampla sala que, como apontado, receberá divisórias com o objetivo de qualificar os espaços institucionais e as condições de trabalho na pesquisa, na extensão e nos processos de ensino e de aprendizagem.

4.2.2 Biblioteca

O funcionamento da Biblioteca do Campus Jaguarão ocorre de segunda a sexta-feira: 9h às 21h. E conta com os seguintes servidores: Edilson Calvete Blanco, Jennifer Blanco Vieira, Ruggéry da Silva Demarco (assistentes em administração) e

as bibliotecárias Cristiane Silva Teixeira e Tatiane Marques de Oliveira. Abaixo segue informações de sua estrutura de funcionamento:

- Área Total: 433,46 m²;

- Distribuição do Espaço Físico:

- setor de processamento técnico/administração da biblioteca;
- setor de empréstimo/referência;
- acervo geral (periódicos, livros, monografias, dissertações e teses);
- 02 salas de estudo;
- 06 mesas para estudo;
- 03 computadores para acesso ao SIE e Portal da Capes.
- 01 terminal totem para acesso SIE. Acervo de 28.248 exemplares de livros.

4.2.3 Laboratórios

O *Campus* Jaguarão conta com dezessete salas de aula equipadas com projetor multimídia, caixa de som e microcomputador com acesso à *internet*, cinco salas de professores e área de convivência. Possui Laboratório de Ensino e Aprendizagem e Brinquedoteca (o primeiro está em implantação).

No Campus existem ainda as estruturas dos outros cursos, isso promove diálogo e parceria intercurso. Os demais espaços são: Estúdio de Edição, dependências do Centro de Interpretação do Pampa, biblioteca (com mais 20 mil obras disponíveis), sala de videoconferência, salas da direção, Agência Escola de Turismo, Laboratório Espanhol como Língua Estrangeira para Crianças e Formação Docente, Laboratório de Literatura e outras Linguagens, , Laboratório de Estudos do Império Romano, Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Laboratório de Informática I, Laboratório de Informática II, Laboratório Interdisciplinar de Imagem e Som, e NEABI – Mocinha (<https://sites.unipampa.edu.br/neabimocinha/neabimocinha/>). Estes laboratórios são coordenados por um servidor do quadro efetivo, coordenador da Comissão Local de Laboratórios.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. In: PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; CAVALLET, Valdo José. **Docência e ensino superior: construindo caminhos**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p.267-278.

BRASIL. **Decreto N° 5.296, 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Decreto N° 5.097, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Decreto N° 5.626, 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Decreto 6.949, 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 02 de jun. de 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

CANEN, Ana & MOREIRA, Antônio Flávio B. (Orgs.) Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In.: CANEN, Ana & MOREIRA, A. F. B. **Ênfases e Omissões no Currículo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001. p.15-44.

CORAZZA, Sandra Mara. Diferença Pura de um pos – currículo. In: LOPEZ, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. (orgs.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os militares: Dois séculos na fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

Origens de Jaguarão: (1790-1833). 2. Ed. – Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.
JAGUARÃO. **CADERNOS JAGUARENSES**. Jaguarão: T&M Artes Gráficas, v. 4, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/quest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

LIMA, Andréa da Gama. **O legado da escravidão na formação do patrimônio cultural jaguareense (1802-1888)**. Pelotas: UFPEL, 2010.

LIRA, Daiane. **Acessibilidade na educação superior: novos desafios para as universidades**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/659-0.pdf. Acesso em: 06 setembro 2015.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Barcelona: 2001.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L. das G. C.. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

Portal IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 15 maio 2014.

SANTAMARÍA, E. Lugares comuns e estranhamento social: a problematização sociológica das mobilidades migratórias. In.: LARROSA, J. & SKLIAR C. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 91-104. 2001.

SOUZA SOARES, Eduardo Alvares; FRANCO, Sérgio da Costa. (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 239**, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 240**, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 267/2019**, de 02 de dezembro de 2019, aprova a Política Institucional de Formação de Profissionais para a Educação Básica no âmbito da Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/12/res--267_2019-politica-de-formacao-de-professores-2.pdf. Acesso em 04 dez de 2022.

_____. **Resolução CONSUNI nº 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA.

Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 328**, de 04 de novembro de 2021–Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf> Acesso em: 1º dez.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 329**, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf> Acesso em: 19 nov.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 317**, de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 332/2021** que institui as Normas para atividades de Extensão e Cultura da Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/proext/files/2021/12/sei_unipampa-0700488-resolucao-consuni.pdf Acesso em 04 dezembro de 2022.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Decreto Nº 7.611, 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Lei Nº 11.640, DE 11 de janeiro de 2008.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm> Acesso em: 03. Maio 2013.

_____. **Lei Nº 12.605, de 3 de abril de 2012.** Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 02 de jun. de 2015.

_____. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 14 de set. 2015.

_____. **Instrução Normativa Nº213, de 17 de dezembro 2019.** Ministério da Economia. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

_____. **Parecer CNE/CP Nº 5, 13 de dezembro de 2005.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf> Acesso em: 20 de Maio 2015.

_____. **Parecer CNE/CES N° 15, de 02 de fevereiro de 2005.** Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP n°s 1/2002 e 02/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Portaria n° 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019,** que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

_____. **Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Resolução CONAE N° 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <file:///C:/Users/Paula/Downloads/resolucao1_2010_conae.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

_____. **Resolução N° 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 02 de jun. de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Institucional 2009.** Disponível em: <

http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Centro de Interpretação do Pampa**. Bagé, 2011. Disponível em: <<http://www.porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cip/historico>>. Acesso em: 23 outubro 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Elementos do PPC de Graduação da UNIPAMPA**. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução N° 29, de 28 de abril de 2011**. Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <<http://www.porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/resoluções>>. Acesso em: 28 set. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução N°80, de 28 de agosto de 2014**. Programa de Avaliação de Desempenho para fins de desenvolvimento na carreira dos professores. Disponível em: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/progesp/files/2010/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-80_2014-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Progress%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução N° 97, de 19 de maio de 2015**. Instituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em <<http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-NDE-com-altera%C3%A7%C3%B5es-62-RO-Elena-1.pdf>>. Acesso em: 14 de set. 2015.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. **Centro de Interpretação do Pampa Jaguarão (RS): A Revitalização de um Patrimônio Cultural**. Dissertação de Mestrado. UFSM, 2014.

ZORZI, Mariciana. **De quem é a cidade heroica?** Trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982-2011), Pelotas: UFPEL, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Documentos dos Estágios

APÊNDICE B – Regulamento para inserção da extensão

APÊNDICE C – Modelo de relatório do Unipampa Cidadã

APÊNDICE D – Normas de Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante

APÊNDICE A: DOCUMENTOS DO ESTÁGIO

1. Ficha de frequência e acompanhamento do estágio
2. Carta de autorização da Unidade Concedente
3. Parecer descritivo do professor titular da escola
4. Modelo dos relatórios de Estágio

CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- Prof. Orientador(a): _____
- Aluno(a): _____
- Escola: _____
- Endereço: _____
- Telefone: _____
- Professora Titular da Turma: _____
- Ano: _____
Turno: () M () T () N

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

OBSERVAÇÃO NA ESCOLA: 20 HORAS				
Data	Horário		Assinatura Aluno	Assinatura Titular
	Início	Término		
ENTREVISTA COM SUPERVISOR/A: 5 HORAS				
REGÊNCIA: 80 HORAS				

PLANO DE TRABALHO: 10 HORAS

Data do período do estágio	Assinatura aluno	Assinatura titular

PLANEJAMENTOS: 20 HORAS

Data do período do estágio	Assinatura aluno	Assinatura titular

PARECERES AVALIATIVOS DAS CRIANÇAS DA TURMA: 10 HORAS

Data do período do estágio	Assinatura aluno	Assinatura titular

REGISTRO REFLEXIVO SOBRE A PRÁTICA DE ESTÁGIO: 5 HORAS

Data do período do estágio	Assinatura aluno	Assinatura titular

CARGA HORÁRIA TOTAL DO ESTÁGIO: 150 horas

Assinatura da professora orientadora de estágio

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ALUNO/A ESTAGIÁRIO/A

À Diretora da Escola _____

Prezada Diretora,

Ao cumprimentá-la, apresentamos o/a acadêmico/a _____, discente do Curso de Pedagogia, regularmente matriculado/a NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO _____, solicitando permissão para que possa realizar observação e prática do trabalho pedagógico nesta instituição, no/a _____, turno _____, com a professora titular _____.

Para tanto, apresentamos os seguintes esclarecimentos:

1. O presente semestre letivo (_____) da Unipampa iniciou no mês de _____ e conclui-se no mês de _____. As observações e prática do trabalho pedagógico devem ocorrer exclusivamente neste período letivo.
2. Durante o período de observação, o/a discente deve estar presente na instituição, em sala de aula, junto ao professor titular, nos turnos e horários previamente acertados para este fim.
3. O comprometimento, tanto da instituição como do aluno ora apresentado, é de respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho. Dessa forma, informamos que quaisquer dados obtidos junto a esta instituição estarão protegidos sob sigilo ético.

Considerando a importância desta aproximação à prática pedagógica para a formação dos discentes, bem como do intercâmbio e interação entre escolas e universidade, contamos com a sua parceria para a concretização da proposta de trabalho.

Desde já agradecemos sua atenção e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos e eventuais dúvidas através do telefone (53) 3261.4269 (Unipampa, Campus Jaguarão). Cordialmente,

Professor/a Orientador/a do Estágio

Jaguarão, DATA.

MODELO DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO

CAPA

1 INTRODUÇÃO: MEMORIAL DESCRITIVO

2 PLANO DE TRABALHO

2.1 Dados de identificação da instituição

2.2 Dados referentes à sala de aula

2.3 Caracterização da turma

2.4 Fio Condutor

2.5 Objetivo Geral

2.6 Justificativa

2.7 Princípios Orientadores

2.8 Avaliação

2.9 Eixos possíveis e seus desdobramentos

2.10 Quadros semanais

2.11 Planejamentos diários

3 REFLEXÃO ANALÍTICO – TEÓRICO SOBRE A PRÁTICA

4 CONSIDERAÇÕES

REFERÊNCIAS

ANEXOS (DIGITALIZAR:)

Cópia da ficha de acompanhamento do estágio;

Parecer descritivo das crianças (colocar dois pareceres sem identificação);

Parecer descritivo da escola sobre a/o estagiária/o;

No caso de aproveitamento de carga horária do Residência Pedagógica anexar a cópia do atestado de conclusão.

APÊNDICE B: INSERÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO DO CURSO

Estabelece as normas para solicitação e concessão de aproveitamento/validação de Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Pedagogia.

Art. 1º As normas de aproveitamento/validação de ações de extensão como Atividades Curriculares de Extensão (ACE) seguem a regulamentação dada pela Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317/2021.

Art. 2º As Atividades Curriculares de Extensão integram a matriz curricular, sendo requisitos obrigatórios para a colação de grau.

Art. 3º O discente do curso deverá cumprir, no mínimo, 335 horas (10% da carga horária total do curso) em ACE, como membro da equipe executora da ação, nas seguintes modalidades: I. Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE) denominada “Unipampa Cidadã” - obrigatório o cumprimento de 120 horas com validação por meio de documentação comprobatória; II. Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão de livre escolha do discente - obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 215 horas, com validação por meio de documentação comprobatória.

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão Específicas denominadas “UNIPAMPA Cidadã” são definidas como parte de um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade, no qual os discentes realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade. § 1º É de responsabilidade do discente identificar e entrar em contato com instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada para realizar as ações comunitárias conforme a demanda da comunidade priorizando o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social. § 2º É de responsabilidade do discente solicitar o

aproveitamento/validação das ACEE, incluindo a ACEE “Unipampa Cidadã”, ao(s) supervisor(es) de extensão do curso, respeitando o calendário acadêmico da graduação, a partir do 6º semestre.

Art. 5º Ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, poderão ser validadas como Atividade Curricular de Extensão mediante análise do(s) supervisor(es) de extensão.

Art. 6º Casos omissos a este regulamento devem ser encaminhados ao supervisor de extensão e serão decididos pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia.

APÊNDICE C - MODELO DE RELATÓRIO DO UNIPAMPA CIDADÃ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PEDAGOGIA LICENCIATURA – CÂMPUS JAGUARÃO RELATÓRIO UNIPAMPA CIDADÃ

Nome:

Matrícula:

Data de entrega:

Assinatura:

1. Entidade onde se realizou o Unipampa Cidadã

Nome:

Endereço:

Cidade / Estado:

Responsável pela entidade:

Assinatura do responsável pela entidade:

2. Informações sobre o trabalho realizado

Período de realização:

Carga horária total:

Periodicidade:

Público da ação:

Número de pessoas alcançadas pela ação:

Descrição do trabalho realizado:

3. Reflexões sobre a “Unipampa Cidadã”

Descreva a importância da realização desta atividade para sua formação pessoal e profissional:

Clique aqui para digitar texto.

4. Avaliação do supervisor de extensão

4.1. Considerações:

Clique aqui para digitar texto.

Aprovado

Não aprovado

Nome do supervisor de extensão:

APÊNDICE D – NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CURSO DE PEDAGOGIA- LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º – O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa.

Art. 2º – O NDE, de que trata o presente Regimento, constitui-se de um grupo de docentes com caráter consultivo, propositivo, responsável pela concepção, consolidação e contínua oferta e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º – São atribuições do NDE do Curso de Pedagogia – Licenciatura, UNIPAMPA:

a) Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar o PPC definindo sua concepção e fundamentos, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura e outras diretrizes do CNE e MEC;

b) Estabelecer e contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

c) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo respeitando os eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia e o projeto pedagógico do curso e a sequência recomendada;

d) Analisar os planos de ensino das disciplinas que integram a composição curricular do Curso, no sentido de adequação ao PPC;

e) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular e submetê-la à aprovação pela Comissão de Curso;

f) Auxiliar a coordenação do Curso na preparação, organização e oferta semestral de componentes curriculares, assim como na condução, avaliação, e socialização dos planos de ensino ofertados semestralmente pelo Curso de Pedagogia;

g) Propor e supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso e os componentes curriculares que integram a matriz curricular, definidas na Comissão do Curso de Pedagogia, respeitando as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação (CPA);

h) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas ao Curso de Pedagogia;

i) oportunizar momentos de debate e reflexão com os alunos e docentes do Curso de Pedagogia acerca da avaliação e atualização do PPC de Pedagogia – Licenciatura conforme necessidade avaliada.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por:

a) no mínimo 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente comprometidos com o desenvolvimento do PPC e que ministram componentes curriculares no Curso;

b) o NDE será presidido por um docente eleito por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de uma recondução;

c) o NDE deve contar com pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

d) todos os membros devem ter regime de trabalho integral com dedicação exclusiva na UNIPAMPA;

e) procurar-se-á assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será realizada via deliberação e consenso em reunião da Comissão do Curso de Pedagogia – Licenciatura, para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução:

a) será fornecida Portaria aos membros do NDE pela reitoria da UNIPAMPA e/ou Direção do Campus da UNIPAMPA Jaguarão;

b) todos os membros do NDE estarão sujeitos à exclusão sempre que tiverem duas faltas consecutivas nas reuniões e demais atividades do Núcleo, mesmo que justificadas;

c) o membro suplente, se houver, do NDE poderá ser convocado a qualquer momento a partir da vigência da Portaria.

d) Os membros do NDE já tem sua representação em subcomissões e tarefas oriundas do Núcleo (enquanto membros), cabendo aos demais membros da Comissão de Curso assumirem outras comissões que surgirem e/ou forem solicitadas pelos órgãos superiores.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º. Compete ao Presidente do Núcleo:

a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;

b) Representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;

c) Encaminhar as deliberações e propostas do NDE, aos setores competentes da UNIPAMPA;

d) Designar um integrante do NDE para secretariar e lavrar as atas das reuniões;

e) Indicar e apoiar representação e participação de integrantes do NDE em diferentes instâncias acadêmicas.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º. Compete ao Secretário do Núcleo:

- a) substituir o presidente na sua ausência, sempre que necessário;
- b) auxiliar o presidente na redação das atas das reuniões, na atualização do site e na organização, coordenação e avaliação do Seminário Integrador.
- c) atualizar periodicamente o site do Núcleo Docente Estruturante – Curso de Pedagogia;

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 8º – O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do seu Presidente, no mínimo 2 (duas) vezes no semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

Parágrafo 1º – As reuniões ordinárias do NDE serão estabelecidas para cada semestre curricular;

Parágrafo 2º – A pauta da reunião do NDE deverá ser encaminhada por seu Presidente no prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis antes da próxima reunião.

Art. 9º – As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos com base no número de presentes em reunião formalmente agendada.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. Os casos omissos serão debatidos pelo NDE, encaminhados à Comissão do Curso de Pedagogia – Licenciatura e, diante da limitação deste, pelo órgão superior da UNIPAMPA, de acordo com o que dispõe o seu Regimento Geral.